

Revista **FONTES DOCUMENTAIS**

ISSN - 2595-9778



v. 02 n. 01 - jan./abril 2019



"A imaginação é mais importante que a ciência, porque a ciência é limitada, ao passo que a imaginação abrange o mundo inteiro."

Albert Einstein

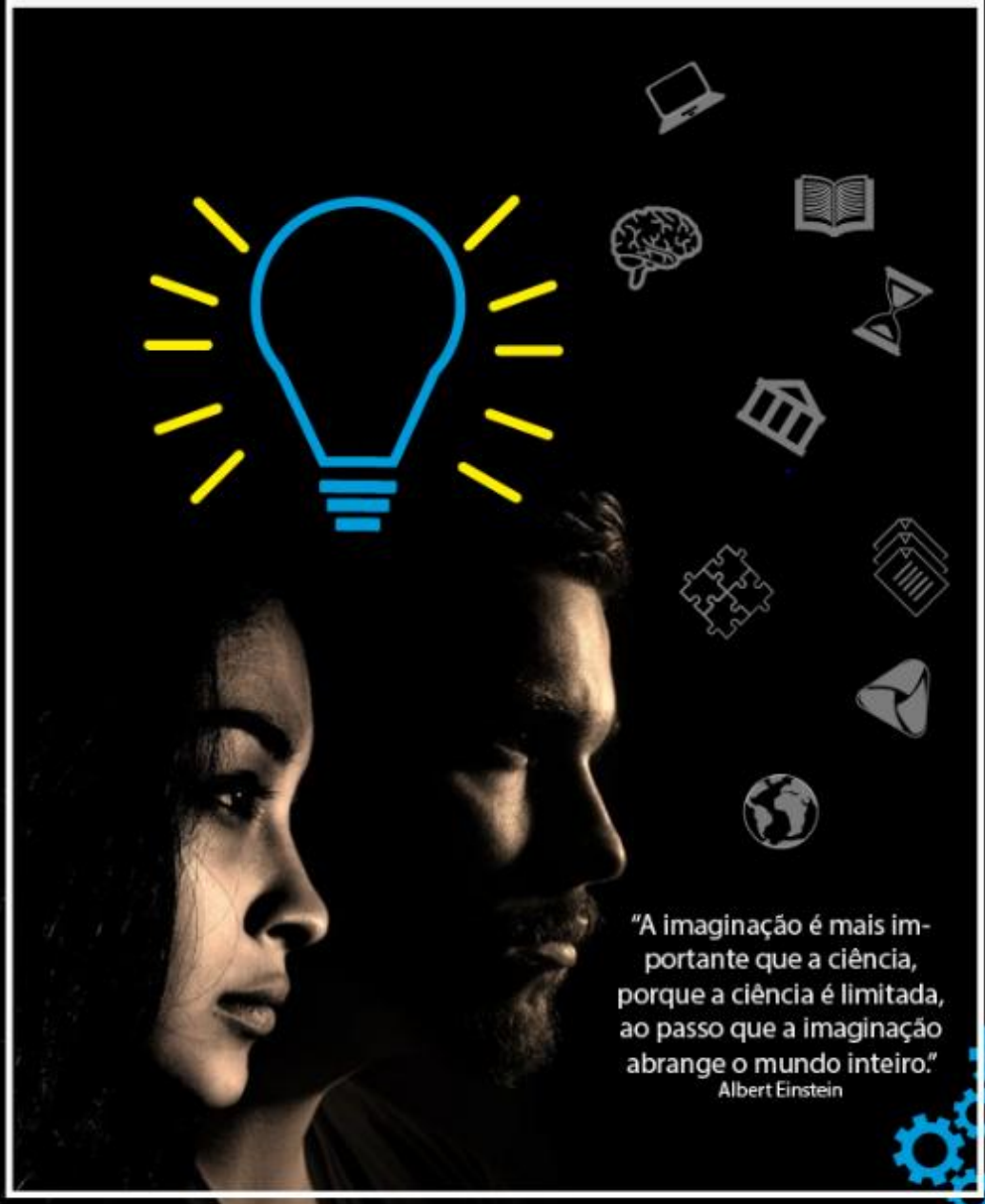


Revista
FONTES DOCUMENTAIS

ISSN - 2595-9778



v. 02 n. 01 - jan./abril 2019



"A imaginação é mais importante que a ciência, porque a ciência é limitada, ao passo que a imaginação abrange o mundo inteiro."

Albert Einstein

EXPEDIENTE

*Publicação Revista Fontes Documentais, Aracaju, SE, v. 2, n. 1, jan./abr., 2019.
quadrimestral organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das
Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES/IFS)
Instituto Federal de Sergipe (IFS)*

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Chefe

Salim Silva Souza – Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Conselho Editorial e Avaliativo

Dr. Edilson Damasio - Bibliotecário do Departamento de Matemática da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Embaixador do Crossref;

Ma. Márcia Ivo Braz - Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

Ma. Maristela do Nascimento Andrade – Professora da Universidade Paranaense (UNIPAR);

Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco – Professora dos cursos de graduação de Biblioteconomia e Documentação e Arquivologia, do Instituto de Ciência da Informação e do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da PPGCI/UFBA;

Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão – Coordenador de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Sergipe (IFS) - Campus Socorro;

Dr. Ronnie Fagundes de Brito - Tecnologista no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);

Dra. Silvânia Santana Costa - Coordenadora da Pós-graduação Lato Sensu na modalidade a distância da Universidade Tiradentes (UNIT); professora Adjunto I na UNIT;

Dra. Zeny Duarte de Miranda – Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação PPGCI/UFBA. pela Universidade do Porto. Doutora em letras pela UFBA; Consultora do Inep/MEC, avaliando cursos da área.

Avaliadoras Convidadas

Dra. Bárbara Coelho Neves - Professora do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA);

Dra. Niliane Cunha de Aguiar - Professora do Departamento de Ciência da Informação (DCI/IFS)

Capa e Editoração

Gabriel Ferreira Souza

Consultora de TI

Cecília Santos Almeida

Normalização

Salim Silva Souza

Revisão de Texto

Maria Monize Andrade de Paula

Luana Carla de Andrade

Cláudia Andrade

Jéssica Mirelle Lopes Matos

Tradução

Luana Inês Alves Santos

Colaboração

Andréia Bispo dos Santos

Vanuci Fernanda Freitas da Silva

Produção

Agencia Personale

Indexadores

Livre

BRAPCI

Diadorim

Súmarios

Google Acadêmico

Apoio

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

Reitora: Ruth Sales Gama De Andrade

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

DIREÇÃO GERAL DE BIBLIOTECAS DO IFS

Kelly Cristina Barbosa

R454 Revista Fontes Documentais / Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS. v. 2, n. 1 (2018) – Aracaju: IFS, 2018-

Quadrimestral

ISSN 2595-9778 (publicação eletrônica)

Endereço: <http://fontesdocumentais.info/>

1. Ciência da Informação – Periódicos I. Brasil, Instituto Federal de Sergipe.

CDU 02(05)

CDD 020.5

A Revista Fontes Documentais está licenciada no Creative commons – atribuição não comercial 4.0 internacional.

EDITORIAL

É com grande alegria que a Revista Fontes Documentais publica o seu segundo número, abrangendo o período de janeiro a abril de 2019, trazendo artigos originais, relatos de experiências e uma entrevista com uma profissional muito respeitada e querida na área da Ciência da Informação.

A Revista Fontes Documentais é organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES do Instituto Federal de Sergipe, com o objetivo de atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica. O seu conteúdo é de acesso livre, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

A mensagem exposta na capa deste número é do físico alemão Albert Einstein (1879-1955) que nos lembra que o conhecimento dos conceitos pré-estabelecidos não é suficiente para que a ciência possa avançar. Precisa, porém, da imaginação, ou seja, o ato de questionar esses conceitos. Entende-se que uma não exclui a outra pois caminham juntas na realização *da* pesquisa e do desenvolvimento científico. O conhecimento vem da dúvida, do questionamento, da tentativa, da observação e da inspiração em se querer criar algo novo.

Com essa perspectiva criativa, a Revista Fontes Documentais convida ao nosso público leitor a apreciar as pesquisas desenvolvidas a seguir:

Encabeçando nossa relação de pérolas para esta edição, temos o artigo do arquivista Leandro Coutinho Silva, em parceria com a Profa. Zeny Duarte de Miranda, intitulado **Avanços e limites da Comissão Milton Santos de memória e verdade da UFBA: análise arquivística**, onde nos conduzirá a uma viagem para o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) até chegar nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (CMSMV), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) nos fornecendo uma análise arquivística no sentido de compreender a contribuição que a arquivologia proporcionou aos trabalhos do Colegiado.

Em seguida o artigo intitulado **A importância da educação de usuários nas bibliotecas**, da bibliotecária Angilene Santos Nascimento e do Prof. Luiz Carlos Pereira dos Santos, faz uma ponte entre as áreas da Educação e Ciência da Informação, destacando o papel da biblioteca na formação do aluno pesquisador, pontuando a

responsabilidade dos profissionais da informação diante do advento tecnológico que se instaurou no ambiente educacional.

Ainda no contexto biblioteca, iremos nos deleitar com o artigo da bibliotecária Maria Rosa Gomes Dória em parceria com o Prof. Fernando Bittencourt dos Santos, cujo título é **A representação da imagem da biblioteca nas histórias em quadrinhos (HQs)**, que traz uma análise da representação da imagem da biblioteca no universo das HQs, a partir da leitura das tirinhas contidos no Blog Bibliocomics.

Existe uma forte relação entre a ciência da informação e a computação cognitiva, baseada na aplicação dos computadores e da computação na recuperação da informação. É nesse viés que o artigo intitulado **Computação cognitiva na perspectiva da informação em saúde**, do administrador Valter Jorge Alves Leite e da Profa. Barbara Coelho Neves aborda os benefícios no setor da saúde, a utilização da computação cognitiva na geração de dados, ensinando como tratar doenças e colocar os pacientes no centro da gestão de sua saúde.

No artigo **Comunicação Científica: visão diacrónica de alguns subsídios teóricos**, os professores Sérgio Franklin Ribeiro da Silva, Fernanda Maria Melo Alves e Maria Isabel de Sousa Barreiras apresentam a evolução histórica dos estudos teóricos sobre Sociologia da Ciência, comportamentos da comunidade científica e modelos de comunicação científica, descrevendo dados importantes de pesquisas realizadas em diferentes regiões e o modo como ocorreu a adaptação destas diante o avanço das tecnologias.

E para fechar essa edição com chave de ouro, o Prof. Pablo Boaventura Sales Paixão nos presenteia com uma **entrevista com Telma de Carvalho**, professora do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS, Presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE) e Vice-Presidente da Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).

Esse número apresenta sete trabalhos de excelente qualidade.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para realização desse segundo número, dentre os quais, autores, avaliadores, revisores, editores e colaboradores.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Salim Silva Souza
Editor-chefe

SUMÁRIO

EDITORIAL _____ **02**

AVANÇOS E LIMITES DA COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE DA UFBA: ANÁLISE ARQUIVÍSTICA

(Leandro Coutinho Silva, Zeny Duarte de Miranda) _____ **04**

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS NAS BIBLIOTECAS
(Angilene Nascimento, Luiz Carlos Pereira dos Santos) _____ **24**

A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM DA BIBLIOTECA NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQS)

(Maria Rosa Gomes Dória, Fernando Bittencourt dos Santos) _____ **36**

COMPUTAÇÃO COGNITIVA NA PERSPECTIVA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE

(Valter Jorge Alves Leite, Barbara Coelho Neves) _____ **60**

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: VISÃO DIACRÓNICA DE ALGUNS SUBSÍDIOS TEÓRICOS

(Sérgio Franklin Ribeiro da Silva, Fernanda Maria Melo Alves, Maria Isabel de Sousa Barreiras) _____ **67**

ENTREVISTA COM A PROFESSORA TELMA DE CARVALHO

(Pablo Boaventura Sales Paixão) _____ **88**

**AVANÇOS E LIMITES DA COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E
VERDADE DA UFBA: ANÁLISE ARQUIVÍSTICA**

**ADVANCES AND LIMITS OF THE MILTON SANTOS COMMISSION ON MEMORY AND TRUTH
OF UFBA: ARCHIVISTIC ANALYSIS**

Leandro Coutinho Silva

Mestrando em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Membro do Grupo de Pesquisa G-Acervos/UFBA. E-mail: leandrocoutinhosilva@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7317-308X>

Zeny Duarte

Profa. Dra. do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA). Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa G-Acervos/UFBA. E-mail: zenydu@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>

RESUMO

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) instaurou no país um Estado de exceção. Nesse período, as violações aos direitos humanos e o cerceamento das liberdades individuais foram institucionalizadas no Brasil. No contexto universitário, espaço de tradicional efervescência política, o Estado autoritário atuou no sentido de reprimir e silenciar as vozes destoantes do novo governo. Antes mesmo do término da ditadura, um conjunto de ações começam a ser executadas com a finalidade de consolidar a justiça de transição no Brasil – a exemplo da criação das Comissões da Verdade. O objetivo do presente artigo é apresentar os avanços e limites da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (CMSMV), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), assim como produzir uma análise arquivística no sentido de compreender a contribuição que a arquivologia proporcionou aos trabalhos do colegiado. Acerca dos procedimentos metodológicos, esta investigação, com um enfoque descritivo e de abordagem qualitativa, caracteriza-se enquanto um estudo de caso, utilizando como procedimento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica. Conclui-se que, apesar das limitações impostas à referida comissão, foi possível perceber – a partir de uma análise arquivística – a contribuição da arquivologia nos achados documentais e

informativos acerca do tema em tela, por meio de documentação selecionada.

Palavras-chave: Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. Análise arquivística. Direito à memória e à verdade. Justiça de transição. Universidade Federal da Bahia.

ABSTRACT

The Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) established a state of exception in Brazil. During this period, violations of human rights and the curtailment of individual freedoms were institutionalized in the country. In the university context, a space of traditional political effervescence, the authoritarian state acted to suppress and silence the dissonant voices of the new government. Even before the end of the dictatorship, a series of actions began to be carried out with the purpose of consolidating transitional justice in Brazil - as in the case of the creation of Truth Commissions. The aim of this article is to present the advances and limits of the Milton Santos Commission of Memory and Truth (CMSMV), Federal University of Bahia (UFBA), as well as to produce an archival analysis in order to understand the contribution that archivology gave to the works of the collegiate. Regarding methodological procedures, this research, with descriptive and qualitative approaches, is characterized as a

case study, using bibliographical research as a data collection procedure. It is concluded that, despite the limitations imposed to the said commission, it was possible to perceive - from an archival analysis - the contribution of the archivology in the documentary and

informational findings on the subject on screen, through selected documentation.

Keywords: Milton Santos Commission of Memory and Truth. Archival analysis. Right to memory and truth. Transitional justice. Federal university of Bahia

1 INTRODUÇÃO

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo sofreu algumas mudanças em sua estrutura política. Com a Guerra Fria em pleno vapor, os Estados Unidos da América (EUA) e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) polarizaram uma disputa política, econômica e militar nunca antes vista.

Nesse período os partidos comunistas estavam em ascensão pelo mundo, levando as elites dos países a temerem cada vez mais o novo regime. Sobre isso, Gaspari (2003, p. 61) afirma que:

As bandeiras vermelhas tremulavam num espaço geográfico duas vezes maior que aquele anterior à guerra, e perto da metade da população do mundo estava sob o governo das “ditaduras do proletariado”. Na outra metade a situação era ameaçadora. Os partidos comunistas europeus saíram da guerra como potências políticas.

O medo era constante. Muito por influência dele, essas elites, em conluio com setores influentes de cada país, quase sempre sob a direção das Forças Armadas e com o apoio do governo norte-americano, buscaram eliminar qualquer resquício de comunismo pelo mundo.

No Brasil não foi diferente. Em 1º de abril de 1964 o país sofreu mais um golpe em sua jovem e frágil democracia. João Belchior Marques Goulart, mais conhecido como Jango, foi deposto da Presidência da República praticamente sem exercer nenhum tipo de resistência.

A partir daí os militares buscaram arregimentar o seu novo projeto de poder. Era preciso, segundo Brito (2003), para garantia da manutenção do novo governo, silenciar os “subversivos”. E as universidades brasileiras, sobretudo as públicas, foram instituições decisivas para que os militares combatessem os críticos da ditadura.

Nesse sentido, o Estado autoritário promoveu uma verdadeira “caça aos comunistas” no meio acadêmico. Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2014, p. 266), “foi esse o pano de fundo das graves violações de direitos humanos que atingiram o meio

universitário: prisões, tortura e mortes de professores, estudantes e funcionários, boa parte deles ligados a alguma organização política”.

Assim é possível compreender a importância do legado dos trabalhos da CNV e das outras Comissões da Verdade criadas por influência desta. Esses colegiados surgem com o objetivo de resgatar a memória do país em relação à ditadura civil-militar ocorrida de 1964 a 1985, sobretudo em relação às violações aos direitos humanos, bem como recomendar ações para que o Estado e a sociedade brasileira superem as amarras deste período ditatorial na atualidade.

No contexto universitário, muitas instituições criaram suas Comissões da Verdade. A UFBA, influenciada pelo movimento nacional que impulsionou a criação de vários desses colegiados pelo país, bem como pela pressão do movimento estudantil organizado, instituiu a CMSMV no final de 2013, com a finalidade de romper com a cultura do silêncio e da negação no interior da universidade.

O presente artigo tem como objetivo apresentar os avanços e limites dos trabalhos da referida comissão, bem como produzir uma análise arquivística no sentido de compreender a contribuição que a arquivologia proporcionou ao tratamento da documentação analisada pelo colegiado.

A justificativa para a escolha deste tema se dá, pois, um dos autores desta comunicação foi representante discente na comissão. E também pelo fato de existirem poucos estudos que tratam das relações da UFBA com esse período ditatorial – sobretudo no contexto da Ciência da Informação e áreas afins – assim como reduzidas pesquisas dos arquivos da universidade sobre a ditadura.

No tocante aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa, de abordagem qualitativa e com um enfoque descritivo, se configura enquanto um estudo de caso, utilizando-se como procedimento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica.

Este artigo está dividido em cinco partes. A primeira é a introdução; na segunda, abordou-se a ditadura civil-militar e as universidades brasileiras: o caso da UFBA; o direito à verdade e a justiça de transição foram descritos na terceira parte; a quarta é dedicada a CMSMV; enquanto as conclusões e inquietações foram apresentadas na quinta e última parte.

2 A DITADURA CIVIL-MILITAR E AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: O CASO DA UFBA

A ditadura civil-militar – período compreendido pela historiografia brasileira de 1964 a 1985 – representou a continuação de uma longa tradição intervencionista no Brasil. Sobre essa tradição, que antecede a própria constituição do Brasil República, a Arquidiocese de São Paulo (1985, p. 53) afirma que:

Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando sequência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história. Ainda antes da Proclamação da República e durante a época escravista registravam-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares.

O golpe de 1964, diferente de outras rupturas, não veio acompanhado de resistência. Jango, assim como o conjunto das esquerdas e de setores progressistas, praticamente não esboçou reação a sua deposição – exilando-se, dias depois, no Uruguai.

Inclusive muitos desses segmentos, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a época o maior e mais influente partido de esquerda do Brasil, avaliavam que o momento não era propício para mais um golpe de Estado. Isso explica, segundo Toledo (1982), a tranquila vitória dos militares naquele ano, visto que os mesmos acreditavam em um legalismo no interior das Forças Armadas.

Diferente do que sua oposição no Congresso Nacional liderada pela União Democrática Nacional (UDN) e as elites dominantes apregoavam, Jango, com seu discurso nacionalista e em defesa das reformas de base, não era comunista e muito menos pretendia implementar esse regime no Brasil.

Herdeiro político do getulismo, Jango, desde sua conturbada posse, em 1961, quando, por direito, deveria assumir a Presidência da República logo após a renúncia de Jânio Quadros, teve relativa dificuldade em implementar seu plano de governo. Toda essa pressão culminou em uma articulação que envolveu sua oposição no congresso, as elites nacionais, os meios de comunicação, parte da Igreja Católica e o governo norte-americano – encabeçado pelas Forças Armadas.

E como fruto dessa articulação ocorre em 1º de abril de 1964 mais um golpe de Estado no Brasil. Porém essa ruptura, na prática, já deveria ter ocorrido há pelo menos uma década. Getúlio Vargas, em seu segundo governo, de 1951 a 1954, sofreu pressão semelhante a que João Goulart sofrera no pré-golpe de 64. E, percebendo a articulação de segmentos contrários ao seu governo – impulsionados, sobretudo, por Carlos Lacerda, seu principal opositor – e assim prevendo que seria deposto, suicida-se em 24 de agosto de 1954.

Os atores e instituições que tradicionalmente contribuem para essas rupturas em nossa democracia, independente do período histórico em que ocorre, como afirma José (2015), são praticamente os mesmos. Assim como os discursos e práticas, alinhados, quase sempre, aos interesses dos segmentos dominantes.

Nesse sentido, torna-se um equívoco histórico desconsiderar o apoio de parte da sociedade civil ao golpe de 1964, isto é, ignorar o seu caráter civil. O apoio do conglomerado golpista, acima relatado, foi decisivo para a vitória dos militares, uma vez que foi criado no Brasil o sentimento de que era preciso livrar o país da “ameaça comunista” e restabelecer a ordem.

Deflagrado o golpe e os militares agora no poder, era preciso, a partir de então, expurgar os derrotados através de uma “Operação Limpeza”¹. E assim, respaldados pelo Ato Institucional nº1 (AI-1), os militares começaram a enfraquecer seus opositores e, dessa forma, arregimentar o novo projeto de poder que se iniciara no Brasil.

Com o passar dos anos iniciais e o crescimento da resistência à ditadura – sobretudo por parte da juventude – os militares resolvem endurecer a repressão através da edição do Ato Institucional nº5 (AI-5), dando início aos “Anos de Chumbo” – período mais repressivo e violento da ditadura, como afirma Brasil (2007, p. 26):

O AI-5 foi considerado um verdadeiro “golpe dentro do golpe”. O Congresso Nacional foi fechado, as cassações de mandatos foram retomadas, a imprensa passou a ser completamente censurada, foram suspensos os direitos individuais, inclusive o de habeas-corpus. O Conselho de Segurança Nacional teve seus poderes ampliados e a chamada Linha Dura assumiu o controle completo no interior do regime.

O Estado militar brasileiro institucionalizou a tortura e todo o tipo de violência contra seus opositores. Os órgãos de segurança praticamente dizimaram as organizações que resistiam à ditadura e seus principais líderes – a exemplo de Carlos Marighella², à época dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Em relação ao contexto universitário, espaço onde a resistência ao novo governo se dava de forma crescente e organizada, os militares criaram um dispositivo, o Decreto-Lei nº 477,

¹Sobre essa expressão, Motta (2014, p. 25) afirma que ela "foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os recém-derrotados - comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros".

² Segundo Magalhães (2012), Carlos Marighella, à época inimigo número um da ditadura, foi morto numa emboscada organizada por Sergio Fleury, delegado do DOPS de São Paulo, em 4 de novembro de 1969.

baixado em 26 de fevereiro de 1969, ou seja, meses depois do AI-5, com o objetivo de legitimar a repressão nas universidades e punir os subversivos, como expõe Brito:

Para fechar mais o cerco ao ME, em fevereiro de 69, o Governo criou o Decreto 477. Este Decreto previa a expulsão de professores que se envolvessem em manifestações de caráter político-partidário. Quanto aos estudantes, seriam impedidos de se matricular por até 3 anos numa Faculdade. Este decreto fecharia mais ainda as possibilidades de ação institucional no ME. Além disto, seria aplicado de modo retroativo e ilegal na universidade, ao cassar o direito de matrícula de diversos estudantes. (BRITO, 2003, 117)

Esse decreto permitiu que os militares promovessem uma verdadeira perseguição aos que de alguma forma questionassem a lógica militar no interior das universidades. Seja demitindo professores e funcionários ou negando o direito a matrícula a determinados estudantes, quando não os jubilandos, a ação repressiva do Estado autoritário contribuiu para a criação de um clima de medo e temor nas instituições.

Porém a intervenção não parou por aí. Por mais que grande parte das universidades não tenha tido seus dirigentes afastados – demonstrando assim que o discurso golpista, ao menos entre seus líderes, foi relativamente bem recebido – em alguns casos, para facilitar o processo de expurgo e o controle da instituição, os militares optaram por afastar reitores e diretores de unidades, como salienta Motta (2014, p. 38):

Foi possível identificar seis casos de reitores afastados diretamente pelo governo militar (UnB, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, URGS, Universidade Rural do Rio de Janeiro – URRJ, Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes e Universidade Federal de Goiás – UFG), e mais um caso de tentativa frustrada (UMG). Não foram afastados apenas reitores; por vezes alguns diretores de escolas ou faculdades isoladas também foram atingidos, como em São José do Rio Preto, no estado de São Paulo.

Assim é possível compreender como ocorreu o controle sobre as universidades. E não era para menos: essas instituições, sobretudo as públicas, eram, como ainda o são, espaços de ebulição política, que exercem influência na conjuntura e no desenvolvimento social e econômico da região em que se localiza. Em outras palavras: terreno fértil para disseminação de pensamentos progressistas e de esquerda.

Os militares se debruçaram, desde o início da ditadura, no sentido de inviabilizar a propagação desses pensamentos no meio acadêmico. A censura, típico de regimes autoritários, foi utilizada com a intenção de silenciar as vozes destoantes, como declara Motta (2014, p. 15):

o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas idéias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASIs para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino da moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon.

Os militares compreendiam que para o projeto de poder iniciado com a derrubada de Jango ter sucesso e ser duradouro, era preciso, independente da forma e dos métodos empregados, silenciar seus opositores. E o meio acadêmico era um importante foco de resistência que poderia pôr em xeque a consolidação dos anseios militares.

Em muitas universidades pelo Brasil a repressão foi vista logo nos primeiros dias do golpe, sobretudo em relação aos estudantes. No caso da UFBA, ela ocorreu antes mesmo da consumação do levante, como é apresentado no relatório final da CMSMV:

É sintomático que a primeira ação repressiva do golpe na UFBA foi a invasão da Residência Universitária, já na noite de 31 de março de 1964, com a prisão de todos que lá estavam, independentemente de quem tivesse ou não atividade no movimento estudantil. Daí em diante, como se verá nos fatos relatados a seguir, foi constante, dura, ampla e irrestrita a repressão às organizações estudantis e a qualquer iniciativa ou movimento cujos protagonistas originários fossem estudantes. Foi, portanto, quase uma obsessão. (COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE DA UFBA, 2014, p. 20)

A repressão atingiu duramente o movimento estudantil no interior da UFBA. Não que os outros setores, a exemplo dos movimentos docente e de técnicos não tenham sofrido tal repressão, mas, como grande parte dos estudantes estava alinhado a um discurso situado à esquerda do espectro político-ideológico, a pressão nesse segmento acabou sendo mais acentuada.

E com isso o governo militar, que desde o início da ditadura deu redobrada atenção as universidades, atingiu, ao menos que momentaneamente, o seu objetivo para dentro dos muros da UFBA: inibir a atuação do movimento estudantil e de suas organizações políticas.

Os militares foram beneficiados pelo fato do discurso golpista ter encontrado ressonância entre alguns dirigentes da UFBA. O Reitor à época do golpe – Albérico Fraga, que possuía vínculo com a UDN – reproduzia recorrentemente discursos com teor anticomunista nas sessões do Conselho Universitário (CONSUNI).

Esse mesmo Reitor, dias depois de deflagrado o golpe, em sessão do CONSUNI, em resposta a alguns docentes que propuseram um ato em apoio ao levante civil-militar, alegou **Revista Fontes Documentais. Aracaju. n. 02, v. 01, p. 4-23, jan./abr., 2019 – ISSN 2595-9778**

que não é função da instituição promover evento com tais características, sugerindo, em seguida, a aprovação de uma moção de apoio as Forças Armadas, como observamos na Ata do referido conselho (1964, apud Brito, 2008, p. 77):

O Conselho Universitário da Universidade da Bahia reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos comandantes militares que atuam em nosso estado significando-lhes o seu apoio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender as nossas instituições políticas. Salvador, 09 de abril de 1964. Reitor Albérico Fraga, Adriano Pondé, Arnaldo Silveira, F. Magalhães Neto, Maria Ivete Oliveira, Carlos Geraldo, Antônio Queiroz Muniz, Lafayette Pondé, João Mendonça, João Rescala, Luciano Aguiar, Ismael de Barros, José Calasans, Carlos F. de Simas, Dirce F. de Araújo, Hermani Sávio Sobral, Nilmar Rocha, Pedro M. Tavares Filho, Theonilo Amorim, José V. Torres Homem, Ivo Braga, Alceu Hiltner e Benjamim Sales (ATA CONSUNI. 09/04/1964).

Essa moção, assim como outras demonstrações de apoio promovidas por outras instâncias da instituição, foi rapidamente divulgada pelos veículos de comunicação. Brito (2014) sugere que os dirigentes dessas instâncias estavam interessados não apenas em demarcar espaço no interior da universidade, mas, também, sinalizar aos militares que, ao menos do ponto de vista formal, existia alinhamento político-ideológico deles com a ditadura – temendo, possivelmente, acontecer na UFBA o que já estava acontecendo em outras instituições pelo Brasil.

Porém, mesmo com parte dos dirigentes universitários agindo de tal forma, sobretudo nos anos iniciais da ditadura, a resistência no interior da UFBA se deu – com certa variação de intensidade a depender do nível de endurecimento dos militares – de forma expressiva e crescente, como é explicitado pela CMSMV (2014, p. 140):

O movimento estudantil, principalmente, mas também docentes e mesmo os reitores, tentaram todo o tempo, hora mais hora menos, uns mais outros menos, dentro das possibilidades de cada qual, resistir ao avanço da ditadura, no seu intento de domesticar a Universidade, tornando-a um lugar de acomodação política e ideológica. A rigor, os detentores do poder jamais conseguiram deter a resistência. Ela se fez presente sempre, fosse nas salas de aula, nas reuniões de departamento, de congregações e mesmo do Conselho Universitário. A resistência foi por algum tempo tímida, temerosa, mas revelou-se crescente, no sentido de assegurar a necessária e imprescindível liberdade de produzir conhecimento e compartilhá-lo com a sociedade.

A partir desse relato é possível perceber como a UFBA foi, durante a ditadura, um espaço de efervescência política e cultural. A universidade era ponto de encontro de jovens ativistas que, não necessariamente estudantes da instituição, se reuniam para, além de encenar peças de teatro, organizar a resistência ao novo governo – sobretudo no Restaurante Universitário, sediado no interior da Residência Universitário nº1, localizada no Corredor da Vitória, em Salvador.

3 O DIREITO À VERDADE E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

O direito à verdade é relativamente novo, tendo suas origens no direito internacional humanitário. Está vinculado à obrigação do Estado no sentido de socializar informações de interesse público que estejam sob o seu poder ou de segmentos da sociedade civil aos cidadãos.

Esse direito foi apresentado pela primeira vez, mesmo não exatamente desta forma, nas Convenções de Genebra, em 1949, quando foi fixado “regras a respeito de registro e fornecimento de informações sobre as vítimas de conflitos armados, bem como sobre a obrigação das partes em facilitar as investigações feitas pelos membros das famílias dispersadas pela guerra”. (CNV, 2014, p. 34)

Em outras palavras, é o direito fundamental responsável pela consolidação da verdade histórica, sobretudo em momentos de transição política, como expõe Santos (2014, p. 01-02):

O direito à verdade é o direito fundamental a ser exercido por todo e qualquer cidadão de receber e ter acesso às informações de interesse público que estejam em poder do Estado ou de entidades privadas. Nos períodos de transição política, esse direito torna-se mais evidente, uma vez que é dever estatal revelar e esclarecer às vítimas, aos familiares e à sociedade as informações de interesse coletivo sobre os fatos históricos e as circunstâncias relativas às graves violações de direitos humanos praticadas nos regimes de exceção. É a chamada verdade histórica.

Nesse sentido, o direito à verdade implica o oferecimento da verdade tanto individual quanto coletiva. A primeira ocorre na medida em que o Estado divulga informações específicas acerca das violações sofridas por determinados indivíduos; já a coletiva, se dá quando o mesmo socializa fatos que dialogam com momentos históricos como um todo.

Esse direito teve o seu alcance potencializado a partir das violações aos direitos humanos promovidas pelas ditaduras civis-militares ocorridas na América do Sul no século passado. Porém, com o passar dos anos e o restabelecimento e aprofundamento da democracia

nesses países, inclusive no Brasil, o direito à verdade começou a debruçar-se em relação a outras violações.

A consolidação do direito à verdade impacta diretamente no fortalecimento dos regimes democráticos, visto que esse direito contribui para que os cidadãos compreendam sua história e, assim, evitem a repetição de erros passados, bem como pode auxiliar na luta por reparação e justiça.

Outros direitos, a exemplo do direito à memória, à justiça, à reparação e à reforma institucional, colaboram para a consolidação da justiça de transição. Sobre isso, Santos (2014, p. 03) afirma que:

A justiça de transição, também denominada de justiça transicional ou reparadora, corresponde ao momento de passagem de um regime ditatorial a um regime democrático, marcado pela reparação dos abusos cometidos contra os direitos humanos, bem como pelo restabelecimento do Estado de Direito. É, em outras palavras, a transição política decorrente da transformação de um regime autoritário ou repressivo em um regime democrático ou eleito, ou a alteração de um período de conflito para a paz ou estabilidade.

Ou seja, justiça de transição, grosso modo, é o conjunto de ações e dispositivos que, tem como objetivo o resgate da memória em relação aos momentos de exceção, sobretudo no que tange a violação aos direitos humanos, bem como contribuir para a consolidação da democracia.

Essa justiça, em outras palavras, sinaliza tanto as obrigações do Estado no tocante à transição política, quanto também o reconhecimento que o mesmo é responsável pelas violações, bem como seus agentes. Essas obrigações, segundo Weichert (2008, p. 183-184), estão estruturadas a partir de quatro princípios, sendo eles:

o princípio da verdade, compreendido tanto do ponto de vista histórico, através das comissões da verdade, quanto judicial, mediante a investigação das instituições; o princípio da justiça, que consiste na realização da justiça por intermédio da responsabilização dos violadores de direitos humanos; o princípio da reparação, materializado na reparação dos danos às vítimas; o princípio da não-repetição: inibição, pela valorização da verdade e da reparação, de novas violações de direitos humanos, cometidas sob influência da impunidade e cultura do segredo.(2008, p. 183-184)

A partir daí é possível perceber, do ponto de vista prático, como se constituem os elementos inerentes à justiça de transição. A sua efetivação, portanto, está atrelada a vontade política dos governantes, visto que sua execução depende necessariamente da ação do Estado.

No Brasil, a Lei n° 6.683, popularmente conhecida como a Lei de Anistia, promulgada em 1979, é considerado o marco inicial da redemocratização e da justiça de transição. Se por um lado ela beneficiou os agentes do Estado que cometeram violações aos direitos humanos no período da ditadura, por outro, segundo Brasil (2007), foi responsável por viabilizar o regresso de líderes políticos que estavam exilados, contribuindo assim para o início do processo de abertura política.

Essa transição foi, assim como ainda é, lenta e gradual. Os militares, sob pressão da sociedade civil organizada e da comunidade internacional, sobretudo a partir do governo do general Ernesto Geisel, iniciado em 1974, iniciaram a abertura política que culminou, anos depois, na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Essa constituição – que deu início ao restabelecimento da democracia no Brasil, depois de 21 anos sob a égide de um Estado autoritário e repressor, apesar da influência que a mesma sofreu dos militares na sua conformação – representa o início da justiça de transição constitucional e administrativa no país.

Contudo a justiça reparatoria e histórica, na prática, só tem início anos depois. No tocante a primeira, cabe citar a aprovação da Lei n.º 9.140/1995, que instituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, com poderes para, segundo Tosi e Silva (2014), outorgar pedidos de indenização aos familiares, bem como debruçar-se na localização dos corpos de desaparecidos.

Anos depois, através da Medida Provisória n.º 2151-3, foi criada a Comissão de Anistia. Essa comissão prevê a concessão de anistia aos que de alguma forma foram perseguidos pelos agentes do Estado, assim como a socialização dessas memórias através das Caravanas da Anistia³.

Referente à justiça histórica, ou, em outras palavras, o direito à memória e à verdade, a realidade é ainda pior. Diferente da maioria dos países da América Latina – onde muitos inclusive já tiveram agentes do Estado julgados e condenados por crimes cometidos durante a ditadura – o Brasil só instituiu sua CNV em 16 de maio de 2012, 27 anos depois de terminada a ditadura civil-militar.

Assim, a CNV, criada pela Lei 12.528/2011, teve como finalidade “o exame e o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 e 1988,

³ Segundo Filho (2008, p. 162), as “Caravanas da Anistia têm percorrido o Brasil no intuito de provocar a discussão e o resgate da memória sobre o período ditatorial mediante julgamentos públicos, palestras, filmes, debates e outras atividades”.

com a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. (CNV, 2014, p. 22)

Essa comissão, ao final dos seus quase três anos de atividades, entregou, em 10 de dezembro de 2014, seu relatório final a então Presidente Dilma Rousseff. Dividido em três volumes, esse documento, além de levantar as graves violações aos direitos humanos cometidas no período supracitado, apresentou uma série de recomendações para que o Estado e a sociedade brasileira superem definitivamente as amarras da ditadura e consolidem a justiça de transição no país.

Paralelamente aos trabalhos e por influência da CNV, outras Comissões da Verdade foram sendo criadas pelo Brasil. Sejam estaduais, municipais ou universitárias, além das originadas de sindicatos e associações, muitas delas, inclusive, subsidiando os trabalhos da nacional, essas comissões, trabalhando em rede, estão sendo responsáveis por “desarquivar” a ditadura, pois, como aponta Seixas e Souza (2015, p. 353), elas:

realizaram audiências públicas para ouvir depoimentos, apresentar resultado de pesquisas sobre documentos produzidos pela rede de controle que a ditadura exercia sobre a estrutura do Estado, das empresas, das universidades e sobre a população em geral. Além disso, essas comissões realizaram atos políticos para marcar datas, lembrar episódios importantes de nossa história ou homenagear vítimas e lutadores contra a ditadura.

Esses colegiados estão contribuindo, sobretudo no tocante à memória e à verdade de determinados nichos sociais, para tornar público à sociedade o que os militares insistem em esconder, bem como recomendar ações no sentido da consolidação da democracia e para que os erros de outrora não se repitam.

No meio acadêmico, muitas universidades criaram suas Comissões da Verdade. Sobre isso, Almeida (2017, p. 05) afirma que:

foram criadas comissões universitárias nas seguintes instituições de ensino, por ordem de criação e tendo sido instituídas por ato do reitor: UnB, UFRN, UFPR, UFES, UFRJ, USP, PUC-SP, UFRRJ, UNIFESP, UFC/UECE, UNICAMP, UFPA, UFBA, UNEB, UFSC, UNESP, Escola de Sociologia de São Paulo e UFSM. Duas comissões ainda estão em funcionamento: UFSC e UFSM.

A criação dessas comissões representa um passo decisivo para a consolidação da justiça de transição no Brasil. As universidades brasileiras, temática já apresentada na seção anterior, enquanto espaços de contestação, foram instituições onde os militares promoveram graves

violações aos direitos humanos – sendo indispensável, nesse sentido, que esses colegiados resgatem a memória e a verdade dessas instituições em relação a esse conturbado período da nossa história.

4 A COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE

A CMSMV, instituída através da portaria de nº 261/2013, assinada pela então Reitora e Presidente do CONSUNI Dora Leal Rosa, teve como objetivo “revisitar os fatos ocorridos na UFBA, relativos à ditadura civil-militar, lançando luz sobre um passado que deve ser lembrado para que jamais se repita”. (CMSMV, 2014, p. 08)

A criação da referida comissão, fruto do surgimento da CNV e do aprofundamento das discussões em relação ao direito à memória e à verdade, surge também com a intenção de subsidiar os trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, da Comissão Estadual da Verdade e da própria comissão nacional⁴.

Levando o nome do intelectual e ativista baiano Milton Santos, forçadamente exilado na Europa em 1964 pelos militares, como aponta Tolmasquim e Medeiros (2014), a UFBA prestou uma importante homenagem a um dos maiores pensadores do país.

Essa comissão desenvolveu suas atividades de dezembro de 2013 a agosto de 2014. A mesma foi formada por nove membros: um representante dos técnicos (Umberto Bastos), dois representantes discentes (Jessica Santos de Jesus e Leandro Coutinho Silva) e seis representantes docentes (Emiliano José, Ilka Dias Bichara, Iracy Silva Picanco, João Augusto Rocha, Olival Freire Jr. e Othon Jambeiro) – sendo presidida por este último.

No intento de debruçar-se sobre a memória da universidade em relação ao período ditatorial, os trabalhos do colegiado foram divididos em duas subcomissões. Uma ficou responsável pelas oitivas, que buscou, através das entrevistas⁵ com figuras que fizeram parte da comunidade acadêmica da instituição, relatos que ajudassem na reconstituição do período; já a

⁴No relatório da CNV constam informações sobre a repressão no interior da UFBA que foram enviadas pela CMSMV.

⁵Essas entrevistas, realizadas no auditório da Faculdade de Comunicação (Facom), foram gravadas e editadas pela TV UFBA. Ao final dos trabalhos, essa mesma tv produziu um documentário sobre a comissão, intitulado “Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA”, disponível no canal da TV UFBA no Youtube, assim como a íntegra das oitivas (Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/webtvufba>>. Acesso em: 31 mar. 2018).

outra, dedicou-se em buscar informações nos arquivos da instituição, bem como nos documentos recebidos pela mesma, como é apresentado no seu relatório final:

Este relatório compreende a análise dos documentos localizados, até meados de maio, no Arquivo Geral da UFBA, na Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor (1964 a 1981), em atas das congregações e documentos de algumas faculdades, em atas do Conselho Universitário e em documentos entregues à Comissão por pessoas que prestaram depoimento. (CMSMV, 2014, p. 08)

Contribuíram para o desenvolvimento das atividades alguns estudantes de Arquivologia, História e Comunicação, assim como alguns docentes que prestaram assessoria à CMSMV, todos da própria instituição, no sentido de ajudar no processo de recolhimento das informações necessárias para que os objetivos do colegiado fossem alcançados.

Ao final dos trabalhos a comissão entregou, em 18 de agosto de 2014, seu relatório final, intitulado *Golpe Civil-Militar de 1964 na UFBA: rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço da negação*, a então Reitora Dora Leal Rosa – que, em seguida, foi encaminhado ao CONSUNI para apreciação e aprovação. Esse documento, que ainda inclui o 2º Relatório parcial dos trabalhos da Comissão de Memória e da Verdade Eduardo Collier Filho, da Faculdade de Direito (FDUFBA), também recomendou algumas ações para que a UFBA continue a se debruçar no resgate da sua memória.

Assim, três recomendações foram apresentadas. A primeira é que a universidade – compreendendo a importância do legado desta comissão – crie um organismo permanente, vinculado ao Gabinete da Reitoria e com estrutura apropriada, para que os trabalhos da mesma sejam continuados; a segunda é que a instituição estimule à produção científica no tocante a temática sobre a relação da UFBA com a ditadura civil-militar; já a terceira é que a UFBA socialize, depois de uma intervenção arquivista, a documentação já selecionada pela comissão. (CMSMV, 2014)

Nesse sentido, a CMSMV cumpriu, apesar das suas limitações, o objetivo para o qual foi criada: iniciar o resgate das memórias e da verdade histórica da UFBA acerca do período ditatorial, sobretudo em relação as violações aos direitos humanos e as liberdades individuais.

4.1 ANÁLISE ARQUIVÍSTICA

Segundo Jardim (1995), o Estado brasileiro possui uma política de esquecimento em relação a determinadas memórias. Essa política de Estado, em outras palavras, promove o negacionismo histórico na medida em que refuta a sociedade o acesso a essas memórias.

Muito por influência da falta de uma política de arquivos consistente, somado a política estatal acima relatada, a documentação da UFBA no tocante ao período ditatorial, rica em informações detalhadas, encontra-se, em grande medida, descentralizada e sem tratamento arquivístico, como salienta Oliveira et al (2014, p. 23):

Apesar de a UFBA ter sido palco de intensos debates, manifestações e desenlaces provocados pelo regime militar, há ainda pouca documentação selecionada, organizada e descrita a respeito. A documentação está dispersa em órgãos, unidades e setores administrativos.

Diferente de outras universidades pelo Brasil que centralizaram seus acervos sobre esse período a partir da criação de memoriais – com o objetivo de homenagear as vítimas da ditadura – a UFBA ainda mantém sua documentação espalhada pela instituição.

Esse foi um dos elementos que prejudicou os trabalhos da comissão no acesso, análise e tratamento da referida documentação. Com uma diversificada tipologia documental, envolvendo desde correspondências sigilosas do Gabinete do Reitor, relatórios de gestão e atas das sessões das Congregações e do CONSUNI, dentre outros, esses documentos, apesar das limitações, contribuiram para o processo de reconstituição dos fatos e elaboração do documento final da comissão.

No que tange aos procedimentos empregados para o tratamento da documentação em questão, isto é, avaliação, descrição e análise de conteúdo, ficou demonstrado, como expõe Bellotto (2002), a importância da arquivologia para a organização e tratamento da informação.

Esses documentos desempenham, na prática, a função de esclarecer à sociedade as violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado repressor, muitos desses podendo ser definidos como “arquivos de direitos humanos”⁶. A sua interpretação e tratamento precisam ser feitos, para um melhor entendimento do seu conteúdo, compreendendo o momento histórico em que foram produzidos.

E assim foi feito em relação à documentação, de valor histórico, que a comissão se debruçou. Buscou-se, portanto, interpretar esses registros, reconhecendo as limitações de uma

⁶Segundo Santos (2016), arquivo de direitos humanos é todo material que registra momentos autoritários e violações aos direitos humanos, servindo tanto para o oferecimento de direitos quanto ao aprofundamento da democracia.

pesquisa documental, sobretudo do ponto de vista da não neutralidade que envolve o seu processo de criação.

Foi possível perceber, a partir da análise arquivística, à contribuição da arquivologia no tratamento e interpretação da documentação, sobretudo do ponto de vista do acesso à informação. Ao arquivista, nesta perspectiva, cumpre não apenas o papel de organizar e disponibilizar um acervo documental, mas, também, o de investigá-lo, como expõe Duarte (2006-2007, p. 150):

Na verdade, deparar-se com uma documentação exige do arquivista um estudo aprofundado a partir de escavação cuidadosa, permitindo não somente a organização arquivística do acervo, mas, ao mesmo tempo, a análise temática representativa, interpretativa e precisa das peças.

O tratamento dado à documentação, a partir da utilização de métodos arquivísticos, apesar da reduzida estrutura que a universidade disponibilizou ao colegiado, foi decisivo para a obtenção e sistematização de importantes informações no sentido de compreender como se deu os desdobramentos da ditadura dentro da instituição.

5 ALGUMAS CONCLUSÕES E INQUIETAÇÕES

A ditadura civil-militar brasileira sentenciou o Brasil a duas décadas de autoritarismo e violações aos direitos humanos. O golpe de 1964 representou o engessamento de um processo de democratização iniciado com a Constituição de 1946.

O governo militar, desde seu início, via no meio universitário uma área estratégica para suas pretensões. Basicamente por dois motivos. O primeiro, era porque eles acreditavam que o crescimento da economia estava atrelado ao desenvolvimento das pesquisas e da formação de quadros para o Estado e iniciativa privada; o outro, era porque julgavam que nas universidades a resistência ao novo governo se daria, como acabou se confirmando, de forma intensa – sendo necessário reprimir e silenciar os opositores.

A criação da CMSMV, apesar de tardiamente se compararmos com outras universidades, contribuiu para nos revelar, através do seu relatório final, tanto como o Estado repressor atuou, quanto, também, como se deu a resistência, que variava a depender do endurecimento dos militares – sobretudo por parte do movimento estudantil – ao novo governo.

Porém a estrutura e as condições de trabalho que a universidade ofereceu a comissão prejudicaram o seu andamento. Durante os aproximadamente oito meses em que o colegiado atuou, seus integrantes continuaram a desenvolver suas atividades acadêmicas – realidade que prejudicou o funcionamento da comissão.

Mesmo com todas as limitações impostas à comissão foi possível perceber, a partir de uma análise arquivística⁷, à contribuição que a arquivologia proporcionou ao processo de tratamento e interpretação desta documentação, sobretudo do ponto de vista do acesso à informação.

No tocante as recomendações que a comissão apresentou à universidade, a saber – a criação de uma estrutura permanente para dar sequência aos trabalhos do colegiado, a socialização da documentação já disponível (depois de um tratamento arquivístico) e o estímulo à pesquisa científica sobre a referida temática – apenas a última foi até agora implementada.

Através da Portaria de nº 399/2014, assinada em 22 de dezembro, quatro meses depois de encerrado os trabalhos da comissão, foi criado o Comitê de Pesquisa sobre a Ditadura na UFBA (CPDU), vinculado a Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI), para dar “continuidade” aos trabalhos do colegiado. Esse comitê lançou no ano seguinte o Edital PROPCI/UFBA 01/2015, intitulado “A ditadura militar e a UFBA: ações e reações (1964/1985)”.

É preciso que a universidade, para além do CPDU⁸, seguindo recomendação da comissão gerada por ela própria, crie um Observatório de Direitos Humanos, vinculado ao Gabinete da Reitoria, para dar continuidade aos trabalhos iniciados pela CMSMV.

Esse organismo, dotado de estrutura apropriada e com equipe formada por pesquisadores das áreas de Arquivologia, História, Antropologia, Ciência Política, Direito e Comunicação, será imprescindível para obtermos conclusões mais robustas acerca das relações entre a UFBA e a ditadura civil-militar.

Esses profissionais precisam, para finalizar, compreender um elemento importante para a interpretação e tratamento dos arquivos⁹ da ditadura: a sua relação com os direitos humanos – temática pouco aprofunda na arquivologia. Mas isso é questão para outra pesquisa.

⁷Essa análise também foi responsável por demonstrar a importância dos arquivos para o funcionamento das Comissões da Verdade. Sobre isso, o Arquivo Público do Estado de São Paulo (2016, p. 44) afirma que há uma “indiscutível dependência das comissões em relação aos arquivos”.

⁸No entendimento dos autores deste artigo, a criação do referido comitê, mesmo reconhecendo a sua importância para o estímulo da produção científica sobre a temática, não substitui a necessidade da continuação dos trabalhos da comissão, visto que há uma vasta documentação desse período que precisa ser tratada, interpretada e socializada, assim como outros sujeitos precisam ser entrevistados para que a UFBA se aproxime da verdade histórica que tanto se almeja.

⁹Segundo Fonseca (1999), o direito à informação configura-se enquanto um direito humano fundamental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João de Assis. Memória, universidade, cidadania e constituição na era das comissões da verdade: elucubrações comparativas a partir da vida e obra da família Kucinski. In: Simpósio Nacional de História, 29, 2017, Brasília. **Anais eletrônico...** Brasília, 2017, 15p. Disponível em:
<http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489624814_ARQUIVO_STANPUH2017.pdf> Acesso em: 03 mar. 2018.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. 312 p.

SÃO PAULO. Arquivo Público. A ditadura revisitada. **Revista do Arquivo**. São Paulo, nº 02, 45 p. 2016. Disponível em <
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/interpretes_do_acervo_03.php>
Acesso em: 23 mar. 2018.

ATA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA DE 09 DE ABR. 1964. In: BRITO, Antônio Maurício Freitas. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência a ditadura militar (1964-1968)**. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. Série como fazer vol. 8. São Paulo, SP: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado. 2002. Disponível em:
<http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf> Acesso em: 06 mar. 2018.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em:
<http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acesso em 04 ago. 2018.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direto à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, 500 p.

BRITO, Antonio Maurício Freitas. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**. 2003. 133 p. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2003.

_____. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência a ditadura militar (1964-1968)**. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008.

_____. O golpe de 1964 e a Universidade Federal da Bahia. **OP SIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 303-320, jan./jun. 2014.

COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE DA UFBA. **Relatório Final. Salvador**: Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, 2014.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, I Série, vol. V-VI, p. 141-151. 2006-2007.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O anjo da memória e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. **Veritas**, Porto Alegre, v. 53, n. 2, p. 150-178, abr./jun. 2008.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 2, p. 146-154, 1999

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 538p.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995.

JOSÉ, Emiliano. **Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. 184 p.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 732 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014. 429 p.

OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de et. al. Ações arquivísticas no acesso à informação junto à Comissão da Verdade da UFBA: Resgate Histórico do período da ditadura civil militar. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 6, 2014, Santa Maria. **Anais eletrônico...** Santa Maria, 2014. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/dfloresbr/arquivologia-sustentabilidade-e-inovao-vi-congresso-nacional-de-arquivologia-anais-do-vi-cna-2014>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

SANTOS, Claiz Maria Pereira Gunça dos. O reconhecimento do direito à verdade e à memória como um direito fundamental implícito no ordenamento jurídico brasileiro. In.: LEAL, Rogério Gesta. EILBAUM, Lucia. MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Justiça de transição: verdade, memória e justiça**. Ed: FUNJAB. CONPEDI. 2014.

SEIXAS, Ivan Akselrud de; SOUZA, Silvana Aparecida de. Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil. **Estud. Sociol.** Araraquara-SP, v. 20, n. 39, p. 347-364, jul./dez. 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. 123 p.

TOLMASQUIM, Alfredo Tiomno; PIMENTA, Ricardo Medeiros; OLINTO, Gilda. Entre a memória e a informação: cientistas perseguidos na ditadura militar. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 15, 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônico...** Belo Horizonte, 2014. p. 5037-5049. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>> Acesso em: 09 nov. 2017.

TOSI, Giuseppe; SILVA, Jair Pessoa de Albuquerque e. A justiça de transição no Brasil e o processo de democratização. In: TOSI, Giuseppe et al. (Org) **Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade**. João Pessoa: Editora de UFPB, 2014. 348 p.

WEICHERT, Marlon Alberto. Crimes contra a humanidade perpetrados no Brasil. Lei de anistia e prescrição penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 74, p. 183-184, 2008,

Recebido/ Received: 13/12/2018 Aceito/ Accepted: 07/02/2019 Publicado/ Published: 30/04/2019
--

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS NAS BIBLIOTECAS

THE IMPORTANCE OF USER EDUCATION IN LIBRARIES

Angilene Nascimento

Mestranda em Educação Profissional Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bibliotecária da Biblioteca de Pós-graduação do Instituto Federal de Sergipe – IFS. Membro do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (GEHPE/UNIT). E-mail: angilene@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5714-7458>

Luiz Carlos Pereira dos Santos

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Sistema e Computação pela Universidade Salvador (UNIFACS). Graduado em Administração e Sistema de Informação pela Universidade Tiradentes (UNIT) e Pedagogia pela Universidade Sul de Santa Catarina (UNISUL). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional Tecnológica do IFS e do curso Técnico de Informática do IFS. E-mail: luizcarlos.ifs@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7659-6144>

RESUMO

O texto traz a importância da educação de usuários para o desenvolvimento de habilidades e competências que ajude na formação deste indivíduo que está se tornando pesquisador, trata-se de uma revisão bibliográfica. Destaca o valor da biblioteca enquanto ambiente de prática educacional em que tem muito a contribuir para esse processo, pois é uma extensão da sala de aula. Pontua a responsabilidade dos profissionais da informação diante do advento tecnológico que se instaurou no ambiente educacional, tornando-se imprescindível ao bibliotecário se posicionar de modo que este usuário não perca o foco principal, que é a busca da pesquisa coerente e bem referenciada. Baseia-se teóricos da educação e da Biblioteconomia como Milanese (2002), Freire (2012), Campello (2009) Fonseca (2007) Froebel (2001) Gadotti (1984) dentre outros. O texto faz uma ponte entre educação e ciência da informação com a inferência desses autores.

Palavras-chave: Educação de usuário. Biblioteca. Bibliotecário. Tecnologia.

The text shows the importance of user education to the development of skills and competences that help in the formation of this individual who is becoming a researcher. It is a bibliographical review and highlights the value of the library as an environment of educational practice that has much to contribute to this process, since it is an extension of the classroom. It also punctuates the responsibility of information professionals in the face of the technological advent that has taken place in the educational environment, making it essential for the librarian to position himself so this user does not lose the main focus, which is the search for coherent and well-referenced research. It is based on education and librarianship theorists like Milanese (2002), Freire (2012), Campello (2009) Fonseca (2007) Froebel (2001) Gadotti (1984) among others. The text bridges education and information science with the inference of these authors.

Keywords: User education. Library. Librarian. Technology.

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas têm um papel imprescindível no ambiente educacional, elas são uma ferramenta extremamente importante para desenvolver as habilidades dos alunos enquanto pesquisadores. Em um momento em que tanto tem se falado nas novas tecnologias que tem adentrado o contexto escolar, e conseqüentemente as bibliotecas, assim como os novos suportes informacionais, é natural que sintamos a necessidade de olhar com mais atenção para este ‘novo velho usuário’ que se apresenta com várias expectativas e perspectivas diferente no tange a informação.

Perceber, portanto, esse novo cenário e usuário, é ajudá-lo a não se perder nesse universo, muitas vezes disperso, das informações virtuais, ajudando-os e os motivando a fazerem suas pesquisas de maneira consciente e consistente com cada vez mais autonomia. A biblioteca precisa e deve estar atenta nesse novo momento pelo qual passa a sociedade moderna, em que tudo é urgente, emergencial e instantâneo. Temos a responsabilidade, enquanto profissionais da informação, de ajudar aos nossos usuários a se posicionarem de maneira coerente diante das suas pesquisas, demonstrando-lhe a responsabilidade deste ato.

A educação de usuários permitirá que esses jovens desenvolvam habilidades e competências que os ajudarão em suas pesquisas, levando-os a terem mais autonomia e isso é de suma importância para os leitores que estarão sendo formados. Desde a década de 1950 e 1960 alguns países começaram a pesquisar as bibliotecas no que concerne à temática educação de usuários, os quais já designavam o valor significativo da biblioteca e do bibliotecário no aprendizado dos estudantes (CAMPELLO, 2003). É imprescindível que a biblioteca desenvolva ações bem planejadas e articuladas que possibilitem a interação e a instrução de seus usuários para o uso e acesso das ferramentas e/ou recursos por ela disponibilizados, aprendizado que o acompanhará por todos os anos de sua formação.

Tais ações levarão o indivíduo a possuir mais autonomia e consciência das suas pesquisas, em uma dinâmica que favorecerá suas articulações não só com os assuntos inerentes ao Plano de Ensino de seu curso, mas, também, para sua formação na completude, comungando com a diversidade de informações que estão disponíveis nas bibliotecas nos variados suportes em que estas se encontram.

Os bibliotecários em parceria com os docentes têm a possibilidade de desenvolver atividades no contexto da educação dos usuários com maestria, pois juntos possuem a capacidade de construção de estratégias conjuntas que intervenham na ida do aluno às bibliotecas e acessem os materiais disponíveis. Estas são atividades essenciais que condizem

Revista Fontes Documentais. Aracaju. n. 02, v. 01, p. 24-35, jan./abr., 2019 – ISSN 2595-9778

com a atuação consciente destes profissionais como Agentes Sociais na atual era da informação, permeada de ferramentas tecnológicas que podem mascarar a formação desse sujeito que precisará ainda de um mediador para construção do seu conhecimento de forma efetiva. Os docentes podem estimular de forma consciente os alunos para que estes frequentem de forma mais assídua a biblioteca e utilize seus serviços.

O conhecimento deve elevar o homem, fazê-lo evoluir, e a leitura é um fio condutor formidável para essa conquista, pois “deve, também, a educação conduzir o homem a uma clara visão de si mesmo, da natureza, da sua união com Deus” (FROEBEL, 2001, p.24). Assim em cada esfera da vida do homem, o conhecimento deve contribuir para esse humano formado na sua integralidade. Qualquer atividade dentro do contexto educacional deve ajudar o indivíduo a desenvolver as múltiplas habilidades intelectuais e pessoais que o mundo moderno tem exigido.

Importante ressaltar que as bibliotecas são instrumentos auxiliares no contexto do ambiente escolar dentro do processo de ensino-aprendizagem. Elas têm um papel fundamental para a vida do educando, favorecendo sua formação por possibilitar o exercício da pesquisa e a relação com variadas áreas do conhecimento, além da independência que adquire no processo de busca da informação à medida que exercita estas práticas, preparando-se desta forma para a vida, construindo uma formação que perpassará as paredes da biblioteca e da Instituição em que ensina. Não se trata de ir à biblioteca mecanicamente pegar no balcão com um auxiliar o livro que lhe foi solicitado, é preciso que ele exerça o ato da pesquisa, se inquiete, se intrigue.

2 A BIBLIOTECA COMO AMBIENTE DE PRÁTICA EDUCACIONAL

Na antiguidade não existiam as tipologias de bibliotecas existentes hoje, divididas em especializadas, públicas, universitárias, escolares, infantis, nacionais dentre outras. O planejamento das bibliotecas, dessa forma categorizada, surgiu como uma necessidade da nossa época, como afirma Fonseca (2007, p.48) “uma época em que o planejamento se impôs como condição *sine qua non* do desenvolvimento”. Esta padronização das bibliotecas se deve a alguns economistas como o austro-americano Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) e o inglês John Maynard Keynes (1883-1946). A partir desse momento as bibliotecas deixam de ser formadas de maneira circunstancial para assumir seu papel na educação, conforme Fonseca fala:

Houve o fim do *laissez-faire*: o fim da formação de bibliotecas ao sabor das circunstâncias, como doações, heranças, etc. Inicialmente considerada no planejamento educacional, a biblioteca é hoje

encarada como parte integrante dos meios de comunicação de massa (Fonseca, 2007, p.49).

Estas bibliotecas passam a atender públicos específicos, passando a formar seus acervos com características bem definidas para que a sociedade se reportasse as áreas do conhecimento que fossem de encontro as suas reais necessidades na busca pela informação, por meio de uma “formação de coleções, segundo rigoroso critério seletivo, direcionado para os usuários de cada categoria de biblioteca” (Fonseca 2007, p.49). A biblioteca tem um valor primordial na humanidade,

[...] essa atividade de buscar o que foi guardado e de guardar o que foi registrado (e de registrar o que foi imaginado) é a forma possível para manter viva a memória da humanidade, forma essa em constante aperfeiçoamento (MILANESI, 2002, p. 9).

Importante destacar que com a chegada da sociedade da informação, permeada pelas novas tecnologias, a biblioteca passa a ter uma função além do papel da formação de leitores. Precisa posicionar-se diante de uma nova realidade instaurada na educação e, conseqüentemente, necessita instruir as pessoas quanto à utilização da informação de forma autônoma e reflexiva diante da explosão de informações aliadas às tecnologias. Segundo o Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2002, p.1) para Bibliotecas escolares, a biblioteca escolar tem uma missão no que concerne a formação do sujeito crítico, de modo que

A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação.

O formato ou o meio que a informação se apresenta não é o fator primordial, mas a informação contida nesses suportes. O que nos compete enquanto profissionais da informação é ajudar esses usuários a usufruírem de maneira adequada e em potencial tudo que lhes é oferecido entre serviços e produtos para que possam utilizar adequadamente desses materiais no seu processo de aprendizagem. A partir deste momento, poderão contar com as competências e habilidades desenvolvidas por toda a sua vida.

Algumas modalidades para a educação de usuários são definidas por Campello (2009) como: o letramento literário, serviço de referência, o letramento literário e informacional dentre **Revista Fontes Documentais. Aracaju. n. 02, v. 01, p. 24-35, jan./abr., 2019 – ISSN 2595-9778**

outros, considerados alguns dos mais importantes meios pelo qual a biblioteca exerce seu papel educativo. O letramento informacional atua capacitando alunos a construir e desenvolver habilidades quanto ao uso da informação. Trata-se de um processo que integra as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar, usar a informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas.

Ressaltando-se que os recursos informacionais existentes nas bibliotecas irão se constituir em uma importante ferramenta “para propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para viver e conviver na sociedade da informação” (KUHLTHAU, 2002, p. 2). Ao receber essas práticas educativas, o usuário será instruído sobre como utilizar a informação, o que lhe conferirá mais autonomia e um acesso maior as bibliotecas.

Nos dias de hoje o bibliotecário tem a tarefa de não apenas gerir de forma sistemática este, que foi organizado para atender as diferentes tipologias de bibliotecas que surgiram, mas lidar com as evoluções que esses ambientes têm sofrido ao longo da história e com este usuário da modernidade, um exemplo são as novas tecnologias, que conferem novos suportes às informações, e que traz um novo olhar deste para o ambiente informacional, pois “o volume da informação e as novas tecnologias obrigam hoje o bibliotecário a repensar o seu perfil profissional e o seu papel no mercado da informação, que o vê mais como um gerente e um especialista” (TARAPANOFF, 1989, p.106).

2.1 A EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS

Nos Estados Unidos foi realizada uma pesquisa no Estado de Ohio, com o intuito de melhorar a qualidade das bibliotecas escolares no país. O foco da pesquisa era mostrar a importância do profissional bibliotecário nessas instituições e a influência deste profissional e da biblioteca na aprendizagem. Além de conseguir subsídios para as políticas educacionais. Entre as descobertas do estudo estava a importância da parceria do bibliotecário e docente.

O estudo comprovou que a biblioteca ajuda os estudantes de maneira efetiva. que existe uma contribuição concreta. Segundo (TODD; KUHLTHAU, 2004, p. 13). “(...) biblioteca efetiva é aquela que sob a responsabilidade de um bibliotecário que tem clareza de seu papel educativo e que desempenha um papel fundamental na aprendizagem e na construção do conhecimento”.

Em Portugal existe o Programa da Rede de Bibliotecas Escolares - RBE do Ministério da educação com propósitos bem definidos no que se refere aos parâmetros das bibliotecas escolares

Os professores bibliotecários asseguram na escola, o funcionamento e gestão das bibliotecas, as atividades de articulação com o currículo, de desenvolvimento das literacias e de formação de leitores. Compete-lhes gerir as bibliotecas do agrupamento enquanto espaços agregadores de conhecimento, recursos diversificados e implicados na mudança das práticas educativas, no suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento da literacia da informação, tecnológica e digital, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania. Compete-lhes, ainda, garantir serviços de biblioteca a todas as escolas do agrupamento (PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, 2012, p. 26).

A RBE em Portugal, assim como a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) oriundo da Inglaterra demonstram a importância e a necessidade de se pensar em estratégias que ajudem a formar uma biblioteca escolar cada vez mais atenta com as necessidades da modernidade e focada no usuário como componente central para o qual a mesma foi criada, a RBE entende a biblioteca escolar como um,

espaço agregador de conhecimentos e recursos diversificados, seja na escola, um local implicado na mudança das práticas educativas, no suporte às aprendizagens, no apoio ao currículo, no desenvolvimento da literacia digital, da informação e dos média, na formação de leitores críticos e na construção da cidadania (PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, 2012, p. 26).

Novas demandas surgiram com a chamada sociedade da educação, dentre elas, a necessidade de se organizarem diferentes formas de preparar as pessoas para lidar com o grande fluxo informacional e com as tecnologias a ele ligadas. Tem sido indiscutível o fato de que a biblioteca é um instrumento indispensável no processo de ensino-aprendizagem, um espaço aonde as competências são desenvolvidas em prol de uma busca dinâmica pela informação.

Ensino e biblioteca são instrumentos complementares [...], ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a alternativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será por seu lado, instrumento vago e incerto. (LOURENÇO FILHO, 1946, p. 4).

O papel do bibliotecário precisa ser o de dar prioridade a educação dos usuários, de tal modo que o aluno seja capaz de ter autonomia nesse processo de construção do conhecimento, levando-o a reflexão, questionamentos, a fazer análises e considerações ao se deparar com as informações que almeja. Estas ao longo desse processo de busca podem ser alteradas, suprimidas, acrescidas, enfim, passa a ter um significado mais sólido para este aluno.

A educação de usuários para Dias e Pires (2004, p. 38) é “[...] o processo pelo qual o usuário interioriza comportamentos adequados em relação ao uso da biblioteca e desenvolve habilidades de interação permanente com unidades de informação”. Portanto, o mesmo será capaz de fazer suas pesquisas de forma independentes e bem direcionadas para suas necessidades de informação. Campello define educação de usuários como

Conjunto de atividades que, ao contrário do serviço de referência, apresentam uma característica proativa, realizando-se por meio de ações planejadas de uso da biblioteca e de seus recursos. (CAMPELO, 2003, p.29)

Para Córdoba González (1998), a educação de usuários tem se revelado valiosa para o desenvolvimento de uma comunidade acadêmica, isto é, usuários da informação, conduzindo-os e ensinando-os a serem mais produtivos, reflexivos e capazes de explorar mais eficientemente os inúmeros recursos de informação colocados à sua disposição, para a elaboração de uma proposta para educação de usuários é possível perceber três planos para que estes norteiem uma proposta para educação de usuários.

O plano a ser utilizado será de acordo com as necessidades e barreiras encontradas por cada profissional da informação em sua biblioteca. “É possível usar um ou dos planos ou fazer uma proposta que englobem os três: cognitivo, afetivo e psicomotor”, de acordo com Ah Ton e Valério (1979, p.179).

A educação de usuários é uma atividade de extrema importância em todas as unidades de informação e vários autores têm discorrido nos últimos anos sobre essa temática, como nos trabalhos de Bidart Escobar, Gamarra Castro e Cortellezzi (2005), Canchota e García (2010), Carvalho (2008), Souto (2004), entre outros. A temática educação de usuários tem abordagens diversas sob terminologias e expressões distintas. O tema sofre variações, é chamado de educação de usuários, orientação de usuários, orientação bibliográfica, pesquisa bibliográfica e instrução e treinamento de usuários, onde cada uma tem a sua própria interpretação.

Algumas dissertações e teses têm discorrido sobre a temática dentro do âmbito da biblioteca escolar e universitárias. Dentre as pesquisas, encontra-se a tese de doutorado de Gomes (2016): intitulada "Da educação de usuários à construção de competência em informação no contexto das bibliotecas das Universidades Federais" que discorre sobre a educação de usuários dentro da perspectiva do desenvolvimento de competência em informação tendo a biblioteca universitária como foco principal.

Entre as dissertações de mestrado Santiago (2010) com seu trabalho "Um olhar para a educação de usuários do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco" foca a temática para a construção de um Programa de Educação de usuários votado pra o sistema de bibliotecas universitárias. Com a dissertação "Práticas educativas em bibliotecas escolares: a perspectiva escolar uma análise de múltiplos casos na RMEBH" Félix (2014), centraliza o estudo de usuários nas bibliotecas escolares com a proposta de práticas educativas.

A sensibilização e a educação formal e informal no âmbito de uma biblioteca, assim como em outros segmentos que lidam com a informação, têm sido indicadas como pontos de atuação cada vez mais importantes do atendimento ao usuário como afirma Mello (2010). É de suma importância cooperar para a sua formação para que ele seja capaz de problematizar o mundo em que vive e superar suas contradições, comprometer-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. Como destaca Gadotti (1994, p.90), "não é consumir idéias, nem obedecer", corroborando com Mello (2010).

De acordo com Santiago e Azevedo Netto (2012, p. 247) para que se identifique as carências informacionais, atendendo às demandas emergentes, "é importante que a biblioteca estabeleça pontes de comunicação contínuas com o usuário". Para tanto, é fundamental que a organização, o planejamento e a execução de ações da biblioteca sejam norteados pela interação e pela capacitação de seus usuários em prol da utilização acertada dos produtos e serviços ofertados por esta.

Se o estudante/usuário for capaz de buscar as informações que procura e discerni-las, imprimindo a esta confiabilidade por meio de suas referências, desenvolverá aptidões e habilidades enquanto pesquisador, tendo seu comportamento moldado no sentido de explorar as potencialidades existentes em seu ambiente informacional. Naranjo Vélez (2005, p. 48) pontua que: "quando o usuário recebe uma formação que tem significado para ele, é mais factível obter na unidade de informação um uso ótimo dos serviços e recursos como também da informação em geral."

Destarte, não se trata apenas de habilidades quanto ao manuseio dessas ferramentas, mas um entendimento intrínseco precisa existir sobre os valores que envolvem a pesquisa e cada ação que realiza dentro da biblioteca em prol da sua formação. Muitos estudantes não se dão conta disto, por não ter havido uma interação nos seus primeiros anos escolares, como resultado não absorvem enquanto estudantes do ensino médio e depois enquanto universitários, com profundidade os recursos que estão à sua disposição.

Uma pesquisa coerente e bem referenciada só ocorrerá se estes usuários forem bem monitorados em meio a um turbilhão de informações vindo de todos os suportes existentes, por isso que quaisquer ações que o oriente já será de grande valia, como por exemplo: uma cartilha online ou impressa, um Programa para educação de usuários que englobe professores, pedagogos e os próprios bibliotecários, treinamentos mais aprofundados sobre o uso dos produtos e serviços da unidade de informação, dentre outros.

3 CONCLUSÕES FINAIS

A educação de usuários é de bastante relevante em qualquer biblioteca e para o ambiente educacional em si, ela proporcionará ao estudante maiores possibilidades de desenvolver a autonomia nas suas pesquisas o que indiretamente ajudará em um maior estímulo na sua leitura, nas habilidades enquanto leitor, nas competências necessárias para estimular o desenvolvimento das pesquisas, cada vez mais conscientes e dinâmicas, pois não se pode mais conceber a biblioteca apenas como um local de guarda de livros como na antiguidade, mas seu papel é muito aquém disto.

Cabe aos profissionais da informação atentarem para essa responsabilidade que os cerca e traçarem estratégias que os ajudarão nessa missão tão bonita e profunda que é de levar aos outros, conhecimentos e a possibilidade de pensarem, construir suas convicções e como consequência disso, serem protagonistas de suas histórias e não apenas coadjuvantes, meros espectadores de uma realidade que os cerca. E para que isso aconteça é preciso mobilização e iniciativa por parte da escola, com seu corpo de docentes juntamente com os bibliotecários para uma dinâmica favorável.

A responsabilidade de não reproduzirmos uma educação bancária é de todos nós, educação contestada por Paulo Freire (2011) e que corremos o risco de repetir enquanto profissionais da informação, se apenas deixamos os materiais a disposição sem nenhuma intenção de auxiliar pra que estes usuários sejam cada vez mais orientados e treinados a usarem

suas capacidades para saberem escolher, selecionar, discernir qual o melhor material a ser usado. Ser capaz, assim, de tecer juízo crítico, não apenas um comprador que leva um produto de maneira mecânica ou automática.

Portanto, cabe a nós esse empenho, a execução e planejamento de ações que corroborem com esse objetivo, de contribuir para a formação de jovens pensantes, investigadores, curiosos em desvendar os mistérios inseridos nas literaturas dos mais variados gêneros e suportes, desse modo se mobiliza uma sociedade para o avanço, se constrói uma realidade mais justa e digna para a humanidade, quando cada um, em sua posição, faz o possível para desencadear o melhor do outro, assim a educação acontece.

REFERÊNCIAS

AH TON, Ah Tin; VALÉRIO, D.H. A formação dos usuários no meio universitário: uma revisão bibliográfica (1974-1978). *In*: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, 10, Curitiba, 1979. **Anais [...]**. Curitiba: ABPr, p. 177-200, 1979.

BIDART ESCOBAR, Cláudia; GAMARRA CASTRO, Néstor; CORTELLEZZI, Paola Knuser. Formación de usuarios en bibliotecas universitarias del Uruguay. **Revista ACB**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 145-157, jan./dez. 2005.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf. [online]**. 2003, vol.32, n.3, pp.28-37. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652003000300004>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

CANCHOTA, I. L.; GARCÍA, M. A. A. **Curso de formación de usuarios para bibliotecas universitarias**. Disponível em: <<http://www.uag.mx/eci/formaciondeusuarios.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2019.

CARVALHO, Fernanda Cordeiro de. **Educação e estudos de usuários em bibliotecas universitárias brasileiras: abordagem centrada nas competências em informação**. 145 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

CÓRDOBA GONZÁLEZ, Soray. La formación de usuarios con metodos participativos para estudiantes universitarios. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 61-65, 1998

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EDUFSCAR, 2004. (Série Apontamentos).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Revista Fontes Documentais. Aracaju. n. 02, v. 01, p. 24-35, jan./abr., 2019 – ISSN 2595-9778

_____. **Professora sim, tia não.** Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'Água, 2012.

FÉLIX, Andreza Ferreira. **Práticas educativas em bibliotecas escolares:** a perspectiva da cultura escolar – uma análise de múltiplos casos na RME-BH. 124 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia.** 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FROEBEL, Friedrich W. A. **A educação do homem.** Tradução de: Maria Helena Câmara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001.

GADOTTI, Moacyr. **Educação e poder:** introdução à pedagogia do conflito. 5. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

GOMES, Marcos Aurélio. **Da educação de usuários à construção de competência em informação no contexto das bibliotecas das universidades federais:** um estudo a partir da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

IFLA. **Manifesto Ifla/Unesco Para Biblioteca Escolar.** 2002. .

KUHTLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca escolar:** um programa de atividades para o ensino fundamental. São Paulo: Autêntica, 2006.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **O ensino e a biblioteca. Rio de Janeiro:** Imprensa Nacional, 1946. 1a Conferência da Série “A educação e a biblioteca”, pronunciada na Biblioteca do DASP, em 05 jul. 1944.

MELLO, R. F. et al. Educação do usuário à distância. **Transinformação**, v. 11, n. 3, p. 287-291, 1999. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/310>> Acesso em: 09 fev. 2019.

MILANESI, Luis. **Biblioteca.** Cotia: Ateliê editorial, 2002.

NARANJO VÉLEZ, Edilma. **Formación de usuarios de la información y procesos formativos:** hacia una conceptualización Investigación Bibliotecológica. México, v. 19, n. 38, jan./jun. 2005.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA. REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES. **Aprender com a biblioteca escolar:** Referencial de aprendizagens associadas ao trabalho das bibliotecas escolares na Educação Pré-escolar e no Ensino Básico. Lisboa: MEC, 2012.

SANTIAGO, Sandra Maria Neri; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Educação de usuários: um estudo junto ao sistema integrado de bibliotecas da UFPE. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 17, n. 2, p. 246-268, 2012. <<http://www.libdigi.unicamp.br/document/?down=1121>> Acesso em: 06 fev. 2019.

Revista Fontes Documentais. Aracaju. n. 02, v. 01, p. 24-35, jan./abr., 2019 – ISSN 2595-9778

SOUTO, Leonardo Fernandes. O leitor universitário e sua formação quanto ao uso de recursos informacionais. Biblios: **Revista de Bibliotecología y Ciencias de La Información**, Lima, v. 5, n. 17, p. 16-24, Gen./mar. 2004.

TEIXEIRA, Cristiane da Cunha. **A cultura organizacional e informacional em ambiente técnico-acadêmico**. Dissertação. (Dissertação em Ciência da Informação). UFF, Rio de Janeiro, 2015.

TARAPANOFF, Kira. O profissional da informação em áreas de ciência e tecnologia no Brasil: características e tendências. **Ciência da Informação**, Brasília, v.18, n.2, p.103-119, jul./dez. 1989. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/303/303>>. Acesso em: 06 fev 2018.

Recebido/ Received: 07/02/2019 Aceito/ Accepted: 13/03/2019 Publicado/ Published: 30/04/2019
--

A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM DA BIBLIOTECA NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQs)

THE REPRESENTATION OF THE IMAGE OF LIBRARY IN COMICS

Maria Rosa Gomes Dória

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bibliotecária da UFS, Campus de Lagarto. Graduada em Biblioteconomia e Documentação e Pedagogia pela UFS. E-mail: rosagomes24@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-002-1390-985x>

Fernando Bittencourt dos Santos

Prof. Me. do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS. Doutorando em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto. Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Membro do Grupo de Pesquisa OIT - Observatório Informacional do Trabalho/UFS. E-mail: fernandoubatuba@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1305-4262>

RESUMO

A representação da informação é um dos pilares da Biblioteconomia, tendo em vista que os profissionais que trabalham diretamente com esta última precisam dominar os processos de análise e síntese na leitura de um determinado documento, visando sempre atender as necessidades informacionais dos usuários, quando estes buscam a informação que necessitam em uma unidade de informação, seja ela física ou virtual, de modo a recuperá-la com eficácia e no menor tempo possível. Dentro desta perspectiva e considerando que as HQs são formas de representação da informação dentro de um contexto imagético-textual, o presente trabalho apresenta como objetivo: analisar a representação da imagem da biblioteca no universo das HQs, a partir da leitura das tirinhas contidas no Blog Bibliocomics. Quanto à metodologia, no que se refere aos objetivos e abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, respectivamente, onde foram analisados nove quadrinhos. Como resultados, constatamos que as tirinhas analisadas são capazes de divulgar características inerentes à imagem da biblioteca, delineando

aspectos culturais e sociais desta, aspectos estes que podem ser positivos e negativos, sob uma perspectiva cômica e reflexiva na leitura e interpretação das HQs.

Palavras-chave: Representação da informação. História em quadrinhos. Biblioteca. Blog Bibliocomics.

ABSTRACT

Representation of information is one of the pillars of Librarianship, considering that the professionals who work directly with the latter must master the processes of analysis and synthesis in the reading of a certain document, always aiming to meet the users' informational needs, when they seek the information they need in an information unit, be it physical or virtual, in order to retrieve it effectively and in the shortest possible time. Within this perspective and considering that the comics are forms of representation of the information within an imagistic-textual context, the present work presents as its objective: to analyze the representation of the image of the library in the universe of the comics, from the reading of comic strips contained in the Blog

Bibliocomics. As for the methodology, regarding the objectives and approach of the problem, it is a descriptive and qualitative research, respectively, where nine comics were analyzed. As results, we verified that the analyzed comics can divulgate characteristics inherent to the library's image, delineating its cultural and

social aspects, which can be positive and negative, from a comical and reflective perspective in the reading and interpretation of the comics.

Keywords: Representation of information. Comics. Library. Blog Bibliocomics.

1 INTRODUÇÃO

O ato de representar é uma atividade inerente ao homem e está presente na sociedade desde os primórdios da existência humana. O homem primitivo ao desenhar suas caçadas nas cavernas, estava representando seu cotidiano. A representação está fortemente impregnada no nosso dia a dia, estamos sempre representando algo, seja de maneira voluntária ou involuntária.

Representar objetos e conceitos na mente, manipular estas representações antes de agir na realidade de acordo com os resultados da manipulação mental prévia e socializar estas experiências, sob a forma de representações orais ou escritas, para outros membros da espécie, é uma das mais fundamentais características do gênero humano. (MARCONDES, 2001, p.61).

Tudo o que fazemos é resultante das nossas representações mentais, as quais geralmente estão acompanhadas de inferências fundamentadas nas experiências vividas. Desta forma, um objeto pode ser representado de diversas formas, de acordo com a leitura de mundo que o indivíduo possui. Ainda para Marcondes (2001, p.63): “a representação de experiências da vida diária e seu processamento mental permitem ao homem transcender as limitações de tempo e espaço”. Apesar de a representação estar presente desde o princípio da humanidade, ela é complexa, pois dependerá de diversos fatores, principalmente do arcabouço intelectual de quem a representa e do indivíduo que busca a informação representada.

Para McGarry (1999, p.11) “A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. ” Dentro deste contexto, Furgeri (2006, p.26) baseando-se neste autor pondera que “é necessário que a informação receba um tratamento para ser compreensível aos seres humanos, ela deve ser representada de alguma forma para que tenha sentido”. Por isso, a representação da

informação é relevante, havendo, portanto, a necessidade de profissionais específicos para a realização desta atividade.

Ainda segundo McGarry (1999, p.12) vale ressaltar que “a informação, portanto deve ter alguma forma de veículo. Este veículo deve possuir um atributo essencial para que possa ser compreendido pelo receptor.” Assim, entende-se que a informação precisa de uma condução que assegure a sua trajetória do emissor até o receptor. Nesse processo de transmissão de informação, o autor classifica três veículos: sinais, símbolos e signos.

Os sinais nos alertam que algo está para acontecer. De acordo com McGarry (1999, p.12) “o sinal é uma forma de signo que enfatiza a necessidade de que será seguido por algum tipo de ação, e que requer algum tipo de reação do receptor [...] um sinal é comunicado de uma pessoa à outra para indicar que o momento de agir está próximo.”

Os signos induzem a presença de determinado evento. “O signo é um indicio físico da presença imediata da coisa ou evento que a representa. A fumaça é indicio de fogo; a queda do barômetro indica que o tempo piorou [...]” (McGARRY, 1999, p.12). A comunicação não verbal também é carregada de signos, um gesto corporal pode indicar algo.

Os símbolos têm significados e representatividade dentro do contexto no qual ele está inserido. “Os símbolos são um tipo especial de signo: representam um objeto, ideia ou evento; mas a intenção é causar o mesmo tipo de reação emocional como se o que representam estivesse presente.” (McGARRY, 1999, p.12). No trânsito, por exemplo, é possível a identificação de diversos símbolos.

Ainda de acordo com McGarry (1999, p. 17), além destes três veículos citados, há outro, a linguagem, na qual o autor assevera que “o mais poderoso de todos os meios deve certamente ser a linguagem; mesmo assim é mais fácil dizer o que a linguagem faz do que dizer o que ela é. A linguagem é o veículo fundamental da comunicação humana”, e nela inserem-se sinais, símbolos e signos.

Borko (1968 apud OLIVEIRA, 2005, p.16), define: “a Ciência da Informação como uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processamento para aperfeiçoar sua acessibilidade e utilização.” Sem dúvida, o foco maior desta área é facilitar o acesso à informação, o qual é possível através das técnicas de organização e representação da informação.

Partindo-se da premissa que os quadrinhos são formas de representação da informação dentro de um contexto imagético-textual, sendo que McCloud (2005, p.20) assinala o conceito de histórias em quadrinhos como: “Imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”, o presente artigo apresenta como objetivo analisar a representação da imagem da biblioteca no universo das histórias em quadrinhos, a partir da leitura dos quadrinhos do blog Bibliocomics¹, sendo que este último, representa muitas vezes com humor, o universo da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Os quadrinhos disponíveis no blog Bibliocomics apresentam vários elementos do universo biblioteconômico, tais como: leitura, livro, bibliotecário, a internet, bem como outras tecnologias da informação, as unidades de informação (bibliotecas, arquivos, museus e centro de documentação) entre outros.

2 A BIBLIOTECA: algumas considerações

O surgimento das bibliotecas contribuiu decisivamente no desenvolvimento da sociedade, pois com o seu aparecimento foi possível organizar, preservar e disseminar o conhecimento registrado produzido pela humanidade. Sem esta instituição o conhecimento estaria disperso no universo, assim como as folhas que caem de uma árvore.

Conhecer a origem das bibliotecas implica em abordar a produção de conhecimentos e de registros de conhecimentos, pois, desde a sua origem na Antiguidade Clássica, a biblioteca é um espaço de preservação dos conhecimentos gerados pela humanidade a partir de diferentes sociedades. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p.29).

Percebe-se então que a biblioteca está interligada à produção do saber. E podemos considerar a biblioteca a casa do conhecimento, na qual residem os diversos

¹Blog elaborado pelo Bibliotecário Alexandre Medeiros. Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/>. Este blog foi sugerido pelo professor Waldomiro Vergueiro. A ideia do blog surgiu a partir de um trabalho de faculdade, realizado por Alexandre Medeiros - hoje, formado em Biblioteconomia-, no ano de 1995. O trabalho, na época, propunha reunir Histórias em Quadrinhos em que o livro, a leitura, a biblioteca e o bibliotecário aparecessem como tema central ou personagem das histórias. Quinze anos depois, Alexandre está revendo esse material, na forma de um blog, onde acrescenta novo material, reunindo tiras e charges sobre o universo da Biblioteconomia. (Disponível em <<http://gibitecacom.blogspot.com.br/2010/07/dica-de-blogbibliocomics.html>> Acesso em: 04 de fevereiro de 2019).

tipos de saberes, organizado nos cômodos de uma residência de acordo com a área a que estes se relacionam.

Ainda no que se refere à história da biblioteca, nota-se que é difícil precisar a gênese desta. “A história da biblioteca é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem.” (MILANESI, 1983, p.16). A origem dela se relaciona com o registro da informação realizada pelo homem, visto que, quando o homem, em seus primórdios, escolhia determinada caverna para fazer determinado registro, aquela caverna estava sendo não só um suporte para registro, mas também um local de guarda, preservação e disseminação, podendo assim ser associada a uma biblioteca.

A origem exata das bibliotecas, assim como a da linguagem e a de escrita, é desconhecida. Entretanto, podemos considerar que, diferentemente da linguagem e da escrita, as bibliotecas apareceram na era histórica, ou seja, quando tem início a preservação de registros escritos de conhecimentos. É necessário, contudo, esclarecer que as expressões culturais vão além da escrita e se expressam em diversos produtos e artefatos, mas no contexto de bibliotecas, a linguagem escrita tornou-se a forma mais comum para registrar conhecimento. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p.31).

Existem comprovações da existência de grandes bibliotecas que se destacaram na Antiguidade, por exemplo: a Biblioteca de Nippur na Babilônia e a Biblioteca de Assurbanipal, em Nínive, na antiga Assíria. Nos registros arqueológicos destas foram encontradas tábuas de argila com textos sobre vários assuntos em escrita cuneiforme.

No Brasil, o surgimento das bibliotecas está ligado às ordens religiosas, pois inicialmente foram criadas nos colégios jesuítas. Vale frisar que a primeira biblioteca monástica no Brasil data de 1583, fundada na Bahia num mosteiro beneditino, além desta, outras ordens religiosas à medida que iam inserindo-se no país, fundavam também suas bibliotecas. Por sua vez, “em 1811 inaugura-se a Biblioteca pública da Bahia três anos antes da abertura ao público da Biblioteca real, criada em 1810.” (FONSECA, 2007, p.57). Nota-se que “a primeira biblioteca pública surgiu em Salvador, como expressão da sociedade. Um senhor de engenho, Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco, planejou a biblioteca como uma instituição para promover a instrução do povo.” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p.35). Percebe-se então, no cenário brasileiro, a introdução de dois tipos de bibliotecas, a monástica e a pública.

No que diz respeito ao conceito de biblioteca, este encontra-se interligado ao escopo da Ciência da Informação, visto que a Biblioteconomia relaciona-se fortemente com esta área, de tal forma que sempre quando se falar de biblioteca, falaremos de Biblioteconomia e, conseqüentemente, sobre Ciência da Informação.

As teorias e conceitos que embasam grande parte das atividades das bibliotecas são oriundos da Ciência da Informação, em função de orientações comuns na resolução de problemas. Assim, a biblioteca é uma coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, discos etc.) organizada e administrada para a formação, consulta e recreação de todo o público ou determinadas categorias de usuários. (ARAUJO; OLIVEIRA, 2005, p.36)

A biblioteca é então um espaço múltiplo, pois nela se reúnem o conhecimento das diversas áreas do saber, disponibilizadas em diversos suportes, os quais evoluem de acordo com a inovação tecnológica, buscando atender a demanda dos usuários. Ainda sobre a conceituação de biblioteca, Araújo e Oliveira (2005, p. 42) afirmam que:

A Biblioteca é um organismo vivo a serviço da comunidade; nela, obtemos respostas às nossas mais diversas indagações. O lugar de destaque que ela ocupa no mundo atual decorre da importância que a informação tem para cada sociedade. Assim, a biblioteca participa do aprimoramento intelectual, humanístico, técnico e científico de todos os segmentos sociais.

No que concerne aos tipos de bibliotecas, é interessante frisar que na Antiguidade eram categorizadas como bibliotecas pertencentes aos reinados e impérios, as da Idade Média, monásticas e universitárias; as do século XIX, nacionais e as do século XX, públicas e especializadas. (FONSECA, 2007). As bibliotecas também são categorizadas de acordo com as características de seus usuários. Por sua vez, os diferentes tipos de bibliotecas surgem de acordo com a necessidade da época.

Segundo Araújo e Oliveira (2005) as bibliotecas dividem-se em: nacionais, públicas, universitárias, especializadas, escolares, infantis, especiais, ambulantes e comunitárias. Dentre estas, neste artigo haverá a descrição de algumas, esclarecendo, assim, suas funções sociais.

A biblioteca pública proporciona o lazer cultural, formação continuada, informação e cidadania, e atua também como mediadora de leitura. “As bibliotecas públicas são instituições básicas para o processo de educação, cultura e informação de

um povo” (PRADO, 2000, p. 21). A biblioteca pública “[...] é a mais importante de todas as categorias, pois, além de seus objetivos específicos, pode complementar as atribuições das demais categorias e até, com serviços adequados, substituir algumas delas, como a infantil e a escolar” (FONSECA, 2007, p. 56). Entretanto, não é objetivo dela cumprir o papel destas, e a pesquisa escolar não é função desta unidade informacional.

A biblioteca escolar propicia a pesquisa escolar, apoiando o ensino e a educação formal. Nela deve ter obras didáticas, paradidáticas, jogos e outros suportes educativos. “A biblioteca escolar é uma necessidade, pois não constitui uma entidade independente, mas um complemento da escola. Se a escola inicia o aluno na instrução, a biblioteca a completa” (PRADO, 2000, p. 9). Ela “[...] tem o objetivo específico de oferecer livros e material didático tanto a estudantes como a professores. Ela oferece a infraestrutura bibliográfica e audiovisual do ensino fundamental e médio” (FONSECA, 2007, p.53), destacando-se então como agente educacional, formador de leitores.

A biblioteca universitária apoia a pesquisa, o ensino e extensão no ensino superior. “A biblioteca universitária nada mais é que uma universidade em si mesma. As universidades são centros transmissores do saber, através do ensino e dos livros” (PRADO, 2000, p.13). Ela busca atender prioritariamente a bibliografia dos cursos que fazem parte da instituição de ensino.

A biblioteca especializada tem como objetivo assegurar seu acervo a determinada área do conhecimento, buscando atender a um público específico. Elas “[...] surgiram com o extraordinário desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Por isso, as primeiras bibliotecas desta categoria foram as dos laboratórios e das grandes empresas industriais e comerciais, tanto quanto de associações profissionais” (FONSECA, 2007, p.54). Busca estar sempre atualizada sobre o desenvolvimento científico com o qual se relaciona.

A biblioteca infantil é direcionada para as crianças desde sua tenra idade, independentemente de estarem em fase escolar ou não. Neste espaço elas podem ter acesso a livros feitos de diversos materiais: pano, plástico, papel e outros, proporcionando o desenvolvimento lúdico da criança. Pois “o ideal é que ao ingressar na escola a criança já tenha se utilizado dos serviços de uma biblioteca infantil” (FONSECA, 2007, p.52).

A biblioteca nacional tem o objetivo de guarda e preservação do arcabouço cultural e científico do país, mantendo em seu acervo a produção bibliográfica nacional, através do depósito legal.

As bibliotecas têm um papel crucial na sociedade, funcionando como organismo que proporciona o acesso às informações nos diversos meios. “A função social da biblioteca enquanto uma instituição social está principalmente em ser o fio condutor entre indivíduos e o conhecimento de que eles necessitam” (OLIVEIRA, 2005, p.23). Para Leitão (2005, p. 25) no que diz respeito a essas unidades de informação: “[...] os principais estudiosos da Biblioteconomia já reconhecem a especificidade de sua função e aponta a relação com o usuário (pesquisador, cientista, professor, aluno e funcionário) como sua maior missão.” Estas contribuem de forma significativa na formação intelectual dos usuários, pois a função da biblioteca vai além do tratamento da informação, ela também é um ambiente de educação do usuário.

As bibliotecas promovem também ações culturais que correspondem a atividades voltadas para a formação do leitor, como por exemplo: feira de livros, exibição de filmes, hora do conto, festival de poesia, contação de histórias e outras. Vale lembrar que “[...] a biblioteca é uma unidade dinâmica e atua de forma sistêmica, em que todas as áreas interagem e se complementam” (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p.105).

Conforme Araújo e Oliveira (2005) a biblioteca enquanto organização possui algumas funções: função gerencial, que se caracteriza nos atos administrativos e organizacionais; função organizadora, os serviços inerentes da unidade (seleção, aquisição, organização e tratamento da informação); e a função de divulgação, referente à propagação dos serviços da unidade, tais como, empréstimo, orientação e outros, demonstrando assim sua importância para a sociedade. Nesse contexto, no processo de organização de uma biblioteca deve-se:

[...] considerar dois aspectos básicos: o intelectual e o material. O intelectual é a preocupação de servir a um público que pede conhecimentos, podendo esse público ser ou não especializado. O material é a preparação técnica do acervo para que fique em condições de atender rápida e acertadamente às consultas dos leitores. (PRADO, 2000, p.3)

As pessoas que frequentam e fazem uso dos serviços prestados pela biblioteca são chamadas de usuários. Os tipos de usuários mais conhecidos são o potencial, para quem a unidade de informação foi organizada, que corresponde aos que poderiam usar os serviços, e o real, que diz respeito aos que realmente usam os serviços da unidade.

A biblioteca é um centro de informação documental que tem como finalidade atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa dos seus usuários. Levando em

consideração a realidade em que está inserido, o acervo é formado para o usuário e graças a ele a unidade de informação se mantém viva. Vale ressaltar que a biblioteca:

[...] atende diariamente a vários tipos de usuários em busca da informação desejada: aquele que sabe o que quer e onde vai encontrar; aquele que sabe o quer, mas não sabe onde ou como encontrar; e aquele que apesar de saber o que necessita tem dificuldade de expressar o que está buscando. (SILVA e ARAÚJO, 2009, p.89).

Com o avanço das tecnologias proporcionou-se o aprimoramento dos serviços das bibliotecas para com os seus usuários, dentre os serviços utilizados destacam-se: consulta a catálogos e a bases de dados; pesquisa bibliográfica; tratamento da informação; aquisição; comutação; acesso a internet; disseminação seletiva da informação, bem como o serviço de referência que se aprimorou e passou a servir de forma digital com o propósito de facilitar a localização e o acesso aos documentos.

A Biblioteca e a Ciência da Informação lidam, mais comumente, com a classificação dos conhecimentos que estão registrados nos mais diversos suportes. Assim, nas Bibliotecas e Unidades de Informação, os documentos são classificados e agrupados conforme os assuntos de que tratam. Para esta tarefa específica existem sistemas de classificação bibliográfica que visam à organização de documentos, com o intuito de facilitar o acesso dos usuários à informação contida em seus respectivos acervos. (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p.40)

É imprescindível que haja uma maneira de viabilizar a vida do usuário e sua relação com a biblioteca, tendo como foco satisfazer as necessidades de seus usuários. Entende-se que esta relação é necessária e deve acontecer de forma harmoniosa, pois este relacionamento é imprescindível na garantia do êxito das pesquisas dos usuários e na efetuação do verdadeiro papel do bibliotecário, ser um mediador no processo de disseminação do conhecimento.

3 O UNIVERSO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

A história faz parte da memória da humanidade, ela está presente em todos os lugares e indivíduos, seja na escola, na unidade de informação, em casa, na rua, enfim em qualquer ambiente social estamos envolvidos por histórias, sejam elas fictícias, reais, registradas ou orais. Ouvimos histórias desde o ventre materno, nascemos e as

histórias continuam no nosso cotidiano, seja através de contos de fadas, poesias, fábulas, histórias em quadrinhos e outras, a nossa educação formal e informal envolve-se intrinsecamente com elas.

A história em quadrinhos está presente há muito tempo na sociedade, praticamente desde o homem primata, o qual registrava suas vivências nas cavernas em forma de desenhos, representando, assim, suas experiências, sem ter consciência da importância que teriam estas figuras para compreensão de sua cultura. Desta forma,

[...] as histórias em quadrinhos existem praticamente desde o início da história do homem, quando os nossos ancestrais, por meio de desenhos canhestros, contavam graficamente, nas paredes das cavernas em que habitavam, as peripécias de suas caçadas ou refletiam sobre seu cotidiano. (VERGUEIRO, 2005, p. 1)

Nesses registros estava presente a linguagem visual-iconográfica. Através daqueles desenhos era possível fazer uma leitura do mundo destes homens. Sendo então a forma mais sofisticada da qual eles tinham domínio naquela época para registrar a informação. Percebe-se, então, que a gênese dos quadrinhos é fruto dos primórdios, no entanto desenvolveram-se as técnicas de elaboração destes, assim também como seu formato, podendo ter denominações e características diferenciadas de acordo com o seu desenvolvimento em cada parte do mundo.

Nesse contexto, Vergueiro (2005) nos mostra que os quadrinhos recebem diversas denominações, as quais variam de acordo com o idioma dos países e as características que o destacaram em cada língua. Por exemplo: na língua inglesa são denominados *comics*, *comic books* ou *comic strips*, devido às características cômicas contidas nos primeiros quadrinhos dos países de língua inglesa; já na França eles são concebidos como *bandes dessinées*, porque inicialmente foram publicadas no formato de tiras; por sua vez na Espanha eles são designados como *tebeos*, por causa de uma revista com este nome que publicava histórias em quadrinhos, entretanto lá também se refere aos quadrinhos como *cómicos*, que é a tradução da terminologia *comics* da língua inglesa; na Itália são chamados de *fumetti*, no Japão de *mangás*, em alguns países latinos americanos são chamados de *historietas*.

No Brasil, as histórias em quadrinhos quanto a sua denominação passaram por controvérsias, uns a denominavam “estórias” e outros de “histórias” até chegar ao denominador comum de “histórias em quadrinhos”, conhecida também pela abreviação

“HQ”, no entanto as revistas de histórias em quadrinhos são denominadas gibis, vale frisar que Gibi era o nome de uma revista espanhola que publicava histórias em quadrinhos.

No que concerne à trajetória dos quadrinhos no cenário brasileiro, Vergueiro e Oliveira (2011, p. 140) apresentam que:

Ao longo do século XX, a relação entre quadrinhos nacionais e a busca de uma identidade nacional assumiram várias formas. Os anos 1930-40 consolidaram a veiculação e consumo de quadrinhos estrangeiros no país, com destaque para o Suplemento Juvenil, publicação de Adolfo Aizen. A Segunda Guerra Mundial aumentou o fascínio em torno da figura dos super-heróis. A reação da produção nacional viria a acontecer nos anos 1960, com a publicação da revista Pererê, de Ziraldo Alves Pinto e seu conteúdo declaradamente nacionalista. Na década de 1970, o cartunista Henfil lança personagens que se tornariam emblemáticos, Omo a Graúna, ambientada no sertão nordestino e os irreverentes Fradinhos. Outra forma de resgate de valores tradicionais que perdiam terreno num país que se queria cada vez mais industrial foi desenvolvida por Mauricio de Souza e os personagens da turma da Mônica.

Nesse âmbito, vale frisar que durante o governo de Getúlio Vargas, que compreendeu de 1930 a 1945 “[...] os humoristas políticos sofreram toda sorte de perseguições, destacando-se especialmente os chargistas e quadrinhistas, o que fortaleceu muito a produção infanto-juvenis, nas quais muitos artistas gráficos buscaram guarida.” (BARI, 2008, p.43), por isso se destacaram, nessa época, as histórias infanto-juvenis.

Uma reflexão acerca das histórias em quadrinhos no cenário brasileiro deve considerar a via de mão dupla entre o real e representações do real. Equivale dizer: quais são os recursos dos quais o autor lança mão para, a partir de uma folha de papel em branco, desenvolver seus personagens, ações cenários e narrativas, construindo uma ponte de aproximação com a realidade. (VERGUEIRO; OLIVEIRA, 2011, p. 137)

Percebe-se, então, o desenvolvimento das histórias em quadrinhos no Brasil em diversas épocas e situações que de certa forma influenciaram que os quadrinhos se voltassem mais para uma área em detrimento de outra. O mais importante é que, independente de perseguição política, os amantes dessa arte conseguiram manter viva a produção dos quadrinhos no Brasil, os quais vêm englobando diversos públicos através

de diversos formatos e suportes para a inserção das histórias em quadrinhos, abrangendo, assim, um determinado quantitativo de leitores de diversas faixas etárias.

Com relação a representação das imagens dos quadrinhos, Moreiro González (2003, p.14) nos esclarece que:

A aproximação ao conteúdo das imagens não pode ser unidirecional uma vez que elas apresentam significação em diferentes níveis e momentos. Como profissionais, nossa função consiste em identificar e recuperar os documentos e até fragmentos deles. O primeiro nível de descrição é um processo normalizado, consistente em catalogar os dados materiais que identificam o documento como um objeto peculiar, composto de uma forma determinada. A seguir, é iniciado um trabalho mais intelectual quando se procura apreender o conteúdo, tanto denotativo como conotativo, para representá-lo mediante a terminologia e o texto, com o fim de, a partir deles, estabelecer a recuperação e a representação descritiva das imagens.

Nessa perspectiva, os conteúdos abordados nas tirinhas em quadrinhos se reportam a diversas áreas do conhecimento, entretanto há alguns que abordam o universo biblioteconômico, como os quadrinhos que fazem parte do blog Bibliocomics, caracterizando, assim, os elementos e o profissional da informação. Na exposição deste universo, nas histórias em quadrinhos, percebe-se que:

[...] as manifestações que dão origem à visibilidade do profissional bibliotecário, nos mais variados meios de comunicação, constituem uma forma de expor, para uma coletividade, o fazer de uma categoria revelando os seus modos com que aquele que anuncia circunscreve a profissão, fruto de sua interpretação expressa a partir de argumentos estéticos que envolvem metáforas, hipérboles, ironia, sátira ou outros recursos indispensáveis à função principal de sua produção: entreter, divertir, instalando assim dois protagonistas – emissor e receptor – e um discurso enunciado, portanto, portador de significados passíveis de serem interpretados (BARBALHO, 2006, p.104-105).

Portanto, os quadrinhos têm a capacidade de representar qualquer eixo temático, expondo aos leitores, de forma cômica e atrativa, as informações e características sobre determinada área, proporcionando-lhes uma leitura narrativa-visual na qual o receptor capta e interpreta as informações de acordo com o seu arcabouço intelectual, pois,

apesar de se misturar palavra e figura, não significa dizer que é uma leitura de fácil compreensão.

4 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se configura como descritiva, à medida em que busca observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos, exigindo objetivos bem definidos e procedimentos formais. De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61) este tipo de pesquisa “procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.”

Cunha, Amaral e Dantas (2015) complementam a afirmação anterior ao assinalar que as pesquisas descritivas são também conhecidas como pesquisas conclusivas, indicadas para os casos em que se conhece o problema investigado. Configuram-se como mais formais e estruturadas, permitem avaliar e decidir sobre o melhor curso da decisão e podem ser de dois tipos: conclusiva descritiva e conclusiva causal.

Dentro desta perspectiva, descrevemos as características das tirinhas selecionadas no blog Bibliocomics, visando atender os objetivos propostos neste trabalho. Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa se configura como qualitativa, à medida em que visa buscar a percepção dos autores e entendimento sobre a imagem da biblioteca representada nos HQs, abrindo espaço para interpretação e posterior atribuição de títulos às tirinhas selecionadas. O universo da pesquisa foi composto por uma amostra randômica de 9 (nove) quadrinhos referentes à imagem da biblioteca, selecionados no período de janeiro a março de 2019.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram selecionados e analisados nove quadrinhos referentes à representação da imagem da biblioteca, apresentados nas alíneas abaixo. Por sua vez, vale frisar que o produtor dos quadrinhos, não é um autor que fala da sua própria área de atuação, “mas alguém que se apropria de seu universo para produzir as imagens que traduzem tal fazer na expectativa de destacar traços que o autor reconhece como próprio da cultura

profissional que é apropriado pelo personagem ou pelo discurso exposto.” (BARBALHO, 2006, p. 165)

Desta forma, essa análise, deve considerar que:

Se para compreender um texto é preciso saber lê-lo, para nos aproximarmos de uma imagem é preciso saber vê-la. E essa tarefa é difícil, tendo em vista a variada presença de signos que se entrelaçam, muitas vezes pouco explicitamente, porém, com indubitável peso na significação final. (MOREIRO GONZÁLEZ, 2003, p. 13)

Assim, cada quadrinho foi analisado fundamentando-se teoricamente à luz de autores que abordam os elementos que estão representados nos quadrinhos sobre a biblioteca e conforme a leitura e interpretação dos autores deste artigo.

a) biblioteca especializada

FIGURA 01



Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/search/label/Coisa%20de%20Louco>

Este quadrinho apresenta a biblioteca especializada, unidades deste tipo “surgiram com o extraordinário desenvolvimento da ciência e da tecnologia” (FONSECA, 2007, p.53). Na biblioteca de medicina ilustrada acima, faz uma analogia do apêndice do livro ao apêndice do corpo humano, solicitando que os usuários não o removam. O apêndice, segundo a NBR 14724 – Trabalhos Acadêmicos (2011), é um texto ou documento elaborado pelo autor, com a finalidade de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho.

b) biblioteca para todos?

FIGURA 02



Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/search/label/F%C3%A1bio%20Turbay>

Neste quadrinho nota-se a ausência de biblioteca na zona rural, dificultando, assim, aos moradores dessa área, o acesso à informação. Desta forma, as comunidades rurais quando precisam utilizar uma unidade de informação, se deslocam para zona urbana.

Milanesi (2003, p.230) nos adverte que:

Como o público potencial é heterogêneo, o serviço também deverá ser; como essa heterogeneidade se relaciona com a própria geografia do município, o serviço não deverá se espalhar pela urbe e adjacências por meio de ramais e outros braços que servirão à periferia e áreas rurais. Cada extensão terá o perfil da necessidade do local onde for possível fazer-se presente.

Para suprir esta necessidade, alguns bibliotecários e outros profissionais desenvolvem projetos de extensão da leitura para levar livros até a zona rural, levando livros em carroças e em lombos de animais, carros e caminhões biblioteca, contribuindo, assim, com o compromisso de viabilizar o acesso ao conhecimento.

Em Aracaju – Sergipe, podemos destacar o Projeto BiblioSesc, uma biblioteca volante na qual os livros ficam armazenados dentro de um caminhão baú e são levados para as comunidades carentes da cidade, onde não se têm bibliotecas e o acesso a estas é difícil. Os usuários do BiblioSesc podem se cadastrar gratuitamente para a retirada de

livros, sendo que o prazo para a devolução é de 15 dias, podendo o livro ser renovado no momento que o caminhão retorna para a comunidade, transcorridos esses dias.

c) refúgio para aquisição de conhecimento

FIGURA 03

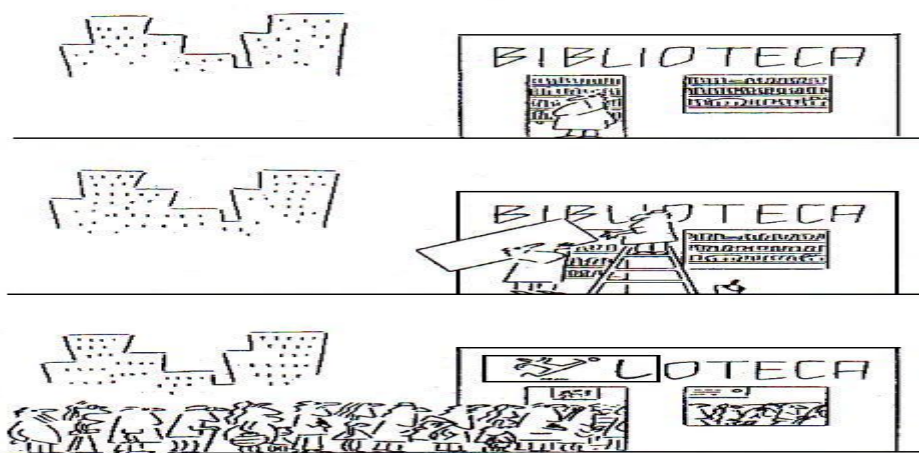


Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/search/label/Gente%20como%20a%20gente>

Nesse quadrinho percebe-se a preocupação do personagem com algo que o aflige e, com isso, ele vai à biblioteca em busca de um refúgio e para aquisição de conhecimento visando suprir a sua necessidade de informação, bem como vencer o obstáculo que encontra na sua vida pessoal. Milanesi (2003, p. 235) corrobora com a afirmação anterior, assinalando que a biblioteca “é a base sobre a qual o indivíduo amplia o nível de seu conhecimento e permite avançar sem limites, é um núcleo que se expande ao infinito e do qual deriva uma série de ações”.

d) estratégia para atrair o usuário

FIGURA 04



Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/search/label/Canini>

A tirinha acima apresenta uma forma interessante de atrair o usuário, o personagem faz um trocadilho com as letras da palavra biblioteca, até induzir o público que ali é uma loteca (local onde se faz jogos da loteria) e, assim, com a utilização dessa estratégia de mudança do nome biblioteca para loteca, acabou ficando lotada de usuários.

Diante desse cenário, observa-se que o marketing se torna imprescindível para a aproximação da empresa com seus clientes. As organizações dependem de informações atualizadas e, de valor para tomada de decisões, portanto a adoção de estratégias de marketing em serviços de informação será de grande valia tanto para a instituição quanto para os consumidores. (SILVA, 2008, p. 3)

Apesar da estratégia ter alcançado seu objetivo, na realidade não podemos transformar a biblioteca numa loteca, mas enquanto profissionais da informação, podemos desenvolver mecanismos para atrair usuários às unidades de informação, tais como atividades lúdicas como contação de histórias, cinema na biblioteca, sarau literário, premiação do leitor mais assíduo da biblioteca, entre outras.

e) a biblioteca e as necessidades de seus usuários

FIGURA 05



Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/search/label/Mike%20Peters>

Na tirinha acima, o personagem que representa o usuário, busca, na biblioteca, um livro que ele possa “enfiar nos dentes”, mas parece que não tem na unidade um livro que atenda à necessidade dele. Em um sentido cômico na representação dessa tirinha, pressupõe-se que o vampiro se alimenta do conhecimento registrado através de seus dentes, por sua vez, há pessoas que o absorvem por meio de áudio, toques, a exemplo dos livros em braile, entre outros.

No cotidiano das unidades de informação, vários portadores de necessidades especiais buscam informações em suportes que atendam suas necessidades, por exemplo: os deficientes visuais procuram a biblioteca em busca de livros em braile, os surdos necessitam de informações em libras, entretanto, será que todas as bibliotecas estão capacitadas para atender ao universo de portadores de necessidades especiais?

Segundo Sasaki (1997, p. 30), a “inclusão seria o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, as pessoas com necessidades especiais, a fim de que estas possam assumir seus papéis na sociedade.”

f) a biblioteca vítima de vandalismo

Figura 06



Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/search/label/Bob%20Thaves>

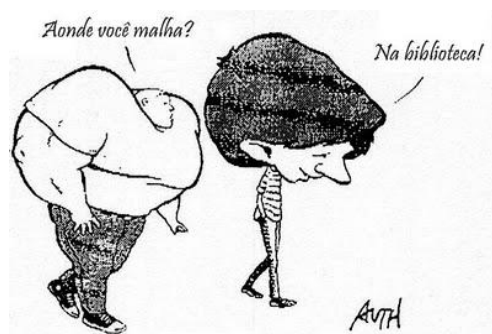
Atualmente, muitos equipamentos culturais sofrem vandalismo e, infelizmente, na biblioteca não é diferente. O fato é que o vandalismo existente na unidade de informação e é realizado pelos próprios usuários, os quais depois acabam sendo vítimas de si mesmos, por ações de depredação, ou prejudicam os demais usuários que necessitam daquele suporte da informação.

Segundo Martins *et al* (2010) a preservação de documentos em bibliotecas exige planos ou programas direcionados para o estabelecimento de ações educativas de formação dos usuários, a serem desenvolvidas no sentido de combater hábitos que são prejudiciais aos livros, pois favorecem o seu desgaste ou os danificam seriamente.

Muitos usuários, ao invés de transcreeverem a informação que necessitam de uma determinada obra, decidem por arrancar páginas do livro, prejudicando assim a leitura de outros usuários que necessitam do material completo e em bom estado. A promoção de programas de educação de usuários, visando a conscientização desses últimos, quanto a preservação dos livros e outros suportes da informação, podem minimizar esse problema.

g) a biblioteca como local de exercício do pensar

FIGURA 07



Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2013-01-01T00:00:00-02:00&max-results=30>

No quadrinho acima, a biblioteca é vista como local onde as pessoas vão exercitar o pensar, conseqüentemente a essa prática, desenvolve-se a cognição e a intelectualidade de uma forma imensurável. Nesse contexto, Milanesi (2003, p. 235) assevera que “o conhecimento humano é produzido a partir do acúmulo do

conhecimento anterior preservado.” E o local mais adequado para assimilar este conhecimento pode ser a unidade de informação, conforme ilustrado na tirinha acima.

h) um dos objetivos da biblioteca

FIGURA 08



Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/search/label/Charles%20Schulz>

Na tirinha acima, um personagem apresenta um dos serviços da biblioteca para outro personagem, o qual fica desconfiado pelo fato de a biblioteca oferecê-lo de forma gratuita, e ele se pergunta qual a pretensão desta unidade de informação.

Por desconhecimento ou desinformação, muitas pessoas desconhecem os benefícios que as bibliotecas proporcionam no oferecimento de produtos e serviços de informação gratuitamente, fatores que podem limitar a sua frequência e uso. Dessa forma, Araújo, Silva e Silva (2011) ressaltam que as ações de marketing direcionadas para produtos e serviços de informação em qualquer espaço e para qualquer utilidade podem promover o acesso aos produtos e serviços de informação, já que a sociedade precisa conhecê-los para despertar o interesse pelo seu acesso e uso.

i) Em busca de um livro “específico”

FIGURA 09



Fonte: <http://bibliocomics.blogspot.com.br/search/label/Calvin%20e%20Haroldo>

A tirinha acima apresentam um personagem em busca de um livro com determinada temática, sendo que este usuário não tem sua necessidade de informação atendida, ao saber que naquela unidade de informação não há nenhuma obra sobre o que ele deseja ler, e assim ele se questiona sobre a questão da biblioteca não disponibilizar o acesso ao documento do qual ele precisa.

Essa situação nos faz lembrar da seleção de materiais para a biblioteca de acordo com um prévio estudo de usuários, como também nos remete à situação do bibliotecário como filtro da informação, ou seja, conhecimentos que podem promover desordem na sociedade, geralmente é refutado pela unidade de informação. Dessa forma, vale ressaltar que “as considerações quanto às características do usuário real ou potencial estão diretamente ligadas à definição do benefício que cada material incorporado ao acervo poderá trazer à comunidade a que biblioteca almeja servir.”(VERGUEIRO, 2010, p.13).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteconomia está ancorada pela informação, a qual está presente em diversos suportes e formatos. Entretanto, a biblioteca é um dos elementos mais associados a esta área do conhecimento, pois desde os tempos mais remotos, sempre esteve inserida na sociedade, com suas diversificadas fontes documentais, seja em suporte mineral, animal, vegetal, impressas ou em meio digital, sendo que sua evolução relaciona-se ao desenvolvimento das tecnologias vigentes em determinado contexto espaço-temporal.

Os quadrinhos são veículos de disseminação da informação de significativa importância no campo da representação, pois estão presentes na sociedade desde a época em que os homens viviam em cavernas e nelas faziam desenhos de suas caçadas e outras experiências, representando, assim, o seu cotidiano.

Apesar das histórias em quadrinhos terem enfrentado preconceitos pelas pessoas ditas como mais letradas, que consideravam os quadrinhos uma leitura desqualificada, não digna de admiração por intelectuais de determinada época, hoje as histórias em quadrinhos são fontes de informação imprescindíveis no processo de formação de leitores e na disseminação da informação, de forma prazerosa e lúdica, sobre um determinado assunto, inserido no contexto da vida cotidiana, a representar diferentes

áreas do conhecimento, como é o caso dos quadrinhos do Bibliocomics, que ilustram vários elementos das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A análise dos quadrinhos do Bibliocomics nos mostra que estes são capazes de divulgar características inerentes à biblioteca, delineando aspectos culturais e sociais a ela pertencentes. A biblioteca é vista como uma unidade informacional de imperioso valor cultural para sociedade, sendo representada nos quadrinhos analisados como um refúgio para adquirir conhecimento e um espaço democrático. Esta deve se adequar às necessidades informacionais do público que a frequenta, seja este especializado ou não, visando também à divulgação dos seus produtos e serviços de informação, bem como a aplicação de estratégias para atrair leitores e implantar programas de educação de usuários, para que utilizem de forma correta o acervo físico ou digital.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das Bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de (Comp.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Cap. 2. p. 24-35.

ARAÚJO, Walqueline da Silva. SILVA, Márcia Bezerra da. SILVA, Alzira Karla Araújo. O uso do marketing na comunicação de produtos e serviço sem usuários em unidades de informação: o caso da seção de multimeios da biblioteca central da UFPB. **Biblioline**, João Pessoa, v.7, n.2, p. 73-88, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/9760>> Acesso em: 30 jan. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: informação e documentação: Trabalhos acadêmicos: Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Regimes de visibilidade das práticas do profissional bibliotecário. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download>> Acesso em: 30 jan. 2019.

BARI, Valéria Aparecida. **O potencial das histórias em quadrinhos na formação de leitores: busca de um contraponto entre os panoramas culturais brasileiro e europeu**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da informação) – Escola de Comunicação e Artes, São Paulo. 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Halls, 2007.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca Escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angelica do Amaral; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015. 448 p.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007. 152 p.

FURGERI, Sérgio. **Representação de informação e conhecimento**: estudo das diferentes abordagens entre ciência da informação e ciência da computação. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

LEITÃO, Barbara Julia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa Biblioteca Universitária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.1, p.61-70, jan./abr.2001.

MARTINS, Ana Lúcia *et al.* Preservando o saber educando o usuário: A experiência do sistema de biblioteca da UFC. XVI Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais-Brasil, 2. **Anais...** Rio de Janeiro: 2010.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Makron Books, 2005.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos.1999.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**: biblioteca centro cultural. 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **O conteúdo da imagem**. Tradução: Leilah Santiago Bufrem. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: _____. (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Cap. 1. p. 06-23.

PRADO, Heloísa de Almeida. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Milena Celere de Souza. Marketing em Bibliotecas Universitárias. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 15. **Anais...** São Paulo, 2008.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAÚJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para formação profissional**. 6. ed. Brasília: Thesaurus. 2009

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

_____. Histórias em quadrinhos e serviços de informação: um relacionamento em fase de definição. **DataGramaZero**. v.6, n.2, abril, 2005. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr05/Art_04.htm#Autor.> Acesso em 28 jan. 2019.

VERGUEIRO, Waldomiro; OLIVEIRA, Gêisa Fernandes de. De discursos não competentes a saberes dominantes: reflexões sobre as histórias em quadrinhos no cenário brasileiro. **Revista Iberoamericana**, v. 77, n. 234, enero-marzo, 2011, p.135-148.

Recebido/ Received: 27/03/2019 Aceito/ Accepted: 29/03/2019 Publicado/ Published: 30/04/2019
--

COMPUTAÇÃO COGNITIVA NA PERSPECTIVA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE

COGNITIVE COMPUTATION IN THE PERSPECTIVE OF HEALTH INFORMATION

Valter Jorge Alves Leite

Graduação em Administração pela Fundação Visconde de Cairu. Especialização em Gestão e Governança de TI pelo SENAC/BA. Administrador de Sistemas no Serviço de Transfusão de Sangue (STS). Membro do LTI@Digital. E-mail: leite.valter@gmail.com

Barbara Coelho Neves

Profa. da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação pela FAGED/UFBA. Mestre em Ciência da Informação pela PPGCI/UFBA. Pesquisadora do PPGE e PPGCI. Líder do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Socidigital (LTI@Digital). E-mail: barbaran@ufba.br/http: / grupolti.blogspot.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3429-7522>

RESUMO

Estamos passando por uma revolução mundial na forma como cuidamos da vida. O uso da inteligência artificial e da computação cognitiva na informação em saúde avança a cada dia, proporcionando agilidade, mobilidade, segurança do paciente e assertividade na tomada de decisões, do melhor diagnóstico a estratégias competitivas de negócio. O presente estudo teve por objetivo identificar os aspectos da computação cognitiva no contexto da informação em saúde. Utilizou-se como metodologia de pesquisa, o estudo bibliográfico baseado em literatura especializada. No setor da saúde, a computação cognitiva pode oferecer benefícios por meio da geração de dados, ensinando como tratar doenças e colocar os pacientes no centro da gestão de sua saúde. Além disso, pode auxiliar na redução de custos e no aumento da eficiência das organizações, por meio do cruzamento de dados que permitem uma gestão mais eficiente. **Palavras-chave:** Informação em

saúde. Inteligência artificial. Computação cognitiva.

ABSTRACT

We are going through a world revolution in the way we take care of life. The use of artificial intelligence and cognitive computing in health information advances daily, providing agility, mobility, patient safety and assertiveness in decision making, from the better diagnosis to competitive business strategies. The present study aimed to identify cognitive aspects in the context of health information. It was used as its methodology of research the bibliographic study based on specialized literature. In the health sector, cognition can provide benefits by means of data generation, teaching how to treat diseases and put patients in the center of their health management. In addition, it can help reduce costs and increase the efficiency of organizations by crossing data that allow a more efficient management. **Keywords:** Health Information. Artificial intelligence. Cognitive computing.

1 INTRODUÇÃO

A computação cognitiva se baseia nos conceitos de inteligência artificial e aprendizagem de máquinas para descrever uma nova era da computação em que os sistemas passam a interagir com os seres humanos por meio da compreensão de linguagem natural, é a capacidade de aprender e de identificar padrões que se assemelham ao raciocínio humano.

De acordo com Modha (2011), a computação cognitiva tem por objetivo implementar uma teoria computacional unificada ao pensamento. Não se monta uma coleção de soluções fragmentadas, em que cada solução é desenvolvida de maneira independente. Para Newell (1990), um dos pioneiros na descrição da tecnologia, define a computação cognitiva como um único conjunto de mecanismos para todos os comportamentos cognitivos. Segundo Lima (2003 apud JANNUZI et al., 2005), essa tecnologia consiste em sistemas cujo objetivo é mimetizar as tarefas mentais humanas, como percepção, linguagem, aprendizado, pensamento produtivo e memória. Esses processos cognitivos geram conceitos, e a compreensão destes conceitos gera conhecimento.

A partir de leituras iniciais e do acesso a essas informações, surgiu o seguinte problema: Como a literatura tem apontado a computação cognitiva no contexto da informação em saúde? Desse modo, o presente estudo teve por objetivo identificar os aspectos da computação cognitiva no contexto da informação em saúde.

Utilizou-se como metodologia de pesquisa, o estudo bibliográfico baseado em literatura especializada.

A área de saúde atualmente é uma das maiores apostas para uma nova onda de inovação cognitiva que vem transformando o tratamento de doenças, análise de dados médicos, leitura rápida de milhões de documentos e o desenvolvimento de diagnósticos. Todos esses aspectos contribuíram para a escolha do tema em estudo.

Existe uma forte relação entre a ciência da informação e a computação cognitiva, baseada na aplicação dos computadores e da computação na recuperação da informação, assim como nos produtos, serviços e redes associados. Ambos os objetos são interrelacionados e não competidores, mas complementares.

Segundo Borko (1968), a Ciência da Informação é “uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação. Ela tem tanto um componente

de ciência pura, através de pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços."

De acordo com Denning et al (1989), "A disciplina da computação é o estudo sistemático dos processos algorítmicos que descrevem e transferem informações; sua teoria, análise, desenho, eficiência, implementação e aplicação. A questão fundamental subjacente a toda computação é "o que pode ser eficientemente automatizado?" A computação cognitiva simula os processos do pensamento humano em um modelo computadorizado, enquanto a CI trata da natureza da informação e sua comunicação para uso pelos humanos.

2 INFORMAÇÃO EM SAÚDE E A COMPUTAÇÃO COGNITIVA

Os sistemas cognitivos possuem forte presença na área de saúde. De acordo com Widman (1998), o primeiro sistema especialista na área médica foi implementado por Dr. Shortliffe, em 1970 na Universidade de Stanford nos Estados Unidos da América. Essa tecnologia já possuía a capacidade de recomendar antibióticos para casos de bacteremia ou meningite. O sistema se baseava em dados clínicos do paciente para a tomada de decisão. Fatos que representam um marco na história da medicina comprovam que a tecnologia cognitiva está presente e em constante aprofundamento.

No setor da saúde, a computação cognitiva pode oferecer benefícios por meio da geração de dados, ensinando como tratar doenças e colocar os pacientes no centro da gestão da saúde. Além disso, ela ajuda na prevenção, detecção de doenças em estágios iniciais e na identificação dos melhores tratamentos. As vantagens não se restringem à assistência dos pacientes, podendo se estender aos processos operacionais, contribuindo com a redução de custos desnecessários e melhorando os planejamentos antes realizados de forma reativa. Os sistemas de computação cognitiva possuem a capacidade de aprender, tirar conclusões e ampliar possibilidades daquilo que os seres humanos antes faziam sozinhos.

Graças à tecnologia, a necessidade de realizar cirurgias invasivas e arriscadas diminuíram, o que permitiram a realização de diagnósticos mais precisos por meio de softwares que fornecem imagens dos órgãos internos dos pacientes. Galastri (2010) descreve em matéria a primeira cirurgia bem-sucedida realizada por robôs. Não houve nenhuma intervenção por parte dos médicos no processo e o nível de precisão atingido foi maior do que se fosse realizado por humanos. A evolução da tecnologia na área de medicina é notável.

As quantidades de informações médicas dobram a cada cinco anos e grande parte dessas informações apresenta-se de forma estruturada. Atualmente, existem algoritmos de aprendizado de máquina que possibilitam que os profissionais da saúde processem grandes quantidades de dados de imagem de forma instantânea. Isso torna a identificação de problemas médicos muito mais rápidos e assertivos do que quando eram feitos manualmente. Além disso, os novos equipamentos possuem capacidade de identificar condições médicas que passariam despercebidas pelos médicos que estejam procurando algum outro problema de saúde imediato. Assim, é possível detectar condições que não seriam diagnosticadas sem a ajuda da tecnologia.

Souza e Talon (2013) dissertam sobre o desenvolvimento de um sistema especialista de apoio à decisão médica. Essa tecnologia une a medicina à informática, e tem por objetivo otimizar e agilizar de maneira precisa, os diagnósticos realizados por médicos. Empresas de grande porte da área de tecnologia da informação, como a IBM (International Business Machine), desenvolvem sistemas cognitivos com o propósito de auxiliar especialistas humanos a tomar melhores decisões, em meio à complexidade dos grandes volumes de dados. Os sistemas cognitivos aprendem e interagem com os seres humanos.

A computação cognitiva na saúde também pode auxiliar na redução de custos e no aumento da eficiência das organizações, por meio do cruzamento de dados que permitem uma gestão mais eficiente.

3 A COMPUTAÇÃO COGNITIVA E A SEGURANÇA PARA O PACIENTE

Com a computação cognitiva os dados dos hospitais podem ficar hospedados em nuvem, proporcionando uma maior segurança aos pacientes. Dessa forma, muitos processos podem ser realizados automaticamente, o que permite aos profissionais de saúde concentrarem o foco nos pacientes. Devido a facilidade de acesso às informações, a realização de alguns processos mais complexos torna-se simples e rápida, contribuindo com a redução de custos.

A partir do acesso aos dados dos pacientes em nuvem, os hospitais conseguem ter um melhor conhecimento sobre o estado de saúde e experiências deles. Dessa forma, a computação cognitiva utiliza o armazenamento das informações dos pacientes anteriores atendidos para auxiliar na descoberta de diagnósticos de novos pacientes, sendo assim possível realizar um rastreamento para avaliar o histórico familiar das pessoas, determinando a probabilidade de que elas adquiram uma doença. Com isso, podem ser aumentadas as chances de evitar que as

doenças se desenvolvam, além de ampliar as chances de cura e, tornando a prevenção de doenças cada vez mais acessível.

Com a computação cognitiva, os profissionais podem utilizar registros eletrônicos inteligentes, que são capazes de coletar, armazenar e recuperar informações dos pacientes rapidamente.

A computação cognitiva na saúde pode automatizar a manutenção desses registros, melhorando as inovações existentes e aumentando a fonte de dados para as coletas de informações dos pacientes por meio de sensores e dispositivos. Dessa forma, é possível alimentar o banco de dados fornecendo novas informações diretamente nos prontuários de cada paciente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado teve por objetivo identificar os aspectos da computação cognitiva no contexto da informação em saúde.

Nesse segmento, a computação cognitiva pode oferecer benefícios por meio da geração de dados, ensinando como tratar doenças e colocar os pacientes no centro da gestão de sua saúde. Além disso, pode auxiliar na redução de custos e no aumento da eficiência das organizações, por meio do cruzamento de dados que permitem uma gestão mais eficiente.

REFERÊNCIAS

- ABIB, Gustavo; GOMEL, Marcia May. **Organizational and Technological Implications of Cognitive Machines: Designing Future Information Management Systems**. ANPAD, Curitiba, Paraná, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n6/16.pdf>> Acesso em: 02/08/2018.
- AMERICAN MEDICAL INFORMATICS ASSOCIATION (AMIA). **The science of informatics**. Disponível em: <<http://www.amia.org/about-amia/science-informatics>>. Acesso em: 31/07/2018.
- BORKO H. Information Science – What is it? **American Documentation ABI / INFORMAL**, v. 19, p.3-5, 1968.
- CARNEIRO, Tiago Garcia de Senna et al. Modelagem de sistemas baseada em agentes: alguns conceitos e ferramentas. In.: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 14, Natal. **Anais eletrônico...** Natal, abr., 2009. Disponível em: <<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.15.46/doc/5279-5286.pdf>> Acesso em: 03/08/2018.

COLLEN, M. F. Origins of medical informatics. **Western Journal of Medicine**, v. 145, n. 6, p. 778-785, 1986

CYBIS, Walter; BETIOL, Adriana Holtz; FAUST, Richard. **Ergonomia e Usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações**. 2 ed. São Paulo: Novatec, 2010

DENNING, Peter J. et al. Computer as a discipline. **Communications of the ACM**, v. 32, n.1, p. 9-23, 1989.

DUMBILL, Edd et al. **Big data now current perspectives**. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/data/free/big-data-now-2012.csp>>. Acesso em: 30/07/2018.

FONTANA, Rafaela Mantovani; IAROZINSKI NETO, Alfredo. Sistema evolutivo de gestão integrada para micro e pequenas empresas. In.: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 28, 2008, Rio de Janeiro, RJ. **Anais eletrônico...** Rio de Janeiro, out., 2008. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_069_490_11794.pdf> Acesso em: 03/08/2018.

GALASTRI, Luciana. Primeira cirurgia realizada apenas por robôs é feita em Montreal. **Hypescience**, out. 2010. Disponível em: <<http://hypescience.com/primeira-cirurgia-realizada-apenas-por-robos-e-feita-emmaontreal/>> Acesso em: 04/08/2018.

HILTUNEN, Mika; LAUKKA, Markku; LUOMALA, Jari. **Mobile User Experience**. Finland: Edita Publishing Inc., 2002.

IBM.COM. **Watson**. Disponível em: <<https://www.ibm.com/watson/>>. Acesso em: 30/07/2018.

_____. **Artificial Intelligence**. Disponível em: <<https://www.ibm.com/services/artificial-intelligence>>. Acesso em: 30/07/2018.

KULIKOWSKI, C. A. et al. 2012. AMIA Board white paper: Definition of biomedical informatics and specification of core competencies for graduate education in the discipline. **J Am Med Assoc**. Julho, DOI: 10.1136/amiajnl-2012-001053.

MODHA, Dharmendra S. **Introducing a Brain-inspired Computer**: TrueNorth's neurons to revolutionize system architecture. IBM Research. Disponível em: <<http://www.research.ibm.com/articles/brain-chip.shtml>> Acessado em 04/08/2018.

NEWELL, Allen. 1990. **Unified Theories of Cognition**. Cambridge, MA: Harvard University Press. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/NEWUTO>. Acesso em: 04/08/2018.

SAFRAN, Charles. Big data e saúde. In: TIC Saúde, 2013. Disponível em: <<http://cetic.br/publicacoes/2013/tic-saude-2013.pdf>>. Acessado em: 03/08/2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFORMÁTICA EM SAÚDE. **O que é informática em saúde?** Disponível em: <<http://www.sbis.org.br/indexframe.html>>. Acesso em 30/07/2018.

SOUZA, Ademar Rosa; TALON, Anderson Francisco. **Inteligência Artificial Aplicada à Medicina**. Faculdade de Tecnologia de Bauru, Bauru, São Paulo, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/CET/article/view/76/70>> Acesso em: 02/08/2018.

WIDMAN, Lawrence E. Sistemas Especialistas em Medicina. **Informática Médica**, Campinas, v.1, n. 5, set./out. 1998. Disponível em: <<http://www.informaticamedica.org.br/informaticamedica/n0105/widman.htm>> Acesso em: 02/08/2018.

Recebido/ Received: 27/04/2019 Aceito/ Accepted: 29/04/2019 Publicado/ Published: 30/04/2019
--

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: VISÃO DIACRÓNICA DE ALGUNS SUBSÍDIOS TEÓRICOS

SCIENTIFIC COMMUNICATION: DIACHRONIC VISION OF SOME THEORETICAL
SUBSIDIES

Sérgio Franklin Ribeiro da Silva

Prof. do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Ciência de Informação pela UFBA. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: srfranklin@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0003-1313-617X>

Fernanda Maria Melo Alves

Profa. Convidada do Programa de Pós-graduação em Ciência de Informação do Instituto de Ciência de Informação da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Documentação pela Universidad Carlos III de Madrid. E-mail: fineloa2@hotmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8396-4053>

Maria Isabel de Sousa Barreiras

Professora dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Ciência de Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação pela UFBA. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: isasousa2010@hotmail.com ORCID-0000-0002-3835-2883

RESUMO

O artigo apresenta uma visão diacrónica de estudos teóricos sobre Sociologia da Ciência, comportamentos da comunidade científica e modelos de comunicação científica, descrevendo aspectos significativos de pesquisas realizadas em diferentes zonas geográficas. Entre os resultados, destacam-se a articulação e reflexão sobre teorias e modelos e a validade das propostas apresentadas pelos cientistas, adequadas à evolução das tecnologias, tendo em vista a necessidade de novas soluções para atingir o bem-estar social.

Palavras-chave:

Sociologia da Ciência. Comunicação científica. Modelos de comunicação científica.

ABSTRACT:

The article presents a diachronic vision of theoretical studies on Sociology of Science, behaviors of the scientific community and models of scientific communication, describing significant aspects of research carried out in different geographical areas. Among the results, the articulation and reflection on theories and models and the validity of the proposals presented by the scientists stand out, adequate to the evolution of technologies, in view of the need for new solutions to achieve social well-being.

Keywords: Sociology of Science. Scientific communication. Models of scientific communication.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa científica busca respostas aos diversos questionamentos exigidos pelas atividades humanas e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da Humanidade. Paralelamente, o papel do referencial teórico consiste em identificar, obter e consultar bibliografia e outros documentos, que possam ser úteis aos propósitos de uma investigação e apresentar estudos relevantes e necessários para a compreensão, discussão e análise do fenômeno investigado (SAMPIERI *et al.*, 2006).

A Sociologia da Ciência fundamenta sua teorização em publicações de cientistas, que inovaram a prática científica e influenciaram a comunidade científica e acadêmica com suas ferramentas conceituais e metodológicas. Destacamos Merton, Kuhn, Bourdieu e Latour. Estes autores aprofundam esta área e oferecem a possibilidade de conceber o conjunto das atividades e práticas científicas de acordo com as políticas, os padrões e as regras do campo científico e do campo social.

Diferentes estudos são realizados nessa perspectiva, em especial, os da Sociologia da Ciência, que aprofundam os estudos de comunicação científica através dos modelos de Garvey e Griffith, UNISIS/UNESCO, Hurd, Hjørland, Andersen e Søndergaard e Björke e sua evolução, tendo em vista o desenvolvimento científico e os novos suportes tecnológicos.

2 METODOLOGIA

O presente artigo é uma revisão de literatura, destinada a apresentar uma visão diacrônica de estudos teóricos. Em função dessa característica, a forma de abordagem do problema condiz com a pesquisa bibliográfica, método que lhe atribui valor científico e permite sua aceitação pela comunidade científica. Centra-se na consulta de diferentes tipos de documentos, monografias e periódicos da área da Sociologia da Ciência e da Ciência de Informação. A busca de informação efetuou-se em variadas fontes, o buscador *Google Scholar* e as bases de dados ISI, SCOPUS, LISA, ESMERALD, REDALYC, SCIELO e DIALNET. Reunido e delimitado o *corpus* documental, efetuaram-se a análise e a seleção dos seus dados de acordo com o propósito da pesquisa. A coleta de dados corresponde aos meses de maio a julho de 2016.

3 A CIÊNCIA E SUA DINÂMICA

O comportamento do ser humano é caracterizado por suas idiossincrasias, sua cosmovisão e toda a sua cultura. No entanto, conforme Oddone (2007, p. 113) comenta “nunca depende exclusivamente de seu próprio arbítrio, mas da natureza das relações estabelecidas entre ele e os outros indivíduos do seu grupo social, assim como da estrutura formada pela articulação conjuntural dessas diferentes e múltiplas relações”. A autora considera a sociedade como uma extensa rede social, formada a partir da interação e da articulação de redes menores.

O campo científico não é diferente. Para a Sociologia da Ciência, área do conhecimento relativamente recente, a estrutura e a organização das comunidades científicas estão sujeitas a valores e costumes culturais, que norteiam suas atividades de maneira articulada e combinada, tal como Merton, Kuhn, Bourdieu e Latour destacam nas obras, as quais vamos nos referir em seguida.

Robert Merton (1910-2003) foi um dos primeiros autores a se dedicar ao estudo da Sociologia com rigor científico. Suas contribuições abarcaram o estudo da estrutura, mudanças e organização da comunidade científica, o desenvolvimento da cienciometria e a política de ciência e tecnologia. O cientista explica que a ciência é um termo enganosamente amplo e é usado para indicar:

- Um conjunto de métodos característicos por meio dos quais os conhecimentos são comprovados;
- Um acervo de conhecimentos acumulados, provenientes da aplicação desses métodos;
- Um conjunto de valores e costumes culturais, que governam as atividades chamadas científicas;
- Qualquer combinação dos itens anteriores (MERTON, 1974).

O autor define a ciência como um conjunto de métodos característicos, por meio dos quais o conhecimento é certificado, através da revisão por pares, decorrente das aplicações desses métodos, um conjunto de valores culturais e costumes, que regem as atividades científicas, ou qualquer combinação dos elementos acima expostos.

Dando sequência aos seus estudos, em 1942, o professor publica “A ciência e a estrutura social democrática”, privilegiando o conceito de *ethos* científico (MERTON, 1979), um conjunto de valores e normas, internalizado e pactuado pelos cientistas,

constituindo para eles um compromisso e obrigação moral, que permite caracterizar a ciência como instituição social. Este conceito mertoniano distingue quatro princípios:

- O universalismo, que traduz a pretensão de verdade da ciência e estabelece a objetividade e a impessoalidade como critérios de cientificidade;
- O comunismo, que afirma o compartilhamento dos resultados e descobertas científicas e limita o direito de propriedade sobre os resultados científicos, cabendo aos cientistas apenas os benefícios do conhecimento acumulado e o reconhecimento do mérito;
- O desinteresse, que estabelece que a ciência não possa ser movida e constituída por interesses pessoais e por razões não científicas;
- O ceticismo organizado, que afirma a imparcialidade da ciência tendo em vista os critérios empíricos, esquemas-lógicos que orientam o seu desenvolvimento.

Fernández Esquinas e Torres Albero (2009) criticam aspectos da obra mertoniana, afirmando que suas teses da sua escola não abordam as condutas reais dos científicos, nem da vida acadêmica, enquanto Orozco e Chavarro (2010) enumeram críticas à proposta funcionalista de Merton, o que não invalida seu pioneirismo e autoridade. Merton e Kuhn (autor abordado em seguida) mantiveram diálogo intelectual sob a influência dos contextos socioculturais na organização e no desenvolvimento da ciência.

Thomas Kuhn (1922-1996) iniciou sua carreira como físico, interessando-se depois pela História e Filosofia da Ciência, e ao publicar, em 1962, sua obra “A estrutura das revoluções científicas” contraria a visão ortodoxa do progresso científico, o modelo formalista, para a qual a ciência se desenvolve contínua e cumulativamente, propondo uma nova visão.

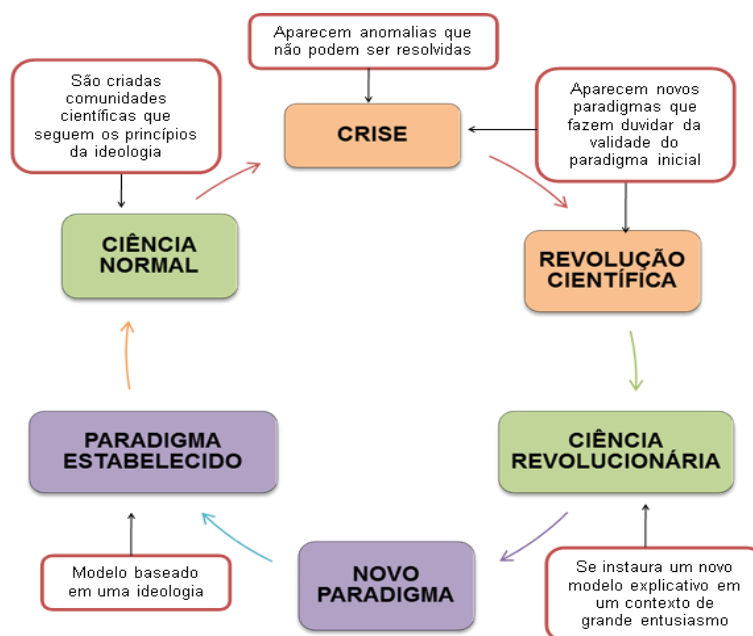
De acordo com a visão kuhniana, a ciência é “[...] a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais”, enquanto que a “pré-ciência” é o estágio em que não há um paradigma ou algum candidato a paradigma. Baseando-se em práticas científicas passadas, a “ciência normal” opera a partir de uma tradição de pesquisa com regras e práticas aceitas pela comunidade científica, denominada “paradigma”, estando “a pesquisa científica normal dirigida para a articulação dos fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma” (KUHN, 2011, p. 45).

A comunidade científica encontra, na vigência do paradigma, os modelos de investigação de problemas. Mesmo que o paradigma reduza a visão do cientista, devido

à confiança instalada, o cientista é forçado a investigar alguma parcela da natureza de forma profunda e detalhada, essencial para o desenvolvimento da ciência (KUHN, 2011).

Por outro lado, o crescimento científico é descontínuo, opera por “saltos qualitativos”, em que são questionados os princípios, as teorias, os conceitos básicos e as metodologias existentes. Quando algum fenômeno não pode ser explicado pelo paradigma vigente, surge a “anomalia”, provocando uma “revolução científica”, que altera a prática científica, conduzindo a um “novo paradigma”, instalando-se uma nova ciência normal. Posteriormente, Kuhn aprofundou sua teoria.

Figura 1 – Kuhn e o estruturalismo da Ciência



Fonte: Elaboração própria a partir da proposta de Kuhn (2011).

Segundo Silva (2016), passados cinquenta anos, Mendonça (2012) analisa o pensamento kuhniano, seus aspectos controversos e autores opositores, enquanto Sandoval Aragón (2013) estuda algumas propostas de escolas de pensamento europeu, em retrospectiva, a do próprio Kuhn e sua repercussão nos EUA nos anos 60. A Figura 1 esquematiza a visão kuhniana.

Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um sociólogo francês, que desenvolveu diversos trabalhos abordando os campos da Filosofia, Antropologia e Sociologia. Seu enfoque analisa a dinâmica dos agentes nos processos de se fazer ciência, que culminam com a

comunicação e a publicação dos resultados de pesquisa, e explica conceitos fundamentais, entre os quais se destacam o campo e o capital científicos.

Na sua obra *Usos Sociais da Ciência*, Bourdieu (2004) reconhece que todas as disciplinas são objetos de análise com pretensões científicas e questiona se é possível a existência de uma ciência capaz de descrever e de orientar os usos sociais da ciência. Como resposta, cria a noção de “campo”, espaço relativamente autônomo, dotado de leis próprias e submetido a leis sociais relativamente acentuadas. No entanto, o autor reconhece como é difícil quantificar o grau de autonomia dos campos (ou subcampos) científicos.

Como o campo científico não tem autonomia plena, é preciso conhecer a natureza das pressões externas, como se exercem créditos, ordens, instruções, contratos, e como se manifestam as resistências não sendo a politização de uma disciplina um indício de grande autonomia. Merece destaque o comportamento dos agentes descritos por Bourdieu, (2004), cujos temas selecionados, projetos de pesquisas e lugares de publicação escolhidos são determinados pela estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são, na visão da metáfora einsteiniana, os princípios do campo.

O capital científico consiste nas relações estabelecidas entre os agentes, originadas pela distribuição desse capital num determinado momento. Para facilitar a compreensão de seu valor e função, o autor explica os aspectos dominantes no campo científico: competitividade, concorrência, domínio de mercado, etc., que determinam o rumo de um determinado campo. Dessa forma, a atuação dominante de um científico somente será possível a partir de sua posição no campo, que influencia os fatos científicos, os agentes participantes e o próprio campo científico e que depende de seu capital de crédito científico, principalmente, de sua posição na estrutura da distribuição do capital (BOURDIEU, 2004). Esta constatação é verdadeira, salvo em casos excepcionais.

Os meandros das práticas dos agentes das comunidades científicas e a sua atuação subjazem sob a forma de plágios, roubo de ideias, querelas de prioridades e tantas outras, tão antigas quanto à própria ciência, porque os eruditos têm interesses, vontade de chegar primeiro, de serem os melhores, de brilhar. A noção de lutas configura o campo científico, *locus* de ação de seus agentes, com comportamentos concorrenciais, relações de força, monopólio de poder e de capital, que implicam apropriação dos meios de produção e reprodução. Para atenuá-las, o sociólogo introduz o conceito de *habitus*, ou seja, comportamentos permanentes, que podem levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo (BOURDIEU, 2004).

A relação de estima mútua entre os eruditos dos colégios invisíveis e o conjunto de pares tem papel importante na produção e acumulação de capital pelos agentes dos campos científicos, na medida em que, antes de sua divulgação em periódicos científicos, eles próprios são os avaliadores dos resultados de suas pesquisas. Na fase de acumulação inicial, há uma maior exposição à contestação e à crítica, que ocorre, com maior frequência, nos processos de inovação científica (BOURDIEU, 2004). Para o autor, o reconhecimento aos olhos dos pares constitui o objetivo último da atividade científica e permite acumular um capital simbólico.

Os outros produtores, de que fala Bourdieu, são, ao mesmo tempo, clientes e concorrentes de determinado produtor de um campo científico fortemente autônomo, mostrando pouca disposição em reconhecer esse produtor, sem discussão e crítica. Significa que não há imparcialidade no processo de reconhecimento, mas defesa do interesse próprio.

Mesmo num campo de lutas e de concorrência, o processo de reconhecimento, através da avaliação pelos pares, requer isenção para a definição dos critérios de julgamento e dos princípios de hierarquização, na qual ninguém é bom juiz, porque não há juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada (BOURDIEU, 2004)

O capital científico ou simbólico aludido por Bourdieu é materializado em forma de artigos, patentes etc., “produtos” das pesquisas feitas pelos agentes de um campo científico, cujo valor e utilização como capital são validados pelos pares, através do sistema de revisão por pares, e publicados num sistema comunicação científica.

Latour (1946) atua nas áreas de Antropologia, Sociologia e Filosofia da Ciência, sendo um dos fundadores dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia, que se caracterizam pela utilização de diversas abordagens e metodologias das Ciências Sociais para compreender os objetos de estudo da sociedade contemporânea.

A tradição construtivista de Bloor considera a existência de uma simetria entre as causas dos fatos científicos e propõe um novo modo de interpretar a ciência. No entanto, Latour considera uma perspectiva pós-construtivista, privilegiando a interação entre o discurso científico e a sociedade. No livro *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*, publicado em 1987, Latour desenvolve, entre outros, dois conceitos, as “redes sócio-técnicas” e a “caixa-preta”.

As redes sócio-técnicas são compostas por atores humanos e não humanos, através das quais se constroem fatos científicos e tecnologias, e onde os cientistas e engenheiros constroem fatos científicos ou objetos tecnológicos em função de interesses de outros

atores sociais e elementos não humanos. Estes fatos ou objetos vão ganhando coerência dentro dessa rede, até formarem uma “caixa-preta”, isto é, uma discussão encerrada ou uma máquina funcional, considerada como um fato estabelecido. Assim, para entender o funcionamento da ciência, basta observar a formação dessas caixas-pretas e das redes de atores humanos e não humanos envolvidos no processo científico (LATOUR, 2000).

É neste contexto que se forma o conceito de atuante e, mais tarde, a teoria *Actor Network Theory* (teoria ator-rede) (LATOUR, 2000), desenvolvida por Latour, Callon e Law, que atribuem uma perspectiva simétrica a uma diversidade de atores, principalmente, em ambientes sócio-técnicos.

Estas teorias despertaram curiosidade científica a Premebida, Neves e Almeida (2011). Estes pesquisadores consideram que na definição da teoria ator-rede, um ator tanto pode ser um nó, como a própria rede. Nelas, o social são as associações, formadas por cadeias de tradução, que alinham e relacionam textos, substâncias, cientistas, instituições, mapas, micróbios, no qual não é possível estabelecer uma linha divisória entre contextos e conteúdo. A divisão entre abordagem externalista e internalista, que marca o surgimento e institucionalização da Sociologia da Ciência, perde completamente o sentido no âmbito dessas novas vertentes. De Grande (2013) reúne sete teses sobre Latour de autores diferentes, que correspondem a sete declarações, as quais sintetizam o espírito original do autor.

A teoria do ator-rede recebe críticas, mas continua como uma das principais abordagens contemporâneas nos estudos sobre ciência e tecnologia (NEYLAND, 2006) e inspira novas abordagens, sem a abandonarem na totalidade (GAD; JENSEN, 2010).

As abordagens de Merton, Kuhn, Bourdieu e Latour complementam-se e contribuem para a consolidação da Sociologia da Ciência. O conhecimento científico produzido, utilizado e socializado, passa por um processo de comunicação científica, validação e publicação em periódicos.

4 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: PERSPECTIVA DIACRÓNICA DE ALGUNS MODELOS

Aprofundando os diferentes aspectos da Ciência, Menzel (1958 apud KAPLAN, STORER, 1968) sistematizou as funções da comunicação científica da seguinte forma: fornecer respostas a perguntas específicas; concorrer para a atualização profissional do cientista no campo específico de sua atuação; estimular a descoberta e a compreensão de

novos campos de interesse; divulgar as tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas ideias da relevância de seu trabalho; testar a confiabilidade de novos conhecimentos diante da possibilidade de testemunhos e verificações; redirecionar ou ampliar os interesses dos cientistas; fornecer *feedback* para aperfeiçoamento da produção do pesquisador.

Para o cumprimento dessas funções, os pesquisadores reúnem-se em torno de objetivos comuns. Neste sentido, a comunicação científica obedece às práticas estabelecidas pela comunidade científica, termo que designa tanto a totalidade dos indivíduos que se dedicam à pesquisa científica e tecnológica, como os grupos específicos de cientistas, segmentados em função das especialidades, e até mesmo de línguas, países e ideologias políticas (TARGINO, 2007).

A comunicação do conhecimento científico recorre-se aos canais informais estabelecidos entre os pesquisadores, assim como aos formais, que respeitam procedimentos rigorosos, envolvendo a avaliação dos pares, um modo de formalizar o conhecimento produzido para os membros da comunidade científica.

A propósito dos canais formais de comunicação, Latour e Woolgar (1986) referem-se aos relatórios de pesquisas publicados nos periódicos, em forma de artigo, como um método importante usado para certificar o conhecimento, produzir e preservar a informação científica. Do mesmo modo, os artigos de periódico, revisados por pares, representam o produto final básico do labor científico.

Para Dupuy (1996), o modelo científico é, *a priori*, imitação, simulacro, com dimensões reduzidas para facilitar a manipulação, como também é uma forma abstrata que vem encarnar-se ou realizar-se nos fenômenos, uma imitação humana da natureza. Neste sentido, os modelos de processo de comunicação científica procuram evidenciar os seus aspectos fundamentais e a sua estruturação facilita uma análise simplificada da realidade, bem mais complexa, pelo que é passível de ajustes e até de obsolescência.

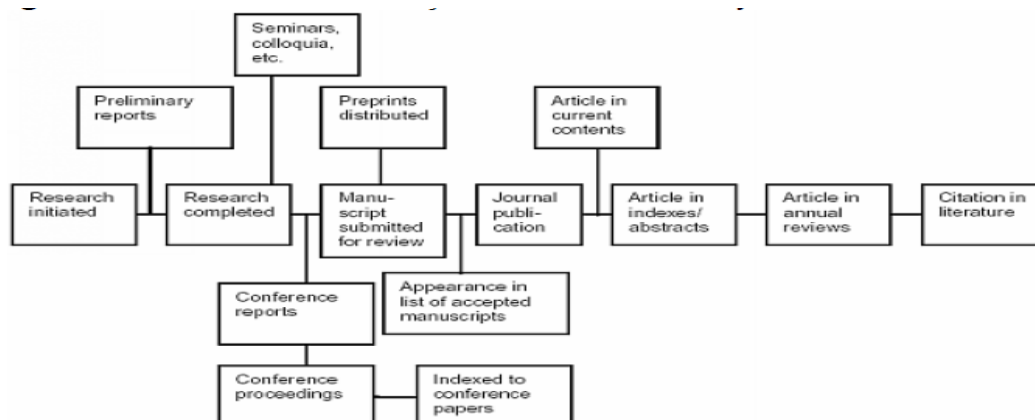
Na literatura, encontram-se diferentes conceptualizações, que enfatizam os distintos elementos para definir o modelo de comunicação científica. Tekerek e Kyzy (2013), investigadores turcos, dividem o desenvolvimento de revistas científicas em três fases distintas, a seguir expostas: 1) A primeira fase inclui vários modelos do processo de comunicação científica tradicional-impresso, no qual se notabiliza o modelo de Garvey-Griffith (1965); 2) A segunda corresponde à introdução das tecnologias na criação de modelos de comunicação científica, sendo destacado o modelo de Hurd (1996); 3) A

terceira fase inicia-se a partir do trabalho de Björk (2007), que propõe um método de processo de modelagem IDEF0, fase que se mantém até hoje.

Partindo desta proposta historicista, anteriormente apresentada, tentou-se aprofundá-la e enriquecê-la com outros modelos de comunicação científica, cujos estudos pioneiros são atribuídos a Garvey-Griffith, com a publicação do artigo *Scientific communication: the dissemination system in psychology and a theoretical framework for planning innovations* em 1965¹.

O modelo Garvey-Griffith refere-se a periódicos impressos, descreve os passos fundamentais da comunicação entre os produtores e usuários da informação, a geração, a publicação e o acesso e o uso do novo conhecimento. Reflete sobre os canais formais e informais de comunicação, necessários para uma pesquisa ser avaliada e validada (GARVEY; GRIFFITH, 1972; GARVEY, 1979). Na Figura 2 apresenta-se o modelo referido.

Figura 2 – Garvey & Griffith Scientific communication Model



Fonte: Garvey e Griffith (1965).

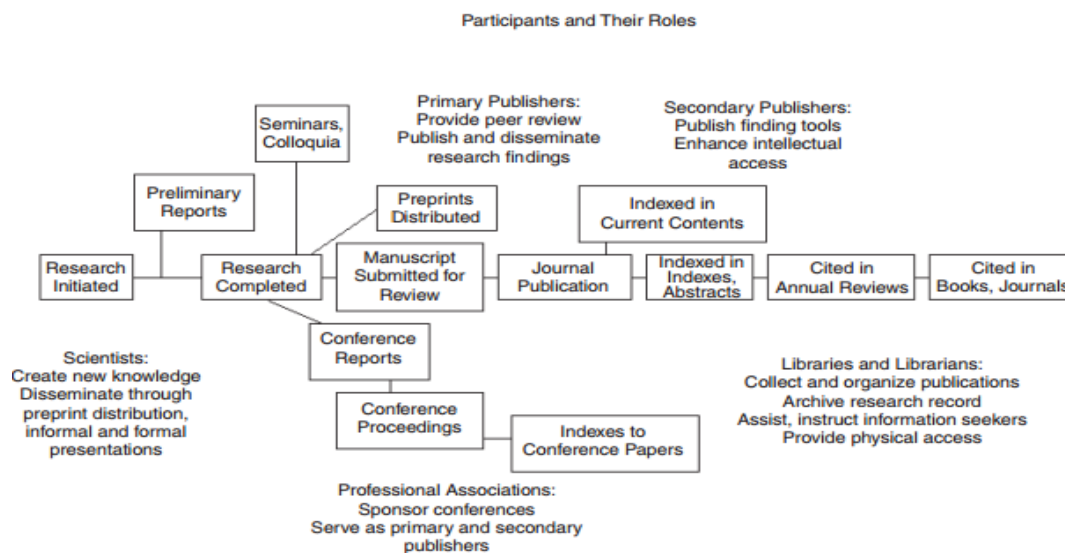
Considerado tradicional, este modelo tem servido de base a outros, que vão incorporando os meios eletrônicos à medida que as TIC vão se desenvolvendo. No artigo *Models of scientific communications systems. Information*, Hurd (1996, 2000) foi uma das primeiras estudiosas do referido modelo, na perspectiva do desenvolvimento em tecnologias computacionais e do desempenho profissional dos cientistas da computação no novo contexto.

A autora verifica mudanças no processo da comunicação científica resultantes dos efeitos emergentes da internet, como o correio eletrônico, as listas de discussão e as publicações eletrônicas, e ressalta que a entrada do meio digital leva a suprimir algumas

¹ A cópia do artigo de Garvey e Griffith (1965), documento primário, não é nítida. Não sendo possível obter uma cópia do modelo proposto com qualidade, recorremos ao artigo de Hurd (2004).

etapas do modelo anterior. A Figura 3 demonstra como a autora enriquece o modelo tradicional, analisando o papel dos participantes e suas respectivas funções no processo de comunicação.

Figura 3 – Scientific Communication Traditional Garvey & Griffith Model

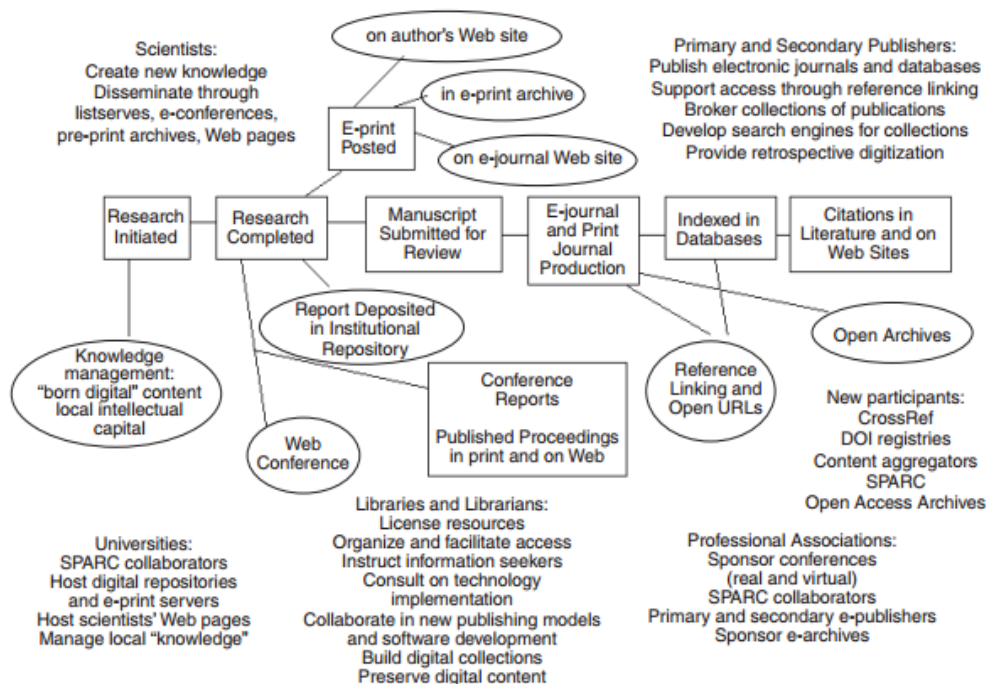


Fonte: Hurd (2004)

As etapas e modificações posteriores, adicionadas ao modelo original de Garvey-Griffith, refletem as preocupações dos diferentes elementos do processo de comunicação, editores, autores de livros e revistas. Vários autores complementaram o modelo tradicional, estudando aspectos novos. Meadows (1999) faz referência à publicação de relatórios e de resultados preliminares em periódicos científicos, antes de a pesquisa estar finalizada. Tenopir e King (2000) analisam a inovação tecnológica em todos os seus aspectos, e Petroianu (2002) observa o papel das comunicações científicas em eventos. No Brasil, o modelo foi analisado e melhorado por Müller e Passos (2000), Campello, Cendón e Kremer (2000) e, posteriormente, por Moreno e Arellano (2005).

Mais tarde, Hurd (2004) propôs um novo modelo de processo de comunicação científica, designado como o Modelo Hurd, como base o modelo de Garvey e Griffith, atribuindo novas funcionalidades, tendo em vista o papel da internet.

Figura 4 – Hurd Model: Scientific communication in digital world

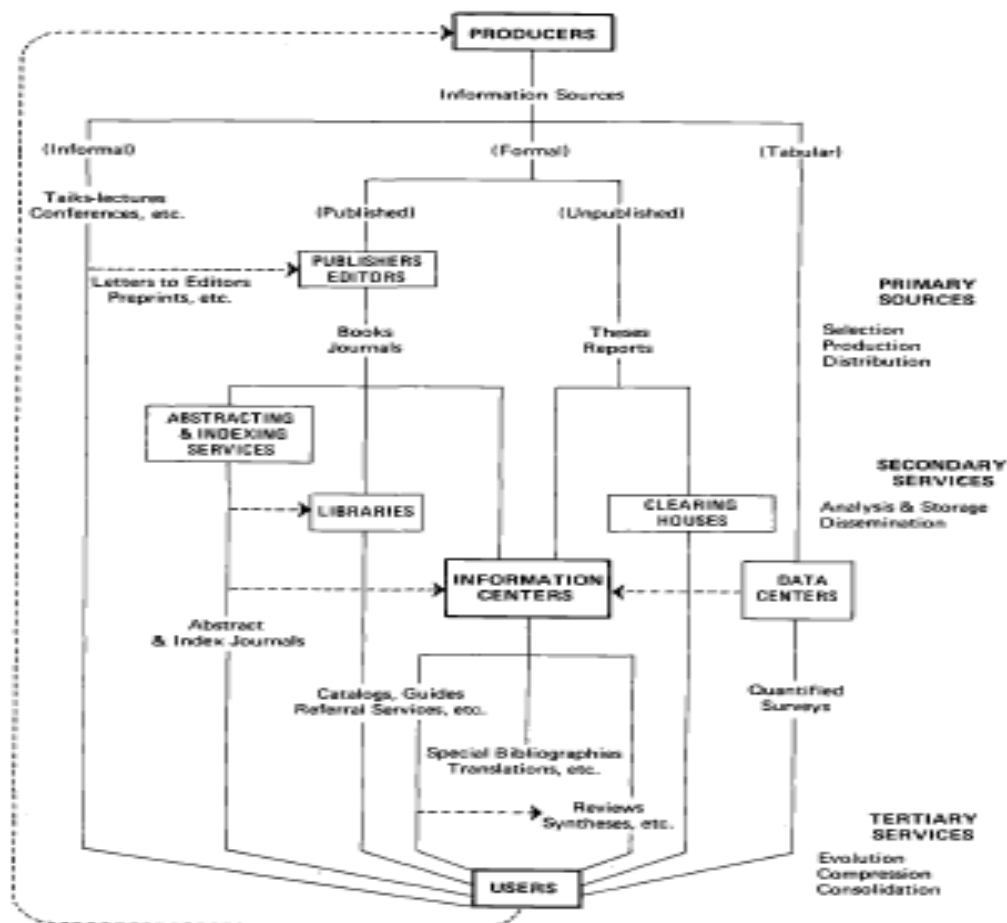


Fonte: Hurd (2004).

As mudanças no sistema de comunicação científica deram-se, principalmente, pela conversão do suporte de comunicação, passando de impresso para eletrônico (Hurd, 2000). Embora recomende o uso do modelo inteiramente eletrônico, a autora reconhece que o sistema deve permanecer híbrido por muito tempo. Algum tempo depois, aprofundou a autopublicação na *web* e nos repositórios institucionais (HURD, 2004).

O modelo UNISIST da UNESCO mostra o fluxo da informação científico-técnico no documento *UNISIST, Study Report on the Feasibility of a World Science Information System* (1971), elaborado para o programa UNISIST. Seu objetivo é ajudar os países em desenvolvimento nas suas necessidades de informação e estabelecer uma rede mundial de sistemas e serviços de informação. Pode ser observado na Figura 5.

Figura 5 – UNISIST Model: The flow of the scientific and technical information



Fonte: UNISIST (1971, p. 26).

Cinco anos depois, a UNESCO determinou racionalizar suas ações no campo da informação científica, documentação, bibliotecas e arquivos, no *General Information Programme* (GIP). O debate sobre os princípios do programa UNISIST e o desenvolvimento do conceito de política e planos nacionais de informação e sua divulgação foram realizados durante vários eventos até 1980, quando o programa se tornou prioritário para a UNESCO, absorvendo o *National Information System* (NATIS).

O UNISIST é um modelo do sistema de comunicação social, que integra diferentes tipos de profissionais, produtores, intermediários e usuários do conhecimento, e abarca ainda institutos de pesquisa, editoras e bibliotecas. Neste modelo, tanto atores como instituições executam serviços de informação, tais como a escrita, edição, armazenamento e recuperação de documentos e informações. Por outro lado, os atores comunicam formal e informalmente e produzem diferentes tipos de documentos, tais como artigos de periódico, livros, resenhas de livros, anais, bibliografias e catálogos, dicionários, manuais, enciclopédias e artigos de revisão.

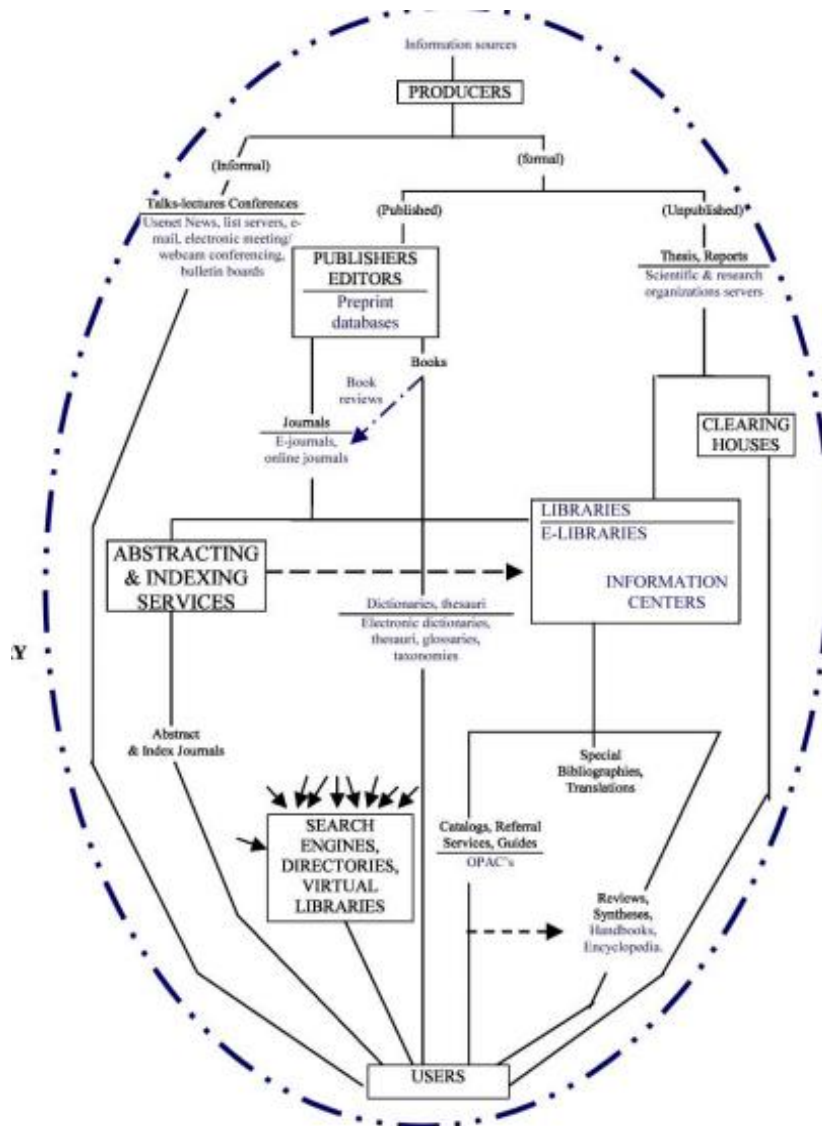
Em razão dos objetivos traçados para o programa e seu impacto no desenvolvimento social global, surgiram análises, comentários e considerações ao modelo UNISIST. Entre todas, salienta-se as de Fjordback, Andersen e Hjørland (2003), pelo fato de proporem o modelo UNISIST reformulado.

Os autores dinamarqueses interessam-se pelos componentes e funcionamento deste modelo, que tem como característica principal a divisão em três canais comunicacionais, formais, informais e tabulares, e propõem uma revisão teórica e tecnológica do modelo original por duas razões principais: enfatizar diferenças entre domínios diferentes e refletir sobre as mudanças e sobre o impacto na comunicação científica e acadêmica, causados pela internet.

Por outro lado, os mesmos autores comentam que, apesar de o programa UNISIST ter sido encerrado, o modelo foi atualizado e modificado, e é uma ferramenta analítica importante na Ciência de Informação. Explicam, ainda, que o modelo original atende apenas à comunicação científica e tecnológica, enquanto que a proposta que apresentam também considera as Ciências Sociais e Humanas e é um modelo analítico importante no domínio da análise.

A nova proposta, denominada *The revised UNISIST model integrating printed and Internet resources and modified according to the domain analytic approach*, serve de inspiração para estudos empíricos, por sintetizar a enorme quantidade de pesquisas fragmentadas, fomenta inspiração para futuras pesquisas (HJØRLAND; ANDERSEN; SØNDERGAARD, 2005). A Figura 6, apresentada em seguida, descreve-o.

Figura 6 – Hjørland, Andersen e Søndergaard Model.



Fonte: Hjørland, Andersen e Søndergaard (2005)

Björk (2007) propõe um novo modelo de comunicação científica, um sistema global de informação distribuído, com base em um método de processo de modelagem IDEF0, proveniente do contexto industrial, que inclui explicitamente as atividades de todos os intervenientes no processo global, incluindo: 1) os investigadores, que realizam a pesquisa, escrevem as publicações e agem como revisores; 2) os financiadores da investigação, que influenciam fortemente o processo; 3) os editores, que gerenciam e realizam o atual processo de publicação; 4) as bibliotecas, que ajudam a arquivamento e no fornecimento de acesso às publicações; 5) os serviços bibliográficos, que facilitam a identificação e recuperação de publicações; 6) os leitores, que buscam, recuperam e leem as publicações; 7) os profissionais, que implementam os resultados da investigação direta ou indiretamente.

O cientista finlandês discute o processo de publicação científica na perspectiva do ciclo de vida, sintetiza numerosas evidências empíricas relativas ao custo das diferentes fases, denomina o seu modelo de *Scientific communication life cycle model* e comenta que, na atualidade, todos os passos do processo podem ser realizados *online*. A complexidade da estrutura do modelo dificulta sua apresentação numa figura simples e de fácil compreensão, mas pode ser visualizado na literatura citada.

Os modelos de comunicação científica apresentados enfatizam as reformulações da publicação impressa, híbrida e eletrônica. Para facilitar sua visão global, o Quadro 1 mostra a visão diacrônica dos modelos estudados:

Quadro 1: Comunicação científica: perspectiva diacrônica de alguns modelos

Autor	Denominação	Data	Pais
Garvey & Griffith	Scientific Communication Traditional Garvey & Griffith Model	1965	EUA
UNISIS/UNESCO	UNISIST Model: The flow of the scientific and technical information	1971	França
Hurd	Hurd Model: Scientific communication in digital world	2004	EUA
Hjørland, Andersen e Søndergaard	The revised UNISIST model integrating printed and Internet resources and modified according to the domain analytic approach	2005	Dinamarca
Björk	Scientific communication life cycle model	2007	Finlândia

Fonte: Elaboração dos autores.

5 CONCLUSÃO

Para entender a comunicação científica, é necessário recorrer aos estudos do seu processo, que abrangem uma gama variada de elementos, como um todo, e suas funções em particular. Compreende, ainda, o estudo dos diferentes agentes, as comunidades científicas, principal *locus* das interações entre pares e a infraestrutura do processo, em especial, as TIC, que alteraram sua forma e funcionamento (COSTA, 2000).

O estudo da comunicação científica não pode estar dissociado dos conceitos de “verdade” na Ciência, conhecimento científico e comunidade científica. O conceito de “verdade” na Ciência está relacionado com a validação do conhecimento, conferida pelos pares, cientistas competentes e imparciais, no processo de revisão por pares antes da publicação dos artigos. Os resultados obtidos devem ser conclusivos e universalmente aceitos (MÜELLER, 1997).

O sistema de revisão por pares deve ser observado à luz do impacto das TIC e da dinâmica potencializada pela sua gestão eletrônica, que se traduz em redução de tempo durante o processo de submissão, avaliação e publicação dos artigos (COSTA 2000).

A disseminação do conhecimento científico preocupa vários especialistas e autoridades, entre os quais Targino (2007), que observa os diferentes modelos, terminologias, discursos e públicos, utilizados para a disseminação do conhecimento, que ocorrem numa grande variedade de suportes e meios de comunicação.

Tendo em vista que a ciência é uma atividade social, para melhorar a vida da sociedade, os resultados das pesquisas devem ser divulgados para o grande público, o beneficiário final. Bueno (2010) considera funções da divulgação científica: democratizar o acesso ao conhecimento científico, estabelecer condições para o chamado letramento científico e contribuir para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados, que podem impactar sua vida e seu trabalho.

REFERÊNCIAS

SANDOVAL ARAGÓN, Sergio Lorenzo. Las dos revoluciones de Thomas S. Kuhn. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, Buenos Aires, v. 8, n. 22, enero 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92425714009>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

BJÖRK, Bo-Christer. Open access to scientific publications: an analysis of the barriers to change. **IR Information research**, v. 9, n. 2, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/9-2/paper170.html>>. Acesso em: 19 jan. 2017

_____. A model of scientific communication as a global distributed information system. **Information Research**, [S. l.], v. 2, n 2, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/12-2/paper307.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 15, n. 1 p. 1-12, dez. 2010. Edição especial. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585/6761>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

COSTA, Sely Maria de Souza. Mudanças no processo de comunicação científica: o impacto do uso de novas tecnologias. In: MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E. (Org.).

Comunicação científica. Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000. p. 95-105. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1443>>. Acesso em: 5 de jan. 2017.

DE GRANDE, Pablo. Constructivismo y sociología. Siete tesis de Bruno Latour. **Revista Mad.**, [S. l.], n. 29, pp. 48-57, sept. 2013. Disponível em: <<http://www.revistamad.uchile.cl/index.php/RMAD/article/viewFile/27345/29015>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

DUPUY, Jean Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas** Tradução de Roberto Leal Ferreira. Manha Editora UNESP, 1996, p. 23.

FERNÁNDEZ ESQUINAS, Manuel; TORRES ALBERO, Cristóbal. La Ciencia como institución social: clásicos y modernos institucionalismos en la sociología de la ciencia. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**, [S. l.], v. 185, n. 738, 2009. Disponível em: <<http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/323/324>>. Acesso em: > 21 de jan. 2017.

GAD, Christopher; JENSEN, Casper Bruun. On the Consequences of Post-ANT. **Science Technology Human Values**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 55-80. Jan. 2010. Disponível em: <<http://sth.sagepub.com/content/35/1/55.abstract>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

GARVEY, William D.; GRIFFITH, Belver C. Scientific communication: the dissemination system in psychology and a theoretical framework for planning innovations. **American Psychologist Association**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 157-164, feb. 1965. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/journals/amp/20/2/157/>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

HJØRLAND, Birger, ANDERSEN, Jack, SONDERGAARD, Trine Fjordback. UNISIST model and knowledge domains. In: **Encyclopedia of library and information science: First Update Supplement**, 2005, p. 129 – 135. New York: C R C Press LLC. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0015/4324/FATORES_MOTIVACIONAIS_DA_COMUNIDADE_CIENTA_FICA_PARA_PUBLICAA_A_O_E_DIVULGAA_A_O_DE_SUA_PRODUA_A_O_EM_REVISTAS_CIENTA_FICAS.pdf> Acesso em: 18 de jan de 2017.

HURD, Julie M. Information Tecnhology: catalyst for change in scientific communication. In: **IATUL Conference Proceeding**, 1996, West Lafayette. West Lafayette: Purdue Uninversity, 1996. Disponível em: <<http://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1350&context=iatul>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. The transformation of scientific communication: a model for 2020. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 51, n. 14, p. 1279-1283, Dec. 2000.

_____. Scientific communication: new roles and new players. **Science & Technology Libraries**, [S. l.], v. 25, n 1-2, 5 p.-22, 2004.

KAPLAN, N., STORER, N. W. Scientific communication. In: SILLS, D. L. (Ed.) International encyclopedia of the social sciences. New York: Macmillan, 1968. v. 14, p. 112-117.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Nelson Boeira. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 20, p. 48.

LATOURETTE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Vida em laboratório: a produção dos fatos científicos**. Tradução de Angela Viana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1986.

LATOURETTE, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 138.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

_____. O legado de Thomas Kuhn após cinquenta anos. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 535-560, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662012000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MERTON, Robert. K. The normative structure of science. In: _____. **The sociology of science: theoretical and Empirical Investigation**. Chicago: University of Chicago Press, 1973, p.39, p.268.

_____. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, J. D de (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: J. Zahar 1979, p. 39.

Disponível em:

<<https://ctsadalbertoazevedo.files.wordpress.com/2014/09/merton1968.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2017.

MORENO, Fernanda Passini; ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.76-86 jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17597/1/Fernanda.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2017.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A seleção de artigos científicos para publicação em revistas brasileiras: um levantamento de práticas e procedimentos adotados pelas revistas científicas brasileiras financiadas pelo CNPq e INEP, 1995-1996. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, [Brasília], v. 21, n. 2, p. 229-250, 1997.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice J. L. As questões da comunicação científica e a ciência da informação. In: ____; _____. **Comunicação científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2000, p. 13-22

NEYLAND, Daniel. Dismissed content and discontent: an analysis of the atrategic aspects of Actor-Network Theory. **Science, Technology & Human Values**, [S. l.], v. 31, n.1, p. 29-51, 2006.

ODDONE, Nanci Elizabeth. Revisitando a “epistemologia social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.36, n.1, p.108-123, jan./abr. 2007.

OROZCO, Luis Antonio; CHAVARRO, Diego Andrés. La ciencia como institución. **Revista de Estudios Sociales**, [S. l.], n. 37, p. 143-162. Dic. 2010. Disponível em: <<https://res.uniandes.edu.co/view.php/667/index.php?id=667>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

PETROIANU, Andy. Autoria de um trabalho científico. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 48, n. 1, p.60-65, jan./mar. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v48n1/a31v48n1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PREMBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício Monteiro; ALMEIDA, Jalcione. **Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens**, Sociologias, Porto Alegre, v.13 n. 26 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000100003>. Acesso em: 23 de junho de 2016>. Acesso em: 18 jan 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernandez et al. **Metodología de la investigación**. México, 4ed. McGraw-Hill, 2006. Disponível em: <https://competenciashg.files.wordpress.com/2012/10/sampieri-et-al-metodologia-de-la-investigacion-4ta-edicion-sampieri-2006_ocr.pdf>. Acesso em: 2 jan 2017.

SILVA, Sérgio Franklin Ribeiro da. **Revisão por pares e tecnologias eletrônicas: Perspectivas paradigmáticas nos procedimentos da comunicação científica**. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2016

SØNDERGAARD Trine Fjordback; ANDERSEN, Jack; HJØRLAND, Birger. Documents and the communication of scientific and scholarly information. Revising and updating the UNISIST model. **Journal of documentation**, [S. l.], v. 59, n. 3, p. 278–320, 2003. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/00220410310472509>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

STRUMPF, Ida Chitto. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **Intexto**, [S. l.], n. 3, 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3369>> Acesso em: 14 de jan, 2017.

TARGINO, Maria das Graças. Divulgação científica e discurso. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 8, n. 15 p. 19-28 jul. /dez. 2007. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/download/678/524>. Acesso em: 20 jan. 2017.

TEKEREK, Mehmet; KYZY, Jumagul Nurakun. Developing a scientific publication content management system with peer review tools for academic institutions. **MANAS Journal of Engineering**. v. 1, n. 1, p. 33-42, 2013. Disponível em: <http://journals.manas.edu.kg/mjen/archives/Y2013_V2_I14/9cc1b15a46a2ce3feace4d9cd025fc47.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

TENOPIR, Carol; KING, Donald W. Towards **Electronic Journals**: realities for scientists, librarians and publishers. Special Libraries Association, Washington DC, 2000.

UNISIST. **Study report on the feasibility of a world Science Information System**: by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and the International Council of Scientific Unions. Paris: UNESCO, 1971. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000648/064862eo.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

ZIMAN, J. M. **Public knowledge**: the social dimension of science. [s. n.]: Cambridge University Press, 1966.

ZUCKERMAN, Harriet.; MERTON, Robert K. Patterns of evaluation in science: institutionalization, structure and functions of the referee system. **Minerva**, v. 9, n. 1, p.66-100, Jan. 1971.

Recebido/ Received: 05/04/2019 Aceito/ Accepted: 22/04/2019 Publicado/ Published: 30/04/2019
--



Profa. Telma de Carvalho

A contemporaneidade tem apresentado importantes desafios e oportunidades para a atuação dos profissionais da informação, haja vista que as constantes inovações tecnológicas têm demandado novas competências relacionadas ao acesso, produção e, especialmente, à disseminação das informações no suporte digital. Nesse sentido, é premente que as Instituições de Ensino Superior (IES) que formam os profissionais de Biblioteconomia e Documentação, Arquivologia, Museologia etc, assim como as organizações de classe, atuem na disseminação das atividades realizadas pelos profissionais da área, assim como promovam eventos, cursos e treinamentos para a formação continuada destes profissionais.

É nesse contexto que a presente edição da Revista Fontes Documentais entrevista Telma de Carvalho, professora do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal de Sergipe, vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS) e presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE), enfatizando suas experiências tanto no âmbito acadêmico, quanto na defesa dos direitos dos Bibliotecários.

1. Conte um pouco sobre o porquê da sua escolha em fazer Biblioteconomia? Onde você cursou e o que achou do naquela época?

Como todo aluno iniciante no curso superior em Biblioteconomia, não sabia exatamente o que a área estudava. Com o decorrer do curso fui entendendo a complexidade da profissão e fiquei admirada em saber como esta área era importante e lidava com questões muito especiais, desde o tratamento e organização da informação até a sua disseminação, além de lidar com questões de cunho social e humanístico. Cursei Biblioteconomia na Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Na época, o curso era de 03 (três) anos e as disciplinas ofertadas contemplavam os saberes e fazeres da área, com um currículo que envolvia disciplinas como: Introdução aos Estudos Históricos, Introdução ao Pensamento Filosófico e Científico, Introdução às Ciências Sociais, Estudos dos Problemas Brasileiros, Estatística, Paleografia, Literatura, Bibliografia, Informática, Arquivística, Reprografia, Normalização e Editoração, História do Livro, Projeto de Centro de Documentação, Metodologia da Pesquisa, Referência, além das disciplinas do núcleo duro da área, como: Catalogação, Classificação, Indexação e Tesaurus. O estágio foi um importante momento na minha vida acadêmica, pois favoreceu o entendimento das questões vistas em salas de aula e a compreensão do que tantas vezes me deixava em dúvidas. Sua realização foi fundamental para minha visão da área.

2. O que você pensa sobre essa nova tendência de bibliotecas virtuais, e com isso, conseqüentemente, surgiram novos tipos de trabalho para os bibliotecários, como por exemplo: produção de conteúdo, marketing digital e análise de redes sociais.

As bibliotecas virtuais, eletrônicas, digitais são respostas a um aprimoramento das condições de trabalho e de oportunidades de disseminação da informação a partir do uso acelerado das Tecnologias de Informação e Comunicação. O fazer do bibliotecário muda de ambiente, mas aspectos que são inerentes à profissão não alteram sua importância, mas o suporte onde as informações serão disponibilizadas. O bibliotecário, por trabalhar com a informação e extrair seus dados, tem todas as condições de se envolver em temas como produção de conteúdo, marketing digital, análise de redes sociais e também gestão de dados. Atualmente a ciência de dados e o acesso aberto à informação, por exemplo, estão no bojo das competências de bibliotecários que se envolvem nestas questões.

3. O que você acha que podemos fazer para melhorar a visão da sociedade sobre os profissionais da área da Ciência da Informação?

Esta é uma questão que vem sendo debatida desde nossos bancos acadêmicos. Somos uma área muito importante, porém com pouco reconhecimento e conhecimento de nossas contribuições para além do processamento técnico da informação, que obviamente, é onde tudo se inicia. Creio que a área se fechou durante muitos anos nos fazeres, apenas. Até hoje vemos que ações que valorizam o cunho social da profissão são vistas como proativas e inovadoras, quando deveríamos fazer isso rotineiramente, inclusive como preconiza o nosso juramento e o próprio Manifesto da UNESCO. A sociedade só melhorará sua visão da área se os bibliotecários também mudarem sua maneira de pensar. Digo isso porque o movimento associativo é o grande elo entre a divulgação e a disseminação dos aspectos importantes envolvendo o campo da biblioteconomia e ciência da informação. Vemos, infelizmente, que grande parte dos bibliotecários desconhecem as funções de instituições como Conselho Federal de Biblioteconomia, Conselho Regional de Biblioteconomia, Sindicato, Associações e FEBAB confundindo suas atribuições e competências. É no movimento associativo que se conhece, por exemplo, o quanto a UNESCO e a IFLA vêm contribuindo para o desenvolvimento da área com suas diretrizes, planos e projetos. Poucos, muito poucos sabem da imensidão de propostas conduzidas por estes organismos e de quanto se pensa na valorização do profissional, das bibliotecas e das pessoas que frequentam esses equipamentos culturais. Se os bibliotecários conhecessem mais estas ações e disseminarem assuntos como o Tratado de Marrakesh, a Visão Global da IFLA, o Advocacy pelas bibliotecas entre inúmeros outros, poderíamos ter maior visibilidade. Precisamos estar na mídia, divulgar o quanto fazemos (que não é pouco). Existem projetos maravilhosos em circulação no nosso país que são conhecidos, apenas, por poucos. Falamos tanto em marketing digital, por exemplo, mas não trazemos para nós a responsabilidade de mudarmos esse panorama. Claro que temos instituições e profissionais que lutam arduamente para disseminar a atuação da área, mas o que quero dizer é que cada um deve ter sua parcela de responsabilidade nesta divulgação e, para que possa, de fato, conhecer a extensão dos trabalhos, os bibliotecários deveriam procurar suas associações e se filiarem, pois eles têm muita contribuição para oferecer. Acredito que isso contribuiria para ajudar a mudar a visão da sociedade sobre nossa área.

4. Qual é a sua visão sobre o futuro da nossa profissão? O mercado de trabalho mudou, a graduação não é mais suficiente para conseguirmos um bom salário e condições dignas de trabalho. Capacitação, seja mestrado, doutorado ou especialização em um tema específico é fundamental.

Vejo o futuro de nossa profissão muito promissor se os bibliotecários entenderem o quanto são importantes na atuação dos estados e municípios. A contribuição das bibliotecas, por exemplo, em questões sociais é fundamental para que se atinjam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para isso temos que mostrar aos órgãos governamentais o quanto somos parceiros e estamos alinhados à Agenda 2030. Se nos colocarmos na posição de importantes parceiros para o alcance destes objetivos, teremos uma mudança na visão da área e do próprio profissional bibliotecário. Saindo da linha de atuação apenas nas bibliotecas, vejo que a área da biblioteconomia e ciência da informação está emergindo para os aspectos tecnológicos e estão despontando pesquisadores e profissionais totalmente alinhados a uma nova dimensão, tratando de assuntos como mineração de dados, ciência aberta, altimetria entre outros assuntos que também têm forte relação com a biblioteconomia e ciência da informação. Claro que não podemos nos esquecer também daqueles profissionais que estão lutando arduamente pela Biblioteconomia Social, levando a informação onde ela pode e precisa estar. De fato, o número de bibliotecários que estão buscando a educação continuada e o aprimoramento profissional, seja por cursos de pós-graduação lato ou stricto sensu, vem aumentando. Isso só enriquece a área pois ela se sedimenta na produção científica e também na contribuição para a ciência. Reforçamos em nossos alunos que a educação continuada deve ser uma rotina entre eles, pois o ciclo não se encerra na graduação. O mercado de trabalho sempre esteve em constante mudança e ficar de olho nas tendências é essencial para que se tenha êxito profissionalmente. Autonomia, responsabilidade, pró-atividade não requer apenas características pessoais, mas também podem ser melhoradas com muito estudo e afincado.

5. Como está sendo o ingresso dos egressos do curso de Biblioteconomia e Documentação no mercado de trabalho?

Temos em Sergipe, vários bibliotecários formados pela UFS e já inseridos no mercado de trabalho. Temos, também, vários bibliotecários formados e sem postos de trabalho. Não porque no Estado não tenha postos para serem ocupados por estes profissionais, mas porque não há concurso para bibliotecários, uma vez que o cargo foi extinto pelo Governo Estadual. Assim, muitos são contratados em outros cargos, mas exercem a função de bibliotecário, o que fere os princípios da Lei 4.084 de 30 de junho de 1962 que dispõe sobre a profissão do bibliotecário e regula sua profissão, complementados pela Lei N° 7.504, de 2 de junho de 1986 que “Dá nova redação ao art. 3° da Lei n° 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Bibliotecário, e dá outras Providências” e pela Lei N° 9.674, de 26 de junho de 1998 que “Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências”. Por outro lado, temos muitos egressos trabalhando efetivamente em sua área, alguns em escolas, outros em universidades e/ou outros locais. O campo de atuação é vasto, inclusive por ser uma profissão que possibilita o trabalho autônomo, mas para isso é importante que se reconheça a extensão das competências e habilidades do profissional bibliotecário, coisa que nem sempre acontece e isso não é em Sergipe.

6. Qual é a sua visão sobre o atual momento político que estamos vivendo? Na sua opinião, qual é a importância do profissional da informação como bibliotecário, documentalista e arquivista nesse contexto?

Trabalhar com informação é uma questão primordial. Ter as competências e habilidades necessárias para tratar, organizar, disseminar, construir ferramentas para sua busca e recuperação, são ações fundamentais para o bibliotecário, documentalista e arquivista. Infelizmente parece haver uma negligência em relação ao tratamento das informações, especialmente relacionados aos arquivos em geral, que estão em situação muito precária em muitos Estados. Há que se ter mais investimentos para que possam ser organizados, pois a simples digitalização de um documento não significa nem estar organizado, nem estar tratado e, por vezes, não há como ser recuperado. Uma digitalização simples não significa estar disponível eletronicamente. Às vezes, perde-se mais informação do que se recupera. Por outro lado, trabalhamos na área da biblioteconomia, documentação e arquivologia com o acesso e recuperação da informação e vivenciar o que está acontecendo com a atual situação da chamada Lei da Transparência, muito nos entristece. A informação, num Estado democrático, deve circular para que a sociedade tenha conhecimento de tudo o que lhe diz respeito e privá-los disso é um contrassenso.

7. Como atual presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE), conte-nos um pouco sobre as ações que vem sendo desenvolvidas no estado em relação a preservação, conservação, armazenamento e tratamento de documentos.

A APBDSE tem a função principal de defender os interesses da área, promover eventos comemorativos ou palestras, conferências, eventos, oferecer cursos e treinamentos para a capacitação profissional além de zelar pela observação do cumprimento das Leis que regulamentam a profissão comunicando aos órgãos competentes (Conselho Regional da 5ª. Região, Conselho Federal de Biblioteconomia), situações que não condizem com o estabelecido. Conforme nosso Estatuto, ART.2º - São finalidades da Associação:

- a) congregar os bacharéis em Biblioteconomia e Documentação que tenham direitos adquiridos face à regulamentação da profissão, para a defesa e prestígio da classe e da profissão, promovendo o desenvolvimento da Biblioteconomia e Documentação;
- b) defender os interesses e apoiar os bibliotecários e documentalistas em suas justas aspirações coletivas;
- c) promover e estimular o aperfeiçoamento técnico e cultural dos bibliotecários, através do intercâmbio com entidades congêneres e da realização de reuniões periódicas para o estudo de problemas da Biblioteconomia e Documentação;
- d) incentivar e difundir estudos biblioteconômicos e correlatos, através da promoção de palestras, congressos, conferências, exposições, jornadas, seminários, cursos, publicações e concursos de trabalhos científicos;
- e) lutar pela justa valorização dos serviços de Biblioteconomia e pela dignidade profissional da classe;
- f) prestar solidariedade aos bibliotecários nacionais e estrangeiros que visitarem o Estado de Sergipe, em missão profissional ou cultural;
- g) garantir o cunho liberal e humanista no exercício da profissão bibliotecária e documentalista no Estado de Sergipe;
- h) prestar consultoria a órgãos públicos e privados na área de biblioteconomia e gestão documental mediante convênio firmado entre as partes;
- i) indicar profissionais bibliotecários devidamente registrados no CRB para prestação de serviços em unidades de informação públicas e privadas;
- j) manter intercâmbio com entidades vinculadas ao movimento associativo, unidades de ensino superior e órgãos da esfera federal, estadual e municipal estabelecendo convênios, contratos, locações e arrendamentos.

Em relação à preservação, conservação, armazenamento e tratamento de documentos, não temos uma ação interventiva no Estado, pois foge da nossa competência. Entretanto, podemos indicar profissionais habilitados para executarem essas atividades, caso sejamos procurados para isso.

A APBDSE tem um programa que se chama “Atualize-se”, onde, mensalmente, oferece oficinas ou minicursos relativos a temas emergentes ou que mereçam maior atenção por parte da comunidade bibliotecária e afins. Este ano o tema em questão fará parte de nossa programação.

8. Você também atuou como vice-presidente da Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Em sua opinião, como encontra-se a profissão de bibliotecário no cenário sergipano com relação ao cenário nacional?

Atuei na gestão de 2015-2017 e também estou na gestão de 2018-2020 como Vice-Presidente da FEBAB, o que me muito me orgulha, pois, o aprendizado nesse período tem sido essencial para uma visão globalizada de tudo o que envolve as bibliotecas, os bibliotecários, as associações, os organismos internacionais, nosso governo em relação à cultura, educação e informação. Em Sergipe caminhamos a passos lentos em algumas questões mas temos tido avanços em relação à comunicação com alguns de nossos organismos governamentais. Acredito na força e determinação de nossos bibliotecários, que tentam, mesmo com mínimos recursos em algumas situações,

promover ações relacionadas à Biblioteconomia e Documentação da melhor forma possível, dentro de suas instituições. Por outro lado, há uma enorme carência de recursos físicos e materiais, principalmente em nossas bibliotecas públicas onde não há, por exemplo, recursos humanos suficientes (bibliotecários, técnicos e auxiliares de biblioteconomia, entre outros), equipamentos de informática e de acessibilidade para usuários cegos, de baixa visão, surdos ou com quaisquer outras deficiências, que garantam o acesso à informação. Nossas bibliotecas públicas não têm catálogos para recuperação da informação contida nos acervos. Isso é caótico pois mesmo com a melhor boa vontade a informação contida nos acervos é perdida. Por vezes tentei fazer projetos de iniciação científica em algumas dessas unidades de informação e, mesmo tendo a solução para a melhoria desta atividade, faltaram ações efetivas por parte dos dirigentes municipais que auxiliassem a automação da biblioteca, a exemplo da falta de instalação de cabos de internet, equipamentos de informática onde pudessem ser instalados softwares para gerenciamento administrativo da biblioteca e do acervo e para acesso online pelo usuário ao catálogo da biblioteca. Vejo isso com grande preocupação pois fica evidente a falta de interesse na melhoria das condições físicas e ambientais das bibliotecas, o que favoreceria, sobremaneira, o acesso e uso desse importante equipamento cultural que retrata a própria comunidade e Estado. Nesse aspecto, Sergipe está muito aquém da situação nacional, precisando, mais do que investimentos em recursos financeiros, investimentos em postura e comportamento. Falta entendimento da potencialidade do bibliotecário e do que representa uma biblioteca para a comunidade onde ela atua. Nesse sentido, também a APBDSE pode atuar fortemente, capacitando a equipe das bibliotecas em ações de gerenciamento e gestão da informação, com cursos de aperfeiçoamento e de atualização nos mais variados temas, inclusive, na captação de recursos externos por meio de elaboração de Projetos. Há muito trabalho a ser feito, mas, como disse anteriormente, temos exemplos maravilhosos no Estado que merecem ser divulgados, pela garra e determinação de nossos bibliotecários.

9. Você está exercendo a função de coordenadora do curso de Biblioteconomia EAD, que em breve será ofertado pelo CESAD UFS. Como ocorreu o processo de inscrição e qualificação da UFS para se alinhar ao projeto? Além disso, qual será o reflexo disso para a sociedade?

Sim. A partir do edital aberto pela CAPES para inscrição das Universidades, percebemos que este seria um momento ímpar e que a UFS deveria participar. Mesmo tendo um corpo docente pequeno em relação ao número de professores, o Departamento de Ciência da Informação aprovou em colegiado a participação no Curso de Biblioteconomia a Distância. O processo ocorreu com os trâmites necessários e nosso projeto estava muito bem elaborado, totalmente alinhado às prerrogativas exigidas, o que nos qualificou para sua aprovação. Já participei de uma reunião com os 14 coordenadores dos Cursos de Biblioteconomia a Distância, em Brasília, na CAPES, para tratativas sobre os procedimentos para início dos referidos cursos. A potencialidade do curso é inegável, haja vista a carência de bibliotecários no mercado, especialmente em relação ao cumprimento da Lei 12.244 de 24 de maio de 2010 que “Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, até o ano de 2020. Como reflexos para a sociedade entendemos a valorização da profissão, uma vez que este curso foi aberto a partir dessa demanda existente e também por favorecer que profissionais habilitados e com competências inerentes à profissão possam promover a biblioteconomia em todas as suas ramificações nos mais variados Estados brasileiros, levando informação, cultura e educação para a sociedade. As bibliotecas são locais transformadores, pois possibilitam a mudança na vida das pessoas, a partir do acesso à informação e do conhecimento adquirido, conforme preconiza David Lankes, em seu livro “Expect More”, que deveria ser, na minha opinião, o livro de cabeceira dos bibliotecários que anseiam por mudanças, valorização profissional, das bibliotecas e da comunidade.

10. O ano de 2018 foi muito produtivo no quesito de criação de revistas sergipanas na área de ciência da informação. Como você vê esse novo cenário editorial e quais contribuições destas, na produção científica da área?

De fato, vimos novos títulos surgirem em 2018 e acredito que isso se deva em relação ao amadurecimento da área no Estado, a exemplo de programas de pós-graduação, como no nosso caso, ou mesmo, a partir de grupos de pesquisa. As contribuições científicas nesses títulos serão importantes e elevarão o Estado na condição de produtor científico na ciência da informação, promovendo a disseminação do conhecimento nas especialidades tratadas nas respectivas revistas, além de captar publicações de autores nacionais de outros estados e também estrangeiros, formando uma rede de comunicação científica importante para a área acadêmica. Embora uma revista não deva se fechar na sua abrangência, estes veículos de informação serão extremamente importantes para levar o conhecimento científico produzido em Sergipe para outras esferas e há muita contribuição nesse sentido que deve ser compartilhada. Parcerias são fundamentais para que este conhecimento seja disseminado em larga escala e acredito que estas revistas têm essa missão também.

11. Como você enxerga a relação entre as áreas da Ciência da Informação e da História?

A Ciência da Informação e a História têm uma grande relação, ao meu ver, a partir do conhecimento por exemplo, da História do Livro, da Paleografia, dos arquivos históricos, da criação da imprensa, da revolução da escrita, que tratam de temáticas pertinentes também à Ciência da Informação. Como citado na revista “Fontes Documentais”, em sua apresentação, temas como “memória, representação, identidade, patrimônio, preservação e conservação de documentos, fontes de pesquisa, o processo historiográfico das unidades de informação, como Bibliotecas, Arquivos, Centros de Documentações e Museus”, têm estreita relação com a área, numa visão transdisciplinar dos assuntos. As relações históricas na produção do conhecimento científico, dos saberes humanos, do conhecimento e disseminação dos fatos ocorridos são indissociáveis de ambos os campos de atuação, numa perfeita relação entre eles.

Entrevista concedida ao Prof. **Pablo Boaventura Sales Paixão** – Assessor de Comunicação e Eventos, além de Coordenador de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Sergipe (IFS) - Campus Socorro. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Complutense de Madri. Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes - UNIT. E-mail: pabloboaventura1@hotmail.com. Orcid: <http://lattes.cnpq.br/1068196372764440>

Agradecimentos

À Profa. Dra. Telma de Carvalho pela disponibilidade, generosidade e carinho demonstrado ao conceder essa entrevista. Desejo de muito sucesso na realização dos seus projetos!

Ao Prof. Pablo Boaventura pelo valioso presente aos nossos leitores que se deleitaram com essa entrevista.